

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

DIEGO MONTEIRO GUTIERREZ

O Rugby, identidade e processos econômicos no Brasil

São Paulo

2016

DIEGO MONTEIRO GUTIERREZ

Versão Corrigida

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre Mudança Social e Participação Política pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:

Sociologia do Esporte

Orientador:

Prof. Dr. Marco Bettine de Almeida

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Gutierrez, Diego Monteiro

O Rugby, identidade e processos econômicos no Brasil /
Diego Monteiro Gutierrez ; orientador, Marco Bettine de Almeida.
– São Paulo, 2016
113 p.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-
Graduação em Mudança Social e Participação Política,
Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de
São Paulo
Versão corrigida

1. Rugby. 2. Sociologia do esporte. 3. História do
esporte. I. Almeida, Marco Bettine de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 796.333

Diego: GUTIERREZ, Monteiro

O Rugby, identidade e processos econômicos no Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre Mudança Social e Participação Política pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:
Sociologia do Esporte

Aprovado em: 01 / 07 / 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes
Universidade de Campinas

Prof. Dr. Renato Francisco Rodrigues Marques
Universidade de São Paulo

Agradecimentos

À minha família

Ao meu Orientador, Marco Bettine de Almeida.

À FAPESP, que através do processo 2014/09746-8, garantiu apoio financeiro e institucional.

RESUMO

Gutierrez, Diego Monteiro. **O Rugby, identidade e processos econômicos no Brasil**. 2016. 113 pg. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política). Escola de Artes Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Versão Corrigida

A dissertação cria um panorama amplo da prática do rugby no Brasil abordando aspectos sociológicos e históricos da modalidade em território nacional com o objetivo de compreender a sua prática, características e dinâmicas na atualidade. A partir do referencial teórico de Bourdieu e Mauss, entre outros, o trabalho constrói uma história do rugby no Brasil, utilizando como base documentos e entrevistas. A dissertação procura demonstrar que o rugby, inicialmente praticado quase que só por jogadores estrangeiros, termina por ser apropriado pelos brasileiros criando uma identidade própria e servindo de ponte para a inclusão de estrangeiros que praticavam o rugby em seus países de origem.

Palavras-chave: Rugby, Sociologia do esporte, História do esporte

ABSTRACT

Gutierrez, Diego Monteiro. **Rugby, identity and economic process in Brazil**. 2016. 113 pg. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2016. Corrected version.

The dissertation creates a broad overview of the rugby practice in Brazil addressing sociological and historical aspects of the sport in the country in order to understand their practice, characteristics and dynamics today. From the theoretical framework of Bourdieu and Mauss, among others, the work builds a history of rugby in Brazil, using as base documents and interviews. The dissertation tries to demonstrate that rugby, initially practiced almost exclusively by foreign players, ends up being appropriated by Brazilian creating its own identity and serving as a bridge for the inclusion of foreigners who practiced rugby in their countries of origin.

Key words: Rugby, Identity, Sociology of sport, History of sport

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
PARTE I	
1 MAUSS E BOURDIEU.....	5
1.1 BOURDIEU.....	5
1.2 MAUSS.....	11
1.3 O SUBCAMPO DO RUGBY.....	14
2 IDENTIDADE NACIONAL.....	21
2.1 A BUSCA PELO CONCEITO DE NAÇÃO.....	21
2.2 A NOÇÃO DE IDENTIDADE FOCADA NO SUJEITO.....	31
3 O ESPORTE AMADOR E OS CICLÔS ECONÔMICOS	37
3.1 MODALIDADE AMADORAS.....	37
3.2 O REMO.....	41
3.3 O HANDEBOL	43
3.4 O RUGBY.....	45
3.5 DISCUSSÃO.....	53
PARTE II	
1 OS PRIMÓRDIOS DO RUGBY NO BRASIL -1894 A 1939.....	56
2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO RUGBY NO BRASIL- 1945 A 1986.	71
3 O RUGBY BRASILEIRO NA ERA GLOBAL - 1986 A 2009.....	88
OBERSVAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	100

1 Introdução

O presente trabalho começou a ser construído a partir da experiência pessoal do autor, que teve o primeiro contato com seu objeto de pesquisa a partir de sua prática, como jogador e depois como pesquisador. A experiência como praticante proporcionou o contato inicial com a rica história do rugby no Brasil, que apesar da pouca divulgação vem sendo praticado em território nacional desde o século XIX.

O contato com o grande número de estrangeiros praticantes, assim como seus descendentes, proporcionaram os primeiros *insights* sobre o que viria ser a abordagem teórica deste trabalho.

A parte documental e de coleta de dados, que constitui o elemento central da segunda parte desta tese, foi feita em colaboração com o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas da Universidade de São Paulo (NAP-Ludens, USP), que através da figura do professor Marco Bettine de Almeida, cedeu espaço e equipamento para que a pesquisa pudesse ser conduzida. A coleta de material foi feita em colaboração também com o mestrando do grupo Victor Sá Ramalho Antonio e o colega Thiago Kater. Nesse sentido foram realizadas diversas entrevistas com antigos atletas, dirigentes e treinadores, entre outros, além da coleta de uma grande quantidade de material, documentação oficial, fotos, recortes de jornal, panfletos e material de divulgação. O resultado desta pesquisa se encontra atualmente na sede do Ludens na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), à disposição de qualquer pesquisador que eventualmente tenha interesse sobre o tema. A análise do material coletado forneceu a este trabalho uma série de informações fundamentais sobre como se deu a prática da modalidade dentro do tempo, dando subsídios importantes para a análise acadêmica do tema.

Após a coleta de grande parte material teve início a construção do arcabouço teórico da dissertação. O trabalho foi dividido em duas grandes partes. A primeira constitui uma análise teórica sobre a prática do rugby, tanto no Brasil quanto no mundo, discutindo os aspectos gerais característicos da modalidade como um todo. Na segunda parte

construímos a história do rugby brasileiro desde a chegada da modalidade, no fim do século XIX, até a sua volta aos jogos olímpicos em 2009.

No primeiro capítulo da primeira parte definimos a prática do rugby como um subcampo do campo esportivo, a partir da teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Nesse sentido, pensamos a modalidade como um ambiente regido por regras próprias, o *habitus*, no qual os participantes compartilham essas regras e são identificados como membros desse campo, além de se envolverem na disputa pelo controle dos capitais. O rugby se caracteriza como um subcampo porque está atrelado ao campo esportivo, compartilhando com outras manifestações esportivas uma série de valores em comum, além de disputar os mesmos tipos de capital.

No capítulo dois trabalhamos com um aspecto diferente da prática do rugby no Brasil, a construção do sentimento de pertencimento à nação. A modalidade aqui nunca contou com um grande número de participantes, sendo mantida principalmente por estrangeiros recém-chegados, que vinham do exterior já tendo aprendido a modalidade, ou pelos filhos destes que seguiam praticando a modalidade dos pais. Isso fez com que a modalidade tivesse sempre uma grande conexão com exterior, ela também atuaria como a primeira tentativa de socialização de diversos estrangeiros que chegavam ao país. Alguns deles ficariam por um curto período de tempo, enquanto outros se fixariam permanentemente no país, se tornando brasileiros. O fato do primeiro contato com a vida do país, num momento que os estrangeiros estão construindo sua ideia de Brasil, ocorrer através do rugby faz com a modalidade sirva como uma base para a construção do que eles entendem como Brasil. Os estrangeiros então definiriam sua noção de pertencimento a partir da prática do rugby, criando um conceito diferente de identidade nacional, dado a partir de elementos do rugby e da sociedade brasileira, que apesar de ser compartilhado por um grupo reduzido de pessoas, é tão legítimo quanto outras interpretações mais populares. Nessa construção utilizamos como base a definição de nação de Benedict Anderson e de identidade de Stuart Hall.

No terceiro capítulo realizamos uma discussão exploratória acerca da influência de fatores externos no crescimento e na decadência dos esportes amadores e de nicho. A partir do conceito de campo de Bourdieu entendemos essas modalidades como pertencentes a um subcampo do campo esportivo. Ao serem enquadradas nessa categoria podemos considerar que elas são influenciadas por fatores inerentes ao

subcampo, estando sujeitas a regras semelhantes. Nesse sentido podemos pensar os elementos que influenciam seu crescimento como também sujeitos a essas regras e, portanto, semelhantes em todas as modalidades. Com o objetivo de apresentar essa constatação realizamos uma análise exploratória da história de três modalidades diferentes, o rugby, o handebol e o remo, buscando encontrar elementos em comum nos momentos de expansão e retração do número de praticantes.

A segunda parte do trabalho é elaborada a partir das entrevistas e material coletado durante a pesquisa sobre a história do rugby no Brasil. A partir destes elementos tentamos construir uma história da modalidade em território nacional, desde a sua introdução no século XIX até o ano de 2009, quando a modalidade volta oficialmente para as olimpíadas. Dentro desta construção histórica aplicamos os diferentes elementos teóricos desenvolvidos na primeira parte, realizando uma discussão sobre como essas características surgem e se articulam dentro de tempo, e como são interpretadas pelos diferentes sujeitos, num cenário delimitado e com características próprias.

Parte 1

1 Mauss e Bourdieu

1.1.-Bourdieu

O estudo do esporte raramente cativou as grandes mentes das ciências sociais, sendo frequentemente tratado como um tema secundário pela academia, ou até mesmo completamente ignorado, em prol das grandes discussões e dos temas considerados clássicos pelas ciências humanas.

A pouca atenção dada a esse tema, porém, não impediu que diversos interessados produzissem, na transição do século XVIII para o XIX, trabalhos analisando o tempo livre e a prática de modalidades lúdicas, principalmente na Inglaterra. Esses primeiros trabalhos não estavam vinculados à academia, mas serviram posteriormente de importante fonte de informações para entender o assunto. (DUNNING, 2004)

O tema do lazer e do esporte também foi tratado, de passagem, por diversos acadêmicos de grande renome, como Max Webber, Marcel Mauss (que discutiremos mais a frente nessa dissertação) e Theodor Adorno, porém sempre dentro de um universo mais amplo, como forma de suporte para o desenvolvimento do trabalho específico desses teóricos. (SOUZA; MARCHI Jr, 2010)

O tema do esporte só começa a ganhar destaque no fim dos anos 50. Em 1961 Eric Dunning defenderia, na Universidade de Leicester, sua tese de mestrado sobre o desenvolvimento do futebol, aplicando no fenômeno as teorias de seu orientador, o até então não muito conhecido sociólogo alemão Norbert Elias. (DUNNING, 1961) As teorias desenvolvidas por Elias e Dunning, mais especificamente o processo civilizador, são um dos pilares da sociologia do esporte, ganhando nos anos subsequentes um enorme destaque, tanto na mídia quanto na academia, contribuindo decisivamente para a aceitação do tema e o reconhecimento de sua importância como área de estudo. (SOUZA; MARCHI Jr, 2010)

A partir desse momento o estudo do esporte experimentaria um crescimento constante, tanto em interesse da sociedade quanto em prestígio dentro da academia, a tal ponto que neste início de século XXI o tema merece uma enorme atenção. A temática do esporte e lazer, hoje, é objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento, abordando os mais diversos aspectos do tema, desde características físicas da prática até suas consequências sociais, econômicas e políticas.

O objetivo deste trabalho não é abordar a história do estudo do esporte, nem produzir um relatório sobre as diversas contribuições feitas para o campo pelos seus estudiosos. Nossa análise irá basear-se, principalmente, na Teoria dos Campos, formulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. O rugby, analisado sob essa perspectiva, se caracterizará como um subcampo, ou seja, um ambiente regido por regras próprias e contendo uma série de disputas específicas. Apesar de suas características únicas, ele será uma parte integrante do campo esportivo, compartilhando com as outras modalidades uma série de semelhanças, além de participar da disputa por capital nesse cenário mais amplo.

A descrição do Campo Esportivo será feita pelo próprio Bourdieu, em 1978, no trabalho *Sport and Social Class*, considerado até hoje um marco na sociologia do esporte (SOUZA; MARCHI Jr, 2010). A tarefa de inserir a prática do rugby nesse âmbito é facilitada pelo fato de Bourdieu, ele próprio, ter sido um ávido jogador na sua juventude (WACQUANT, 2002) e frequentemente utilizar aspectos desse esporte, assim como suas especificidades, como exemplo em seus trabalhos (BOURDIEU, 1978, 1983)

A teoria dos campos foi desenvolvida inicialmente como uma forma de dar conta do estruturalismo na sociedade francesa. (BOURDIEU, 2013) e através dos anos foi fundamental na legitimação de diversas áreas de estudo, como moda, jornalismo, esporte, entre muitos outros, principalmente devido ao princípio da homologia dos espaços de produção cultural.

O raciocínio analógico, que se apoia na intuição racional das homologias (ela própria alicerçada no conhecimento das leis invariantes dos campos), é um espantoso instrumento de construção do objeto. É ele que permite mergulharmos completamente na particularidade do caso estudado sem que nela nos afogemos, como faz a idiografia empirista, e realizarmos a intenção de generalização, que é a própria ciência, não pela aplicação de grandes construções formais e vazias, mas por essa maneira particular de pensar o caso particular que consiste em pensá-lo verdadeiramente como tal. (BOURDIEU, 1989, p.32-33).

Segundo Bourdieu existiriam características universais regendo o funcionamento dos campos, nesse sentido analisando a fundo um campo específico, como por exemplo o da moda ou do esporte, poderíamos determinar características universais, que estariam presentes em todos os campos.

Essa noção deve ser usada com extremo cuidado, segundo o próprio Bourdieu, para não cair em um erro muito comum entre os cientistas sociais, o de procurar em todas as situações, por mais específicas que sejam, elementos universalizantes. (SOUZA; MARCHI Jr, 2010b). A teoria dos campos é constituída de três elementos principais: o campo, o *habitus* e o capital.

O campo é um espaço delimitado na sociedade possuindo uma estrutura própria. Dentro desse ambiente os sujeitos disputam seus troféus específicos, seguindo as regras estabelecidas dentro desse ambiente. Esses agentes buscam, dentro dessas estruturas, adquirir os diversos tipos de capital, que definiremos mais adiante, atuando dentro das regras desses espaços, ou buscando alterá-las.

Dentre esses espaços, que possuem cronologia própria e uma história estrutural relativamente autônoma da esfera econômica e política, encontra-se o campo esportivo. Enquanto locus social delimitado pela análise bourdieusiana, o campo esportivo, a propósito dos demais campos, também se trata de um espaço estruturado onde há dominantes e dominados que disputam os capitais específicos em jogo e buscam conservar a estrutura ou então transformá-la. Além disso, esse campo, como qualquer outro espaço social, desenvolve uma doxa e um nomos que lhe são pertinentes, ou seja, um senso comum que atribui lógica ao campo e um conjunto de leis invariantes que regulamentam as ações dos agentes. (SOUZA; MARCHI Jr, 2010b, p.300)

A noção de *habitus* irá ter uma dupla relação com o campo, se completando mutuamente, podemos dizer que o campo estrutura o *habitus* enquanto o *habitus* estrutura o campo. Ele é o conjunto de regras que mantém unido o campo, sendo o “princípio unificador e gerador de todas as práticas” (BOURDIEU, 2003, p.54). Um conjunto de práticas reconhecidas e incorporadas por todos os agentes. Podemos chamar o *Modus Operandi* dentro do campo, um conjunto de regras que mantém o campo unido.

Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (BOURDIEU, 1983, p. 65)

O *habitus*, ao contrário de ser uma estrutura, estará sempre em transformação, gozando de uma dupla situação, sendo ao mesmo tempo estruturador e estruturante. Isso quer dizer que a rigidez de suas regras não impede que os sujeitos atuem de forma a transformá-las, buscando sempre gerar uma nova estrutura mais adequada a seus objetivos, porém seguindo em parte as regras já estabelecidas dentro dessa mesma estrutura.

Com efeito, o *habitus*, constitui um princípio gerador que impõe um esquema durável e, não obstante, suficientemente flexível a ponto de possibilitar improvisações reguladas. Em outras palavras, tende, ao mesmo tempo, a reproduzir as regularidades inscritas nas condições objetivas e estruturais que presidem seu princípio gerador, e a permitir ajustamentos e inovações às exigências postas pelas situações concretas que põe a prova sua eficácia. A mediação operada pelo *habitus*, entre, de um lado, as estruturas e suas condições objetivas, e do outro as situações conjeturais com as práticas por elas exigidas, acabam por conferir à *práxis* social um espaço de liberdade que, embora, restrito e mensurável porque obedece aos limites impostos pelas condições objetivas a partir das quais se constitui e se expressa, encerra as potencialidades objetivas de inovação e transformações sociais. (MICELI, 2013, XLI)

O *habitus*, além de se relacionar com um determinado campo, terá uma influência profunda no próprio sujeito, que sofrerá a influência desse conjunto de regras desde a primeira infância, mas constantemente atualizados e reinterpretados durante a vida do sujeito e pela decorrência da sua atuação social. Nesse sentido um dos objetivos principais do pesquisador é perceber as transformações desse *habitus*, e verificar como as estruturas existentes agem de forma a preservar e multiplicar esse conjunto de valores, produzindo agentes dotados da capacidade de reproduzir essa estrutura dentro do grupo.

Os sujeitos dentro do campo irão estar em contaste disputa, seja por prestígio, vantagens ou pelo controle do *habitus*. Assim como também ocorrerão disputas entre aqueles fora do campo e os de dentro. A diferenciação entre esses sujeitos irá decorrer da posse de um capital simbólico.

A propósito, o conceito de capital é de suma importância e capilaridade para entender a dinamicidade com que se organiza o espaço social, sobretudo no que tange à definição do gosto e dos estilos de vida. Para tanto, Bourdieu procura ampliar a noção de capital para além do poder explicativo de que esse conceito se revestia nas abordagens marxistas, demonstrando que, para compreender as trocas simbólicas permeadas nos mais distintos campos sociais, pode-se recorrer à figura analógica da economia, na medida em que o capital se apresenta como um recurso que tende a conferir lucros distintivos a quem o possui. (SOUZA; MARCHI Jr, 2010b, p.309)

Bourdieu irá ampliar o conceito materialista de capital. Se para Marx a diferenciação na sociedade vem exclusivamente da posse de capital econômico e bens materiais, Bourdieu acrescenta valores imateriais nas relações de poder. Mais especificamente o capital cultural, posse de conhecimento reconhecido dentro do campo, e o capital social, relacionamentos que podem ser utilizados para gerar recursos.

A noção de capital de Bourdieu, que acrescenta elementos imateriais, permite que se analise a disputa pela posse de bens em cada campo de maneira individual. Se a posse de capital econômico existe em todos os campos de maneira igual, os outros capitais estão relacionados diretamente com as características de cada campo, por exemplo: a destreza física é um capital importante dentro do campo esportivo, a posse de tal qualidade porém pouco agrega para o seu possuidor caso este esteja no campo da música ou da moda.

A teoria dos campos de Bourdieu é sua grande contribuição para a sociologia, porém esse é apenas um dos elementos presentes em sua obra, com o sociólogo trabalhando também com outras categorias. Uma delas, a *Illusio*, apesar de menos conhecida consideramos que traz uma série de elementos importantes, tanto para a análise do subcampo do rugby, quanto do campo esportivo como um todo.

Apesar de ser abordada por Bourdieu já nos seus primeiros escritos, a *Illusio* será trabalhada mais profundamente apenas nas últimas obras do sociólogo, sendo possivelmente essa uma das razões pela qual o conceito não é muito debatido. A categoria está mais presente em seus livros mais recentes, como *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação* (BOURDIEU, 1996) e *Meditações Pascalinas* (BOURDIEU, 2000).

A *Illusio* marca uma aproximação com a psicologia, e pode ser definida como a paixão pelo jogo, sendo centrada no jogar pelo jogar, uma vontade que superaria muitas vezes os elementos lógicos da ação.

Taking part in the *illusio* . . . means taking seriously (sometimes to the point of making them questions of life and death) stakes which, arising from the logic of the game itself, establish its 'seriousness'. (BOURDIEU, 2000, p.11)¹

Associando esse conceito à teoria dos campos podemos pensar a *Illusio* como uma imersão total em um campo específico, um estado em que o sujeito tem o completo

¹ Tomar parte na *Illusio*... quer dizer levar a sério (às vezes ao ponto de transformar-se em questão de vida ou morte) apostas que derivam do jogo por ele mesmo, estabelecendo sua seriedade (tradução livre)

domínio do *habitus*, assim como uma relação tão profunda que a vontade de controlar os capitais simbólicos em disputa, naquele campo, superariam as razões lógicas, é nesse sentido que se pode falar do prazer de jogar pelo jogar.

Esse estado ocorreria apenas aos “nativos” do campo, aqueles sujeitos já nascidos em famílias que participam ativamente do campo, sendo criados em um ambiente onde esse *habitus* específico é inculcido desde a primeira infância, dando origem a uma relação muito mais profunda e menos racional do a daqueles que se engajam no campo em idade mais avançada, ou por razões pragmáticas. (OLIVEIRA, 2005)

A *illusio* também se insere de maneira mais ampla dentro da obra de Bourdieu, sendo um elemento importante para analisar a manutenção da desigualdade dentro da sociedade, um tema central que irá impulsionar grande parte da obra do sociólogo. Os sujeitos dotados de uma *illusio* específica possuem, por ter um conhecimento maior do funcionamento do campo, uma vantagem sobre os outros participantes, um elemento que pode determinar o seu sucesso na disputa pelos capitais simbólicos e pelo controle do campo em geral (COSTEY, 2005). Vale destacar que, como as outras categorias de Bourdieu, esse elemento não deve ser tomado de maneira determinista, estando a situação sujeita também a outras forças e elementos causais que influem na disputa e no controle do campo.

Definimos assim teoricamente os elementos da teoria dos campos de Bourdieu e de *illusio*. O campo esportivo, por sua vez, constitui um espaço com regras definidas, com uma posição em relação ao campo do poder, com atores compartilhando um mesmo *habitus* e se envolvendo em disputas simbólicas por determinados tipos de capital, valorizados pelos elementos pertencentes ao campo. Porém, antes de definir o campo esportivo especificamente, assim como o subcampo do rugby, é importante a análise de um elemento fundamental para esse campo específico: o corpo.

1.2.- Mauss

Como definimos anteriormente, o conceito de capital é fluído e pode variar entre um campo e outro, com um determinado capital tendo grande valor em um campo enquanto não é valorizado em outro. No caso do esporte, a utilização do corpo constituiu um

capital fundamental, já que é através dessa ferramenta que o atleta, ou até mesmo o espectador, representa diversos valores.

O corpo é uma entidade muitas vezes representada apenas como algo natural, dado em termos de metabolismo, anatomia, fisiologia e etc., inclusive comparando-o com o de outros animais. A noção dualista, presente no ocidente desde a Grécia antiga, entre corpo\alma contribui para manter essa ideia e obscurece o fato de que, além da parte médica e biológica, o corpo também é construído por relações sociais e valores culturais, que alteram a forma como ele é entendido, valorizado e definido. (GASTALDO; BRGA, 2011)

O filósofo francês Michael Foucault vai descrever o corpo como o locus privilegiado de ação do poder e do controle social (FOUCAULT, 1980). Entendemos assim que o corpo, muito mais do que marcas naturais, altura, peso, formato e etc., vai ser construído por definições sociais, onde cada sociedade encontra maneiras diferentes de inculcar suas crenças, preconceitos e cultura.

Os exemplos de como esses fenômenos acontecem podem ser encontrados em quase todas as sociedades e períodos. Como exemplos, podemos citar a técnica chinesa de encolher os pés das mulheres nobres e a punição mulçumana de cortar a mão dos ladrões (CLASTRES, 1980). Na sociedade ocidental contemporânea essa questão continua a ser um tema central, a recente popularização das tatuagens, piercings e outras alterações corporais são exemplos clássicos do como o corpo é transformado e utilizado enquanto forma de expressão de um determinado conjunto de valores (FERREIRA, 2007). Na atividade física o fisiculturismo, que em inglês recebe o sugestivo nome de *Bodybuilding* (construção do corpo em uma tradução livre) é outro exemplo de como transformamos nossa forma física em nome de convenções culturais. (OBEL, 1996)

A relação do corpo com a sociedade não passa exclusivamente pelas modificações e diferentes formas de apreciação. Em todas as funções que utilizamos o trabalho físico estamos presos a uma determinada forma de fazê-lo, que não é aleatória ou natural, mas relacionada com nossa posição social, cultura, gênero, entre outros aspectos, presente até nas coisas mais óbvias, como cavar um buraco.

O primeiro a trabalhar essa ideia será o antropólogo francês Marcel Mauss, que no seu artigo de 1935, "*Les techniques du corps*", cria o conceito de técnica corporal,

mostrando como os gestos técnicos estão impregnados de convenções sociais, e como tudo que fazemos é aprendido e não uma conclusão natural. Ao pensar dessa maneira Mauss irá interpretar que, como todas as técnicas estão carregadas de significado, quando ensinamos nossas crianças alguma ação, por mais insignificante, também estamos transmitindo uma série de valores e convenções sociais. Nesse sentido ao ensinar uma criança a andar, por exemplo, estamos indiretamente transmitindo um posicionamento de classe, gênero e cultura. (LÉVY-STRAUS, 2003)

Mauss, apesar de ter seu mérito acadêmico amplamente reconhecido, não dispõe do mesmo prestígio de outros autores de sua época. Isso se deve, em parte, pelo fato dele nunca ter publicado um livro completo, preferindo ficar sempre em ensaios e artigos, o que lhe rendeu muitas críticas. Mesmo assim suas teorias representam uma importante forma de ver o mundo e entender a relação entre o corpo e a sociedade, principalmente para o estudo do esporte e do lazer. (CAILLÉ, 1980)

Ou seja, ‘o homem sempre em toda parte’, pode e principalmente ‘soube fazer do seu corpo um produto de suas técnicas e de suas representações’. Portanto, os gestos corporais que se encontram interditados numa sociedade podem ser considerados como ponto inicial para a compreensão de que a natureza e cultura não estão tão longe uma da outra, em polos opostos. (RODRIGUEZ, 2000, p.69)

Mauss, como a maioria dos franceses de sua geração, será profundamente marcado pela experiência da primeira guerra mundial, retirando das suas experiências no front de batalha muitas dos elementos que irão fundamentar seus trabalhos posteriores. Sua experiência com os batalhões ingleses lhe permitiu ver como soldados de outras nacionalidades executavam tarefas, às vezes as mais básicas, de maneiras diferentes (MAUSS, 2006)

Um dos exemplos mais famosos, e didáticos, da técnica corporal será encontrado na questão das pás francesas e inglesas. As trincheiras foram a grande marca da primeira guerra, para isso foram construídos milhares de quilômetros de túneis e buracos, cavados pelos milhões de soldados envolvidos. Nesse processo foi encontrado um problema inusitado, a pegada das pás inglesas e francesas era diferente, assim como sua forma de utilização. Apesar de esse detalhe ter sido inicialmente negligenciado pelo comando central, se constatou no campo que as tropas eram absolutamente incapazes de utilizar as ferramentas importadas, o que levou a transferência de milhares de pás entre as tropas e a constante vigilância para que cada soldado tivesse sua respectiva pá.

(MAUSS, 2006). Essa anedota serve para mostrar que todas as nossas ações são aprendidas. Mesmo uma coisa de aparência óbvia, como o ato de cavar um buraco no chão, está vinculada a uma série de convenções sociais.

Mauss por base de seu pensamento que a ferramenta mais antiga do mundo é, na verdade, o corpo. Desde o começo dos tempos o ser humano vem utilizando seus atributos físicos para concluir as mais diversas tarefas. A técnica então será uma criação utilizada para concluir esses objetivos com mais facilidade.

Chamo de técnica um ato tradicional eficaz (e vejam que, nisto, não difere do ato mágico, religioso, simbólico). É preciso que seja tradicional e eficaz. Não há técnica e tampouco transmissão se não há tradição. É nisso que o homem se distingue sobretudo dos animais: pela transmissão de suas técnicas e muito provavelmente por sua transmissão oral. (MAUSS, 2003, p.407).

A técnica é definida por Mauss como um ato tradicional eficaz, ou seja, ela precisa solucionar os problemas e ser transmitida de uma geração para outra. Isso faz com que a técnica corporal seja algo incutido nas pessoas desde a primeira infância, inicialmente pelos pais, depois pela sociedade de uma forma mais ampla. Desde muito jovens estamos aprendendo a forma como andamos, utilizamos as mãos, comemos, manifestações que contém uma série de valores.

Essa técnica, apesar de ter muita força, também pode ser modificada através do tempo, por isso quando descrevemos uma técnica corporal temos sempre de colocá-la dentro de um espaço temporal. Um dos exemplos encontrados por Mauss é o efeito do cinema americano nos trejeitos dos franceses. Com o advento das superproduções hollywoodianas na sociedade francesa, muitas pessoas passaram a imitar os atos dos artistas de cinema, influenciando assim a forma de andar dos franceses. (MAUSS, 2006)

Esse fenômeno se deve em parte pelo que Mauss irá definir como “imitação prestigiosa”, que quer dizer que muitas das técnicas corporais são transmitidas por imitação e para isso escolhemos como modelo os elementos da nossa sociedade que consideramos ter mais valor, poder ou prestígio. Como no caso acima as estrelas de cinema.

No caso do campo esportivo a técnica corporal exerce um papel central na criação das diferenças e da própria dinâmica do corpo, já que o atleta e, em certa parte, o espectador, ao escolher um esporte, assim como uma determinada maneira de praticá-lo, está preso a uma determinada técnica corporal, que está relacionada com uma

determinada classe, gênero, cultura e idade, muitas vezes inculcada nele já na primeira infância.

O campo esportivo se torna cada vez mais central no estudo da técnica corporal, pois com o advento da tecnologia delegamos cada vez mais tarefas as máquinas, perdendo aos poucos diversas técnicas. O esporte então se torna um dos poucos ambientes no qual ainda podemos aferir todas as diferenças na forma de se utilizar o corpo na sociedade. (LÉVY-STRAUSS, 2003)

1.3.- O subcampo do rugby

A legitimidade dessas técnicas corporais, assim como o seu efeito de “imitação prestigiosa”, são um dos elementos de disputa do âmbito esportivo. Como coloca Bourdieu, uma característica central do campo esportivo é a própria disputa entre os atores pelo monopólio legítimo da definição do que é ser esportivo.

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – de elite – e esporte popular – de massa – etc.; e este campo está ele também inserido no campo das lutas pela definição do corpo legítimo e do uso legítimo do corpo, lutas que além de oporem entre si, treinadores, dirigentes, professores de ginástica e outros comerciantes de bens e serviços esportivos, opõem também os moralistas e particularmente o clero, os médicos e particularmente os higienistas, os educadores no sentido mais amplo – conselheiros conjugais, dietistas, etc. –, os árbitros da elegância e do gosto – costureiros, etc.(BOURDIEU, 1983, p.7).

A utilização de diferentes regras e técnicas corporais permite aos diversos atores interpretarem esse fenômeno de diferentes maneiras. As diferentes características socioculturais e econômicas dos membros do campo permitem que cada participante aplique diferentes concepções na sua prática, que refletem de certa forma outros aspectos de sua realidade. Assim, a prática é transformada e caracterizada de acordo com os sujeitos envolvidos, o ambiente em que ela ocorre e como se dá o “efeito de apropriação” (BOURDIEU, 1990).

Para fins deste trabalho não iremos nos aprofundar na questão da origem do esporte. Nesse sentido consideramos que o fenômeno do esporte moderno, assim como do campo esportivo atual, está profundamente ligado com as transformações ocorridas na Inglaterra, na passagem do século XVII para o XVIII, com a esportivização dos jogos

populares, que vinham sendo praticados desde a idade média, utilizando a interpretação desenvolvida de Norbert Elias e Eric Dunning (ELIAS; DUNNING, 1986).

Consideramos o rugby um subcampo do campo esportivo. Mesmo apropriado por diversos grupos e transformado de forma específica por cada cultura, que analisaremos no caso brasileiro de forma específica, o esporte possui uma série de características próprias, um ethos compartilhado por todos os membros desse subcampo e reconhecido por todos os praticantes como práticas legítimas. Para entender essas práticas é necessária uma análise histórico-sociológica da construção da modalidade.

O rugby irá seguir o mesmo processo de normatização dos outros esportes, entre o fim do século XVII e XVIII. No seu caso específico, podemos rastrear sua origem na *Rugby School*, instituição pública de ensino da pequena cidade de Rugby, que fará as primeiras regras escritas do esporte em 1845. A dispersão dos ex-alunos da escola pela Inglaterra garantirá a expansão do esporte, com diversas equipes se formando já na década de 1850. Em 1871, depois de anos de tentativas de unificação de todos os códigos de futebol, a modalidade se consolidaria definitivamente, com a fundação da *Rugby Football Union* (RFU), rompendo definitivamente com a *Football Association* (o futebol). (RICHARDS, 2011)

Analisar a forma como se deu a difusão das regras de rugby, descrita sucintamente acima, não é o objetivo deste trabalho, nem um valor representativo dentro do subcampo. Entre os membros, e divulgado para a sociedade em geral, a criação do rugby se dá de uma maneira bem diferente da descrita acima, tomando a forma de um mito, que serve para unir os participantes e apresentar uma série de características associadas à sua prática e valorizada pelos participantes.

Em 1823, durante uma partida de futebol, na *Rugby schools*, um dos alunos, William Webb Ellis, supostamente pouco habilidoso com os pés, tomaria uma decisão que mudaria o esporte para sempre, ele agarraria a bola com as mãos partindo em direção ao gol. Os outros estudantes, diante da situação, sairiam em sua caça, tentando evitar que completasse seu objetivo. Nascia assim o jogo de rugby.

A história, por mais apócrifa que seja, foi registrada pela primeira vez na década de 1870, e se firmaria como o grande mito fundador do esporte, reconhecida por todos os participantes. Apesar da veracidade duvidosa, o aluno Webb Ellis de fato existiu,

estudando na escola entre 1816 e 1825. Viveu uma vida tranquila como clérigo anglicano, morrendo em 1872, no sul da França, sem nunca ter tido conhecimento da importância de sua história.

A consagração definitiva dessa história viria em 1895, com a colocação de uma placa na *Rugby school* reconhecendo seus feitos. E continuaria a crescer, tanto que na primeira edição da Copa do Mundo de Rugby, em 1983, se decidiu chamar a taça de William Webb Ellis.

O túmulo de Ellis seria descoberto em 1958, em um pequeno cemitério na cidade de Menton, no sul da França. Foi reformado diversas vezes e se tornou local de peregrinação, tendo sido visitado desde então por diversas figuras importantes do esporte. Na sua lápide foi acrescido um epitáfio reconhecendo seus feitos.

THIS STONE COMMEMORATES THE EXPLOIT OF WILLIAM WEBB
ELLIS WHO WITH A FINE DISREGARD FOR THE RULES OF
FOOTBALL AS PLAYED IN HIS TIME FIRST TOOK THE BALL IN HIS
ARMS AND RAN WITH IT THUS ORIGINATING THE DISTINCTIVE
FEATURE OF THE RUGBY GAME

A.D. 1823²

A história de Ellis apresentará uma série de valores fundamentais do subcampo, sendo diversas vezes reinterpretada pelos diferentes atores. Inicialmente era uma representação dos valores de classe média atrelada ao esporte (COLLINS, 2009). Com o tempo, porém, esse significado se perdeu, com a lenda representando atualmente outros valores.

Um dos mais importantes é a diferenciação com o futebol, mostrando que apesar de uma origem similar, o esporte carrega uma série de valores diferentes, o que vai ficar mais em evidência a partir da difusão do rugby para além dos centros mais tradicionais, principalmente no final do século XX, como o Brasil e outros países com amplo domínio do futebol. A lenda será apresentada como um convite para aqueles que não se enquadram nos requisitos físico-técnicos do futebol, mostrando o rugby como um esporte onde a vontade, mais do que a habilidade, é o elemento fundamental.

² Esta lápide comemora a façanha de William Webb Ellis, que com um elegante despreço pelas regras do football que naqueles tempos se jogava correu pela primeira vez com a bola entre as mãos dando assim origem ao diferente ato do jogo de Rugby. A. D., 1823. (Tradução livre)

A segunda metade do século XIX seria fundamental para a construção do subcampo do rugby, ilustrando uma série de valores que, além de distanciar a modalidade definitivamente do futebol, são seguidos até hoje, o principal deles o amadorismo.

Assim como o futebol, a crescente popularidade do rugby levaria sua prática muito além das escolas públicas inglesas, com um crescente número de clubes, o início da espetacularização do esporte através do aumento do público, e a diversificação do perfil econômico dos participantes.

A crescente participação da classe operária, e a consequente pressão pela profissionalização, encontram respostas diferentes nas duas modalidades. Enquanto no caso do futebol esse conflito terminaria com a aceitação do profissionalismo, deixando de lado os ideais iniciais de classe média, no rugby a resposta à pressão será exatamente oposta, com uma defesa feroz do amadorismo que levará ao chamado cisma de 1895, quando os dois lados romperão definitivamente, com os defensores da profissionalização fundando o que viria a ser um novo esporte, o Rugby League, enquanto o Rugby Union se manteria amador até 1994. (RICHARDS, 2011)

A defesa intransigente do amadorismo, que duraria quase 100 anos, caindo apenas em 1994, constitui um dos traços mais marcantes do subcampo. O ideal amador serviria para enraizar diversas noções, presentes até hoje, mantendo a visão do rugby como um jogo feito para a diversão dos participantes, não dos espectadores, deixando os aspectos plásticos de lado em prol de prover uma melhor experiência dentro de campo. Uma noção que estará em constante discussão, já que o amadorismo não impedirá a popularização do esporte, assim como sua posterior profissionalização, gerando um conflito constante dentro do subcampo, entre espectadores x jogadores. (RICHARDS, 2011)

A opção pelo amadorismo atrelará o esporte permanentemente aos ideais da classe média britânica do século XIX (COLLINS, 2009). O *Fair Play* se manterá como um dos pilares do jogo, noção representada pelo velho ditado britânico, trazido à tona novamente pelo filme *Invictus* de Clint Eastwood (2009), “Rugby is a ruffian’s game played by gentlemen, and football is a gentleman’s game played by ruffians” (AMADO, 2008).

Nesse sentido ele define o futebol como um esporte onde o jogo sujo e a vitória a qualquer custo são os valores dominantes, enquanto o rugby é visto como uma atividade, que apesar de brutal e, muitas vezes violenta, está atrelada a outros valores, o respeito ao adversário e a disputa sadia, sempre dentro das regras.

Essa filosofia estará representada na obrigatoriedade das confraternizações após o jogo, os famosos terceiros tempos, onde as duas equipes, seguindo o espírito de amizade e companheirismo, se reúnem para beber, comer e conversar sobre o jogo, mostrando que a rivalidade e a violência são elementos presentes apenas dentro de campo.

A proibição do pagamento aos atletas será, em última, instância, uma tentativa da classe média britânica de impedir a entrada dos setores populares, que começavam a tomar gosto pelo esporte, sendo muitas vezes tecnicamente superiores. Apesar da estratégia ter sido bem sucedida na Inglaterra, pelo menos até os anos 50, (COLLINS, 2009), ela não impedirá a reinterpretação dos valores do esporte, principalmente com sua expansão pelo resto do mundo.

É evidente que a divulgação do esporte desde as escolas de "elite" até as associações esportivas de massa, é necessariamente acompanhada tanto de uma modificação das funções que os próprios esportistas e os que os enquadram dão à prática, quanto de uma transformação da prática esportiva que vai no mesmo sentido da transformação das expectativas e exigências do público, que por sinal engloba muito mais do que os antigos praticantes: é assim que a exaltação da proeza viril e o culto do espírito de equipe que os adolescentes de origem burguesa ou aristocrática das *public schools* inglesas ou suas rivais francesas da *belleépoque* associavam à prática do rugby não pode se perpetuar entre os camponeses, os empregados ou os comerciantes do sudoeste da França, a não ser ao preço de uma profunda reinterpretação. Compreende-se que aqueles que guardaram a nostalgia do rugby universitário, dominado pelas elegantes corridas dos jogadores de pontas, tenham dificuldade em reconhecer a exaltação do *manliness* e o culto do *team spirit* no gosto pela violência (a "cotovelada") e na exaltação ao sacrifício obscuro e tipicamente plebeu até em suas metáforas ("cavar" o jogo, etc) que caracteriza os novos jogadores de rugby e muito especialmente os corajosos que avançam mais. (BOURDIEU, 1978, p.13)

A forma de se jogar não é fixa, podendo ser reinterpretada pelos diferentes atores. Através da utilização do corpo e da técnica corporal os diferentes grupos irão transmitir o seu conjunto de valores para os participantes, utilizando o esporte como uma representação da sua própria sociedade, nesse sentido podemos destacar o ideal de masculinidade atrelado à modalidade. A criação de "homens" foi sempre um dos elementos fundamentais do subcampo do rugby, uma característica compartilhada pelos

sujeitos em todos os lugares onde o esporte foi praticado. O ensinamento da modalidade, assim como sua técnica, será uma forma de passar, para os jovens garotos, valores percebidos por essas sociedades como importantes para esse grupo.

A questão se torna mais complexa frente ao fato de que em cada um desses lugares existirá uma concepção diferente do homem ideal, com a modalidade sendo usada para transmitir valores diversos, muitas vezes conflitantes entre si, fato que pode ser percebido até os dias de hoje, principalmente se analisarmos o rugby escolar em diferentes países. (LIGHT, 1990).

Para os seus criadores, a classe média britânica, a modalidade será, além de uma disputa entre cavalheiros, entendida também como uma forma de criar soldados, assim a disciplina, o respeito e o fair play serão valores centrais entre os participantes.

A RFU terá relativo sucesso em manter o monopólio da interpretação do jogo na Inglaterra, mas não poderá impedir sua difusão internacional, como entre os trabalhadores industriais de Gales, os agricultores do sul da França e os fazendeiros neozelandeses. Nesses lugares a fisicalidade do jogo será ampliada, dando origem a uma modalidade muito mais exigente fisicamente, além de frequentemente violenta.

Nos embates internacionais essa nova interpretação do jogo se mostrará tecnicamente muito superior, com os ingleses acumulando derrotas, principalmente para os neozelandeses. Os selecionados ingleses, por sua vez, irão acusar os adversários de serem excessivamente físicos e frequentemente desleais, deturpando assim os valores centrais do jogo.

No caso da Nova Zelândia a modalidade será duplamente interpretada. Para os colonos brancos ela será atrelada a valores rurais, principalmente dos criadores de ovelhas, representando a vida ao ar livre, a força física e a resistência à dor (embora, vale destacar, apesar da modalidade carregar esses ideais o jogo será praticado principalmente entre as populações urbanas). Paralelamente, o rugby também encontrará grande aceitação entre os aborígenes neozelandeses, os Maoris, que usarão o esporte para divulgar sua cultura, assim como as tradições guerreiras. (RICHARDS, 2011).

No caso da França, o rugby encontrará grande aceitação por parte dos agricultores do sul, principalmente nas vilas do sudoeste, onde será expressão das fortes rivalidades

entre as regiões francesas, além de fonte de afirmação dos valores dos pequenos agricultores, como na Nova Zelândia. Neste caso a modalidade se tornará um luta pela glória local, onde a vitória a qualquer custo é o objetivo último. O jogo então será um embate sangrento, com mortes frequentes e acusações constantes de profissionalismos. (DINE, 2001).

Nesse ambiente a participação feminina é completamente vetada, a figura da mulher será afastada do campo de jogo, considerado muito duro e masculino, ficando restrita ao papel de mãe, torcedora e amante. (SAOUTER, 2003). As primeiras equipes femininas surgirão apenas na década de 1980, com a consequente criação das primeiras ligas e competições internacionais. A entrada das mulheres no campo de jogo não se dará sem conflitos e contestações, sendo percebida por muitos atores como algo antinatural. O jogo feminino representará um desafio aos tradicionais ideais de masculinidade do subcampo, em um processo ainda não totalmente consolidado, introduzindo o rugby em um debate social mais amplo sobre a condição da mulher. (PACHECO, 2014; CHASE, 2006).

Concluindo, dentro do subcampo do rugby existe uma série de tensões e conflitos, elementos constantemente negociados e reinterpretados pelos próprios atores, tanto no nível internacional quanto regional, tendo na técnica corporal um dos elementos fundamentais, tanto na construção do subcampo, como na construção do elemento da masculinidade, assim como na diferenciação dos atletas e na regionalização.

A profissionalização em 1994 aflorará as antigas tensões entre o esporte de jogadores e o espetáculo, que se transforma em uma constante negociação entre os que querem manter o “espírito do rugby” e os objetivos econômicos de equipes e federações. Além disso, a entrada das mulheres no esporte será um desafio para o espírito de masculinidade arraigado entre os atores mais tradicionais, sendo agora constantemente reinterpretado pelos novos participantes.

No caso do subcampo do rugby, a *illusio* irá se manifestar no “espírito do rugby”, sendo os detentores mais legítimos desse sentimento aqueles que cresceram nos centros tradicionais da prática, tendo participado desse ambiente desde a infância, assimilando o *hábitus* de maneira mais profunda. No novo ambiente globalizado, em meio à profissionalização e à expansão do esporte esses sujeitos terão uma voz maior, sendo considerados os detentores legítimos do *hábitus*.

2 – Identidade Nacional

2.1.- A busca pelo conceito de nação

Nessa parte do trabalho iremos construir a base teórica de um elemento específico do subcampo do rugby brasileiro, a questão da construção de uma identidade nacional alternativa.

Construída principalmente através da atuação de estrangeiros, mesmo que a contribuição de nativos não possa ser esquecida, a prática do rugby irá sempre existir em paralelo com a experiência desses viajantes nas novas terras.

O imigrante, ao mesmo tempo em que retoma a prática do esporte que aprendeu em sua terra nativa, estará constantemente dialogando com uma cultura nacional nova, procurando interpretar e entender os costumes e tradições dessa nova terra. Esse processo é um constante diálogo entre a cultura original do sujeito e os novos valores que está em contato, construindo da interação dos dois sua própria visão do que significa fazer parte desse país.

O rugby, como discutimos no capítulo anterior, é uma atividade que vai muito além da prática do esporte dentro de campo, transmitindo um conjunto de valores e exigindo dos atletas uma dedicação importante fora do campo, seja na organização de um esporte eminentemente amador, ou através da participação nos tradicionais terceiros tempos.

O rugby será uma das primeiras atividades a que muitos desses estrangeiros irão se dedicar no Brasil, já que vinha do seu país de origem. A prática então irá permear o processo de aculturação desse imigrante, servindo como um ambiente em que o estrangeiro irá aos poucos também se identificar com o Brasil, pelo contato com os nativos e participando de uma coletividade. Vai gerar assim a sua própria noção de brasilidade, que mesmo vivenciada em um grupo reduzido e eventualmente distinta dos valores mais típicos, não pode ser descartada como menos legítima ou irrelevante.

Nesse sentido precisamos desconstruir a noção original de identidade nacional, entendendo esses dois conceitos, identidade e nacional, como elementos extremamente

fluídos, sendo constantemente renegociados dentro da sociedade, nunca encontrando uma forma definitiva, além de interpretado de forma diferente por diferentes grupos.

Esta é uma definição distinta, discutida a partir da década de 1960, que substituiu a interpretação do século XIX, que entendia a nação, e tudo relacionado a ela, em termos imutáveis e grandiosos.

A noção de nacionalidade está arrigada de tal forma no mundo moderno, que quase se pode pensá-la com uma característica inerente do ser humano. Não há, também, nenhum indício de que em um futuro próximo as pessoas possam começar a se identificar em outros termos. Um conceito que, durante o século XX, levou tantas pessoas a lutarem e morrerem por ele não pode ser colocado em dúvida. No mundo moderno tudo pode ser colocado em termos nacionais, idioma, cultura, culinária, música, constituindo uma parte importante do modo como às pessoas são vistas e se veem. “Ter uma nacionalidade não é uma característica inata do ser humano, mas chega realmente a parecê-lo” (GELLNER, 1993, p.19). Podemos definir nação, no direito internacional, como:

“A people, or aggregation of men, existing in the form of an organized jural society, inhabiting a distinct portion of the earth, speaking the same language, using the same customs, possessing historic continuity, and distinguished from other like groups by their racial origin and characteristics, and generally, but not necessarily, living under the same government and sovereignty”. (<http://thelawdictionary.org/nation/>)³

Apesar de ser vista como algo eterno, remetendo a um passado imemorial, a nação só surgiu como entidade política a partir do século XIX. A artificialidade do conceito de nação só começará a ganhar força a partir do fim dos anos 60, quando diversos teóricos como Talal Asad, Edward Said, Ernest Gellner, Eric Hobsbawn e Benedict Anderson se debruçaram sobre o assunto (TEIXEIRA, 2005, p.6).

No período anterior a esses pensadores, o estudo das nações era da alçada dos historiadores, e se relacionava mais com a sua formação. A nação era um elemento dado e atemporal, pouco atraindo os grandes sociólogos, por exemplo, Marx, Durkheim e Weber pouco discorreram sobre o assunto. (GELLNER, 2008)

³ Um povo, ou agregado de pessoas, existindo na forma de uma sociedade jural organizada, habitando uma porção definida da terra, falando a mesma língua, tendo os mesmo costumes, possuindo uma continuidade histórica e distinta dos outros grupos pela sua origem racial e características, e geralmente, mas não necessariamente, vivendo sob um mesmo governo ou soberania (tradução livre)

A definição do que é uma nação, e seus derivados, ainda é controversa. Partindo da descrição jurídica, temos como base da nação uma população que compartilha uma herança comum. Pessoas que possuem a mesma língua, os mesmos costumes, uma história em comum, o que faz com que tenham uma identidade única, e habitem uma determinada região, com fronteiras definidas.

Os poloneses, por exemplo, constituem uma nação porque seus habitantes possuem uma história em comum, que data dos tempos do império romano, quando o primeiro governo estabelecido no que hoje é a Polônia moderna, se converteu ao catolicismo, ainda hoje religião oficial do país, além de falarem uma língua comum, o polonês. A Polônia, porém, perdeu sua independência em 1795, quando seu território foi dividido entre Prússia, Rússia e Áustria. Só reganhariam a sua independência em 1918, quando, depois da primeira guerra mundial, o mapa da Europa foi redesenhado seguindo os novos princípios de nacionalidade, a partir dos 14 pontos de Wilson, que buscava de maneira irreal fazer uma Europa onde cada nação tivesse um estado independente. (LUKOWSKI; HUBERT, 2006)

Se em 1918 essa definição era clara e, de certa forma consagrada, apenas algumas décadas antes a palavra nação tinha um significado totalmente diferente. Analisando o dicionário da real academia espanhola vemos que a palavra nação, no sentido moderno, aparece apenas em 1884. Nas edições anteriores essa palavra era apenas definida como “agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino” (HOBSBAWN, 2008, p.25). No início do século XIX a nacionalidade era vista como nada mais do que o local de nascença de uma pessoa. Não existia uma relação direta entre território e cultura, como dois elementos inseparáveis.

A existência de um Estado não era considerada um elemento fundamental para a manutenção da cultura e da identidade de um povo, nem que o território deveria ser necessariamente governado por aqueles que constituíam a maioria da população. Podemos comprovar como a lealdade e a legitimidade residiam em outros elementos analisando as dinastias que governaram a Europa durante o século XIX. A realeza inglesa atualmente se identifica como descendentes da Casa de Windsor, essa corrente, porém, só surgiu em 1917, em meio ao sentimento anti-germânico, iniciada por George V. Antes disso, seus dois antecessores, Edward VII e George IV, eram afiliados da Casa de Saxe-Coburg and Gotha, de origem germânica, da qual fazia parte também o Kaiser

Wilhelm II e o Czar Nicolau III. Durante todo o século XIX o povo britânico não viu problema em reverenciar uma casa real de origem germânica, nem os monarcas eram vistos com desconfiança. (HOBSBAWN, 2008)

O século XIX viu a formação e o crescimento da ideia de nação e do nacionalismo, de tal forma que não podemos pensar o século XX sem levarmos em conta esse fenômeno.

Um fenômeno que atravessou as classes sociais, as identidades regionais e cresceu da tal forma que em 1914 parece algo extremamente lógico, para um jovem alemão, morrer por um país que havia sido criado a apenas algumas décadas antes, formado por uma série de reinos que haviam conservado sua independência e cultura durante séculos. O que mudou na Europa nesse período, que elementos transformaram a mentalidade da população desse modo?

“Sendo assim, segundo nosso modelo, a era de transição para a industrialização estava também destinada a ser uma era de nacionalismo.” (GELLNERER, 1993, p.66). A nação é uma filha da modernidade e da modernização, não se podem pensar os eventos que aconteceram depois da revolução francesa sem pensarmos na nação, nem podemos pensar a nação sem levarmos em conta esses mesmos acontecimentos. A criação de uma consciência nacional também levará em conta as necessidades do capitalismo nascente, se adequando aos objetivos do capital e da sua expansão econômica. Por ser criada na era de grande soberania europeia (HOBSBAWN, 2010) não podemos pensar a nação sem pensar os eventos desse continente, mesmo que tenha se espalhado pelo mundo.

A Revolução Francesa, como coloca Hobsbawn, também produziu um dos primeiros documentos que trata desse conceito, na Declaração de Direitos de 1795. “Cada povo é independente e soberano, qualquer que seja o número de indivíduos que o compõe e a extensão do território que ocupa, esta soberania é inalienável”.

Nesse artigo estão as bases do nacionalismo que viria a crescer, porém a carta não define ainda seus conceitos fundamentais. A defesa da soberania será um dos elementos chaves da nação e virá a preencher muitas das lacunas de poder deixadas pela queda dos antigos regimes (ANDERSON, 2005)

Com a Revolução Francesa, o iluminismo e o conseqüente aumento da democracia, as antigas lealdades foram aos poucos sendo erodidas. Não era mais possível controlar a população da Europa com as antigas ferramentas existentes há séculos. A religião, o

direito divino, a nobreza de sangue perdiam força diante de uma população cada vez mais cética, que não tinha mais medo de uma punição divina em caso de desrespeito. A ideia de uma recompensa após a morte, depois de uma vida de submissão às vontades do soberano não atraía mais a população, que se mostrava cada vez mais disposta a buscar as recompensas ainda na terra. (HOBSBAWN, 2008; ANDERSON, 2005).

O enfraquecimento do sentimento religioso não é um fenômeno relacionado apenas à formação da nação. Esse conceito influenciará também outras áreas. Um dos primeiros autores a constatar esse fenômeno é Max Weber, na sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Nela ele desenvolverá o conceito de “desencantamento do mundo” (THIRY-CHERQUES, 2009, p.911), a partir do qual ele ilustra como a sociedade europeia vai, aos poucos, se desprendendo da visão mágica do mundo, atingido uma visão racional, com a ascensão do calvinismo no século XVII.

Nesse ambiente de mudança, o apelo nacional se tornava uma ferramenta importante. O sentimento de união reforçava a ideia de que todos os habitantes compartilhavam essa herança e estavam destinados a um futuro melhor. Trabalhando juntos em prol da grandeza de sua nação chegariam à terra prometida, se sobressaindo em relação aos outros povos inferiores. A nacionalidade viria a servir como um farol em um mundo cada vez menos místico, ela daria para as pessoas o sentimento de eternidade, de que seu sacrifício não seria esquecido, de um passado glorioso do qual fazem indiretamente parte, e um futuro onde não serão esquecidos. “A magia do nacionalismo é converter o acaso em destino. Poderíamos dizer, com Debray – sim, que eu tenha nascido francês é bastante casual; mas, no fim das contas, a França é eterna” (ANDERSON, 2005, p.33)

O nacionalismo também oferecia um contraponto importante ao crescimento do comunismo, a unidade mundial dos trabalhadores era deixada de lado em prol de uma união entre as classes. Tanto o proletariado quanto a burguesia compartilhavam um passado em comum e juntos deviam lutar pela grandeza de seu povo, contra a ameaça externa representada por aqueles, os estrangeiros, que buscavam destruir seu estilo de vida e bem estar. Todos juntos trabalhariam, de forma harmoniosa, pela grandeza de seu povo e prosperidade da nação (HOBSBAWM, 2008)

“The basis of “nationalism” of all kinds is the same: the readiness of people to identify themselves emotionally with “their” nation and to be politically mobilized as Czechs, Germans, Italians or whatever a readiness which could be politically exploited. The democratization of politics, and specialty

elections, provided ample opportunities for mobilizing them” (HOBSBAWN, 2010, p.143)⁴

O apelo nacional oferecia muitos benefícios para a elite política e para a organização do estado. O apelo do nacionalismo, porém, se enraizou profundamente nas classes trabalhadores, conquistando um apoio muito além do que qualquer membro dos pequenos movimentos ultranacionalistas pudesse sonhar. Os movimentos aos poucos começaram a pipocar pela Europa, mudando a cara política do continente. Aos poucos, todas as regiões passaram a contar com suas próprias minorias, buscando autodeterminação, da Catalunha aos Balcãs.

A vida das populações como um todo se alterou drasticamente na Europa do século XIX, as novas tecnologias se infiltraram até os cantos mais atrasados do continente, a industrialização e a mecanização da lavoura desestruturaram as comunidades tradicionais. A imigração em massa fez com que um número inédito de pessoas se deslocasse por distâncias impensáveis até algumas décadas atrás. As estruturas do estado passaram a participar de todas as instâncias da vida da população, com a atuação dos exércitos, dos cobradores de impostos, dos censores. Os habitantes da Europa em 1900 estavam muito mais cientes do tamanho do mundo e não tinham mais condições de se afastar dele.

A expansão da rede de comunicação e de transportes alterou drasticamente a vida das populações europeias. No século XVIII ainda era possível o total isolamento de diversas vilas. Era possível, para uma pessoa, passar a toda sua vida sem contato com o mundo exterior, falando apenas o seu dialeto local. O poder do estado central, mesmo nos casos mais consolidados, como França e Inglaterra, era pouco efetivo e exercido pelas lideranças regionais. As viagens eram sempre muito longas e cansativas, o transporte de produtos era complicado e extremamente custoso.

Todo esse panorama se alteraria drasticamente durante o século XIX, as estradas de ferro se espalharam pelo continente, tornando o transporte de pessoas e matérias muito mais eficiente. A continuidade do desenvolvimento econômico exigia a utilização de recursos, materiais e humanos, em escalas cada vez maiores. A única entidade capaz de

⁴ A base dos ‘nacionalismos’ de todos os tipos é a mesma: a disposição das pessoas em se identificar emocionalmente com a ‘sua’ nação e ser politicamente mobilizados como checos, alemães italianos ou qualquer outra, uma disposição que pode ser politicamente explorada. A democratização da política, e especialmente as eleições, proveram amplas oportunidades para essa mobilização. (tradução livre)

uma organização nessa escala era o estado, que durante o século XIX aumentou a sua influência na sociedade exponencialmente. (HOBSBAWN, 2008).

O estado nacional tomava então o lugar das antigas organizações políticas menores e passava a demandar a lealdade de seus súditos, que deveriam agora se reconhecer como membros desse estado. A expansão das comunicações também permitiu aos habitantes terem cada vez mais contato com o “outro”, se reconhecendo como um grupo.

A questão do idioma também foi fator fundamental na criação de uma consciência nacional entre as populações europeias. O continente, ainda hoje, possui pequenos dialetos, alguns sem uma linguagem escrita. Em um primeiro momento a língua não era um elemento unificador entre as populações. Idiomas que hoje são considerados nacionais, como francês e inglês, eram usados apenas por um pequeno número de pessoas, de classe mais alta, letrados e envolvidos na administração do estado. Para a maioria da população não havia conflito algum em usar uma língua em casa, e outra no ambiente de trabalho, sendo considerado algo natural. (HOBSBAWN, 2008; GELLNER, 1993).

O século XIX trouxe, também nesse aspecto, diversas mudanças. O aumento da população e da extensão dos estados, aliados à criação da imprensa, fizeram com que a comunicação entre o estado e os seus cidadãos fosse feita majoritariamente de maneira escrita. Nesse cenário uma língua escrita específica teria de ser eleita como a língua estatal. Em alguns lugares esse escolha foi fácil, por já existirem idiomas estabelecidos e bem estruturados, com uma história de grandes escritores e um número de falantes significativo, como o Inglês. Em outras regiões isso se mostrou um assunto extremamente complexo, como no caso do Império Habsburgo, que englobava boa parte do que é hoje a Europa oriental indo desde a Áustria até a Turquia, com sua constelação de etnias e linguagens. (ANDERSON, 2010)

A contínua evolução do estado capitalista também exigia uma sociedade cada vez mais letrada. O século XIX foi a era da educação primária, nunca um número tão grande de crianças teve acesso ao estudo, mesmo nos países mais atrasados do continente (HOBSBAWN, 2008). Isso novamente levantou a questão da escolha da língua que deveria ser ensinada para as crianças. Nesse sentido havia o consenso de que algumas línguas estavam fadadas a morrer, seja pela dificuldade em se tornar escrita, pelo pequeno número de falantes ou pela dificuldade de se adaptar ao vocabulário moderno.

No início do século XIX isso era considerado um fato e muitos dos próprios falantes viam esses fenômenos com naturalidade (HOBSBAWN, 2008).

A padronização das linguagens, e a sua importância cada vez maior na administração do estado e no controle do país, irão mudar a forma como eram tratados os idiomas. Antes não havia uma relação direta, na maioria dos casos, entre o idioma nativo e o desenvolvimento profissional. Uma pessoa podia falar uma língua em casa e outra no mercado. Mas, as vilas eram isoladas, então, na mesma região era natural que a maioria das pessoas falasse o mesmo idioma. O intercâmbio era restrito, ficando a cargo de uma pequena elite intelectual e econômica, que possuía o domínio da região e falava diversas línguas.

A expansão do estado gera uma grande demanda por cargos e o funcionalismo público passa a ser uma carreira das mais prestigiosas, principalmente para o segmento médio da população, que busca a ascensão econômica e social. Nesse cenário a língua passa a ter uma importância política, aquele que tem a língua estatal passa a ter uma vantagem sobre aqueles que a falam como segundo idioma. No outro extremo, a atuação estatal fica fechada para aqueles que não possuem conhecimento de determinada língua.

No fim do século XIX a relação entre a língua e o estado terá um grande destaque, pois um estado nacional, com um idioma nacional, significa na verdade o controle político daquele determinado território por uma elite específica, que não terá o risco de concorrência nesse controle, estando protegida pelo desconhecimento do código pelas pessoas de fora. (HOBSBAWN, 2008)

Esse cenário, obviamente, não é absoluto, havendo casos também onde as organizações nacionais foram construídas de outras maneiras. O caso mais emblemático é o da Suíça, que conseguiu construir um estado estável e duradouro agregando quatro populações com histórias e culturas diferentes. (GELLNER, 1993).

As transformações políticas e econômicas ocorridas na Europa do século XIX foram os grandes catalisadores da construção do nacionalismo moderno, porém a maior parte da população ficou alheia a essas transformações, percebendo apenas marginalmente a mudança pela qual passavam os estados. O nacionalismo, mesmo assim, conquistou um apoio massivo entre os diversos povos, passando, de uma ideologia restrita a um

pequeno número de intelectuais de direita, para um movimento de massas, com grande força nas camadas inferiores da população.

O apelo nacional para as massas virá na forma do retorno a um passado idílico, que não necessariamente existiu. O século XIX foi um período de grandes mudanças, industrialização, urbanização e migração. Populações antes restritas à agricultura em comunidades tradicionais se verão, em um período de poucas décadas, transformadas no exército industrial dos grandes centros urbanos, vivendo em condições desumanas, em cortiços abarrotados, sem condições de higiene, trabalhando em condições igualmente ruins.

A migração em massa também irá contribuir para aflorar esse sentimento, com os imigrantes sendo vistos, com frequência, como um dos grandes responsáveis por essas transformações. A comunidade judia foi, durante esse período, um dos principais alvos dos nacionalistas, principalmente no leste europeu. O judeu era representado como a união de todos esses medos. Ele é estrangeiro, sem um lugar de origem e espalhado pelo mundo, ao mesmo tempo em que engloba todos os elementos da destruição da comunidade tradicional, sendo a representação do capitalista, o banqueiro e o industrial, os supostos responsáveis pela desestabilização da antes próspera comunidade tradicional (HOBSBAWN, 2008)

O apelo para as massas será feito na forma de retorno a essa suposta comunidade tradicional, um lugar de prosperidade, onde as pessoas eram mais felizes, as coisas eram mais simples. Uma purificação que expulsará os elementos alienígenas e trará de volta a vida perdida.

A política europeia se mostrará território fértil para esse tipo de abordagem, com diversas comunidades se reconectando a um suposto passado imaginário, muitas vezes totalmente desconhecido da maior parte da população. Um dos movimentos nacionais mais famosos do Europa até hoje, o Basco, só começou a existir em 1894, quando foi fundado o Partido Nacional Basco, que criou também um nome basco para a região, Euskadi. (HOBSBAWN, 2008)

O século XIX também foi o grande período de domínio Europeu. Nunca antes ou depois houve um continente com tanto poder sobre o resto mundo. Isso levou à exportação dos ideais políticos, econômicos e culturais europeus. Não se pode pensar a forma como o

resto do mundo se vê e interage, sem levarmos em conta as visões construídas pela Europa do século XIX (SAID, 1985)

No oriente médio, e no mundo mulçumano em geral, as novas estruturas terão de conviver e se adaptar a instituições mais antigas, se transformando ao ponto que Talal Asad (2003), se pergunta se as novas formas do movimento mulçumano podem ser consideradas um novo tipo de nacionalismo.

Na África a situação anterior se mostrou muito mais difícil de ser superada. As diversas etnias que existem no continente sempre se entrelaçaram com diversas tribos vivendo na mesma região, apesar de linguagens e culturas muito diferentes. Nunca se pode construir um sentimento nacional na África, pois o sentimento tribal sempre foi muito forte, transformando o estado nacional em um instrumento de dominação de um grupo sobre o outro, sem nunca construir algum tipo de lealdade. (MEREDIT, 2013).

No caso da América a situação se mostra muito mais complicada. A construção da identidade nacional se faz a partir da evocação de um passado glorioso e de elementos que unem o povo como um todo. Elementos que não estão presentes no continente americano. Construído a partir da imigração europeia e sobre a dominação dos antigos povos indígenas, os americanos sempre lutaram para encontrar a definição do que é, exatamente, “fazer parte”.

A nação é uma entidade política surgida no século XIX que em pouco tempo se tornou um elemento central da sociedade, sempre evocando um passado glorioso e uma série de valores, supostamente compartilhado por todos os membros desse grupo.

A definição desses valores, porém, é sempre disputada, frequentemente encontrando noções opostas entre os participantes do grupo, que muitas vezes irão disputar, nem sempre de forma amigável, a posse do direito de definir esses elementos. Na atualidade essa série de elementos nacionais se convencionou chamar de identidade nacional, acrescentando ainda mais fluidez ao conceito original.

Se as palavras identidade nacional hoje são frequentemente retratadas juntas, como se fosse uma associação lógica, ilustrando a busca da identidade através de sentimentos nacionais, pouco se discute sobre o fato de essas duas palavras terem histórias e implicações muito diferentes no tempo. Para começar, como discutimos anteriormente, a nação, como conceito, foi criada no séc. XIX na Europa enquanto a discussão sobre

identidade, como a entendemos hoje, virá quase cem anos depois, a partir do fim da segunda guerra, associada a um ambiente totalmente diferente, uma nova série de atores e condições socioeconômicas.

“The general preoccupation in the social sciences with the idea of identity dates from the after the Second World War. It marks a new sense of the word, highlighting the individual’s locations and psychological crisis in an increasingly uncertain world. (ASAD, 2003, 161)⁵

2.2.- A noção de identidade focada no sujeito

A procura por um conceito de nação único e estável, que atravessará o século XIX com ramificações até os dias de hoje, se insere no panorama mais amplo das ciências sociais e das discussões acerca da sociedade e da pessoa como um todo. Durante um longo período se procurou pensar a personalidade do sujeito como composta de um núcleo central, único, estável e bem definido (HALL, 2015).

O debate então se desenhava em torno dessa definição, variando de acordo com a escola de pensamento, por exemplo, os marxistas tenderão a dividir os sujeitos entre proletários e burgueses, tendo como critério a posse dos bens de produção, nesse sentido outras características como gênero, etnia e nacionalidade serão consideradas pouco relevantes, em nome de um núcleo central que uniria todos os sujeitos, sua classe social. Os nacionalistas, por outro lado, sempre identificam a nação como sendo esse grande elemento unificador.

Apesar de ainda encontrar ressonâncias, e defensores, essa busca pela identidade do sujeito se transformará, a partir do pós-segunda guerra, quando setores da sociologia, utilizando elementos da psicanálise, passarão a construir um conceito de identidade mais fluído e focado no sujeito.

Identidade, na sua definição mais crua, se refere às questões mais básicas e antigas da humanidade, quem somos, de onde viemos, o que fazemos aqui. Nesse sentido ela possui uma utilização ampla e pode ser aplicada às mais variadas discussões.

⁵ A preocupação geral das ciências sociais com a ideia de identidade ocorre a partir da segunda guerra. Ela marca um novo senso de mundo, destacando a localização do indivíduo e a crise psicológica em um mundo de incertezas cada vez maiores. (Tradução Livre)

“Personal identity deals with questions that arise about ourselves by virtue of our being people (or, as lawyers and philosophers like to say, persons). Many of these questions are familiar ones that occur to nearly all of us now and again: What am I? When did I begin? What will happen to me when I die? Others are more abstruse. Personal identity has been discussed since the origins of Western philosophy, and most major figures have had something to say about it” (Stanford Encyclopedia of Philosophy)⁶

A psicanálise será uma das áreas que mais destaque dará para a questão da identidade, não sem polêmicas. Nesse sentido, identidade pode ser tratada como uma construção de nós mesmos, que vai sendo realizada durante nossas vidas “A identidade situa-se no ponto de cruzamento entre algo que vem de nós (o equipamento psíquico com o qual nascemos) e algo que nos vem de fora, isto é, da realidade externa.” (MEZAN, 1986).

Essa discussão já está presente marginalmente em Freud, para se tornar um elemento central com o passar dos anos. E entrará para o vocabulário leigo nos anos 50, com a contribuição do psicólogo Erik Ericksson (1994), que junto criará um dos termos que terá muito destaque na vida da população: “crise de identidade”. Paralelamente o francês Jacques Lacan (1953) irá terminar o desenvolvimento dos seus estudos na “teoria do espelho”, que analisa o desenvolvimento infantil, com destaque para a fase em que o bebê se olha no espelho, ou em alguma outra superfície do tipo, e passa a se reconhecer como um ser individual, e não mais parte da mãe.

“The mirror stage is a phenomenon to which I assign a twofold value. In the first place, it has historical value as it marks a decisive turning-point in the mental development of the child. In the second place, it typifies an essential libidinal relationship with the body image”. (Lacan, 1953).⁷

A perspectiva da psicanálise, criada também no século XIX, apesar de trazer muitos elementos novos e interessantes, não contribuiu para a análise da sociedade como um todo, não sendo considerada uma ferramenta útil para as ciências humanas em geral. Essas ciências, com destaque para as ciências sociais, durante muito tempo se preocuparam com o grande quadro, como os agentes sociais e a classe, sempre tentando eliminar o elemento pessoal da equação.

⁶ Identidade pessoal lida com questões desenvolvidas por nós mesmos que surgem pela nossa vivência como pessoas (ou, como advogados e filósofos gostam de dizer, sujeitos). Muitas dessas questões são familiares e ocorrem com quase todos nós em algum momento. O que eu sou? Quando comecei? O que acontecerá comigo quando morrer? Outras são mais abstratas. Identidade pessoal é discutida desde a origem da filosofia ocidental, e a grande maioria dos grandes pensadores tem algo a dizer sobre isso (tradução livre)

⁷ A fase do espelho é um fenômeno o qual eu designo um duplo valor. Em primeiro, um valor histórico já que ele marca um ponto de virada decisivo no desenvolvimento mental da criança. Em segundo lugar, ele tipifica uma relação libidinal essencial com a imagem corporal. (tradução livre)

Os anos 60, principalmente a segunda metade, trouxeram profundas mudanças na sociedade e na forma como ela se reconhecia. Uma nova gama de atores passou a atuar dentro dos movimentos sociais, refazendo a sua forma política. O movimento negro, o movimento feminista, entre outros, levantaram novas questões nas ciências sociais. A antiga divisão da sociedade em duas grandes classes já não dava mais conta de enquadrar esses novos sujeitos.

A globalização, mais tarde, complicaria ainda mais essa equação, já que com o aumento da migração se tornou cada vez mais difícil enquadrar as pessoas em grupos unificados. Como deve ser entendido um imigrante mulçumano, negro, vivendo na periferia de Londres? Antes de tudo um proletário, pois vive no segmento inferior da sociedade e deve se reconhecer como membro desse grupo, ou como negro, encontrando nas pessoas com essa característica em comum um elemento unificador ou, por fim, como mulçumano? (PIETERSEB, 1993).

A crítica feminista iria desconstruir ainda as certezas sobre o corpo e a sexualidade, com o movimento gay entrando, posteriormente, para completar esse quadro. Agora, até mesmo as antigas certezas elementares relacionadas ao corpo e ao gênero foram desaparecendo. (BUTLER, 1993).

Nesse novo momento, a partir do fim dos anos 60, uma nova abordagem da sociedade começou a se desenvolver. Apesar de, na área acadêmica, ser sempre muito difícil determinar autorias e o início de determinadas ideias, podemos colocar o início do debate sobre identidade nas ciências sociais (ROSE, 1986) nos trabalhos de Louis Althusser, mais especificamente, no livro “Aparelhos Ideológicos de Estado” (1970). Utilizando-se das teorias formuladas por Lacan, Althusser repensa o conceito de Interpelação, que funciona como uma dupla relação entre o estado e o indivíduo, e como o que ele irá definir como “Aparelhos Ideológicos do Estado” influenciam tanto o indivíduo, quando a sua visão dos outros.

Apesar das muitas polêmicas envolvendo suas teorias, e ele mesmo, o trabalho de Althusser terá como mérito o fato de colocar a discussão sobre o sujeito no centro do debate das ciências sociais, e a enorme popularidade conquistada na época de seu lançamento servirá para abrir um novo campo de estudos, trazendo diversas questões da psicologia, mais especificamente da abordagem lacaniana de identidade, para o vocabulário das ciências humanas em geral. (ROSE, 1986)

Os trabalhos de Michael Foucault viram a dar ainda mais destaque para a questão da formação da identidade. O filósofo francês teria como tema central a influência dos discursos nas pessoas, e como construímos o que somos a partir de elementos externos. (BUTLER, 1993).

Em um cenário onde as antigas categorias cada vez mais se mostram pouco eficientes para analisar a sociedade, e ainda não se chegou a uma nova teoria unificadora da sociedade, a identidade foi ocupando esse espaço, permitindo analisarmos o sujeito de forma múltipla, sem prendê-lo a uma categoria definitiva, vendo as diversas influências que agem sobre ele, e como a sua atitude impacta na sociedade como um todo.

“The concept of identity deployed here is therefore not an essentialist, but a strategic and positional one. That is to say, directly contrary to what appears to be its settled semantic career, this concept of identity does not signal that stable core of the self, unfolding from beginning to end through all the vicissitudes of history without change; the bit of the self which remains always-already 'the same', identical to itself across time. Nor - if we translate this essentializing conception to the stage of cultural identity - is it that 'collective or true self hiding inside the many other, more superficial or artificially imposed "selves" which a people with a shared history and ancestry hold in common' (Hall, 1990) and which can stabilize, fix or guarantee an unchanging 'oneness' or cultural belongingness underlying all the other superficial differences. It accepts that identities are never unified and, in late modern times, increasingly fragmented and fractured; never singular but multiply constructed across different, often intersecting and antagonistic, discourses, practices and positions. They are subject to a radical historicization, and are constantly in the process of change and transformation. (Hall, 1996, p.3).⁸

No mundo contemporâneo a identidade é um conceito cada vez mais fluido. As categorias imutáveis deixam de existir para dar lugar a uma visão cada vez mais relativística do que somos ou podemos ser. Nesse novo mundo o pertencimento não está mais vinculado à raça, nacionalidade e gênero, se tornando cada vez mais uma escolha pessoal de cada um.

⁸ O conceito de identidade desenvolvido aqui é, portanto, não essencialista, mas estratégico e posicional. Isso quer dizer, diretamente contrário com que aparenta ser sua carreira semântica, esse conceito não sinaliza um núcleo estável do ser, se desdobrando do começo ao fim através de todas as dificuldades da história sem transformações; o pedaço do ser o qual se mantém sempre-pronto 'o mesmo', idêntico dentro do tempo. Nem - ele pode ser traduzido como esse conceito essencializante para o conceito de identidade cultural- ele é aquele 'coletivo ou verdadeiro eu profundo dentro de muitos outros, mais superficiais ou um 'eu' imposto artificialmente tido em comum por pessoas que compartilham uma história ou ancestralidade' (Hall, 1990) e que pode estabilizar, fixar ou garantir uma 'singularidade' imutável ou um pertencimento cultural subjugando todas as outras diferenças superficiais. Ele aceita que as identidades nunca são unificadas e, nos tempos modernos, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; nunca encontrando a singularidade mas construídas de maneiras múltiplas através de diferentes discursos, frequentemente interseccionados e antagônicos, práticas e posições. Eles estão sujeitos a uma historização radical e num processo de constante transformação e mutação (tradução livre)

Nesse universo a pessoa em si ganha cada vez mais destaque. A análise deixa de ser impessoal, até certa medida, para se debruçar sobre o ambiente e a vida e as atitudes de cada um. Não faz mais sentido debater se o elemento fundamental do personagem descrito há alguns parágrafos é a sua renda, a cor da sua pele ou a sua religião, mas entender que essas características estão todas presentes, entre muitas outras, e que elas irão se mostrar dependendo da situação. Ele pode se definir como negro em um momento ou como proletário em outro.

Vale destacar que essa categoria deve ser sempre utilizada com cuidado. Se levado ao extremo podemos acabar em uma teia quase infinita de identidades, tornando impossível uma análise do quadro social. Uma pessoa é composta de uma enorme variedade de experiências e características, não sendo possível categorizarmos todas elas, e mesmo se conseguíssemos, não teria nenhuma utilizada para ninguém além da pessoa mesmo.

Seguindo esse caminho teórico a busca pela nacionalidade, como colocada no século XIX, perde o sentido, sendo a empreitada pela definição de grandes elementos unificadores algo fadado ao fracasso, e pouco representativo. O sentimento de pertencimento ao país é construído a partir de pequenas coisas, cada grupo buscando elementos que façam sentido no seu contexto específico. Mesmo assim continuamos, muitas vezes, presos a representações unificadoras, construídas a partir de uma visão impositiva de grupos mais poderosos.

“Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto - como nas fantasias do ‘eu inteiro’ de que fala a psicanálise lacaniana - as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas.” (HALL, 2015)

A prática esportiva, na nossa tese o campo esportivo e seus subcampos, podem ser entendidos como um ambiente onde se constrói a identidade. Quando dizemos o campo esportivo e suas práticas não estamos pensando em um elemento unificador, como no caso brasileiro a noção de que o futebol é o grande *locus* para a expressão de uma suposta brasilidade, mas em uma série de práticas, interpretadas de maneira diferente por cada grupo, e que só fazem sentido quando analisamos o seu contexto específico.

A série de práticas e valores atrelados a cada modalidade, que aqui definimos como *habitus*, segundo a teoria dos campos de Bourdieu, é um lugar privilegiado para a construção da identidade, com o participante adequando seu comportamento aos valores do grupo (DONNELLY; YOUNG, 1985). O rugby, portanto, não deve ser entendido como uma prática alienígena e pouco condizente com uma suposta identidade brasileira, principalmente se tomarmos em conta que os dois esporte possuem uma mesma origem e chegaram ao Brasil em condições similares. Apesar do futebol, de fato, apelar para a identidade de um número muito maior pessoas, isso não invalida os outros processos pelos quais um grupo pode construir sua sensação de pertencimento à sociedade brasileira, nem os torna menos legítimos.

O rugby brasileiro, como discutiremos na segunda parte deste trabalho, sempre contou com um grande número de participantes estrangeiros, que de certa forma serão os responsáveis pela manutenção da modalidade no Brasil. Esses imigrantes, atraídos pelas mais diversas razões e ficando no país por um tempo variado, adotaram previamente valores característicos do sub campo esportivo do rugby, construídos através da prática na sua nação de origem, principalmente ingleses, argentinos, franceses e japoneses.

No Brasil, esses novos moradores retomarão sua prática, buscando um ambiente já conhecido para começar sua socialização no novo país. A prática do rugby, então, irá acompanhar esse processo de nacionalização. Esse grupo terá na prática da modalidade o grande elemento de contato com a realidade nacional, criando assim uma sensação de intimidade e pertencimento ao país. Uma identidade nacional desenvolvida a partir de elementos do rugby, presentes em seu país de origem e a reinterpretação desses valores a partir da apropriação nativa do rugby (conforme discutido em 1.3), pode dar origem a um conceito diferente de identidade nacional que, mesmo que compartilhado por um grupo reduzido, não é menos legítimo.

3 O esporte amador e os ciclos econômicos

3.1.- Modalidades amadoras

Vamos aqui apresentar uma análise exploratória incorporando elementos da história da prática do rugby no Brasil. A partir da construção da história da modalidade em território nacional, que será mais desenvolvida na segunda parte desta dissertação, percebemos que a prática do rugby no Brasil possui ciclos de crescimento e de retração bastante delimitados.

Na história da modalidade podemos destacar três períodos de crescimento acelerado, dentro da realidade de um esporte pouco praticado: o período pré-segunda guerra (1894-1939), de 1945 a 1984 e por fim de 1994 até o presente momento. A modalidade também passou por dois períodos de profunda crise, vendo o número de praticantes diminuir drasticamente, durante a segunda guerra mundial, e entre 1986 e 1994.

A análise mais aprofundada desses períodos, que apresentaremos na segunda parte do texto, nos levou a fazer uma série de questionamentos acerca da prática de modalidades amadoras e de nicho no Brasil, principalmente em relação ao seu crescimento. O que influencia o crescimento de uma modalidade no Brasil? E o que contribui para o seu gradual esquecimento? Existiriam elementos universais que regem a prática de modalidades amadoras, como crescimento econômico, migração, entre outros? Ou os ciclos de crescimento responderiam apenas a elementos específicos de cada uma delas?

A partir da ótica de Bourdieu (1983), podemos pensar as modalidades amadoras e de nicho como um subcampo, pertencente ao campo esportivo, regido por regras próprias e possuindo um habitus unificado, que orienta a atuação dos sujeitos pertencentes ao campo. Nesse sentido, considerando as similaridades inerentes aos membros de um determinado subcampo, podemos pensar que os elementos que contribuem para a decadência e crescimento dessas modalidades também são similares.

A atenção cada vez maior dada ao esporte no Brasil, principalmente as modalidades olímpicas, faz com que seja necessário um entendimento histórico dessas práticas, para melhor planejar e entender as transformações que essas modalidades sofrem, assim como os fatores que influenciam o seu crescimento e desenvolvimento.

Esse capítulo não pretende realizar uma análise definitiva da prática de esportes amadores no Brasil, mas discutir, a partir da análise de elementos empíricos, a história da prática do rugby no Brasil, e perceber tendências que podem ser aplicadas de maneira universal, dando subsídios para uma discussão mais aprofundada sobre o desenvolvimento da prática de esportes amadores no Brasil.

A sociologia do esporte, assim como a história do esporte, foram por muito tempo áreas pouco exploradas e muitas vezes menosprezadas na academia, recebendo pouco atenção e com uma pequena quantidade de estudos. Apenas recentemente uma atenção maior está sendo dada a esses assuntos. No caso brasileiro a maior parte da discussão se desenha em torno do futebol e das diversas ramificações que essa modalidade tem dentro da sociedade brasileira. Isto faz com que muitas áreas acabem sendo negligenciadas.

Quando falamos de modalidades amadoras, mesmo constituindo a maioria dos praticantes no Brasil, poucos estudos foram dedicados à sua evolução e desenvolvimento, fato que também se estende para modalidades onde o profissionalismo existe para uma minoria de praticantes. Isto torna a discussão em torno de similaridades no padrão de crescimento dessas modalidades algo muito complicado.

A tarefa de sistematizar a história de cada uma das modalidades amadoras praticadas no Brasil, em busca de similaridades e elementos em comum, se mostra muito além do escopo desta dissertação, a tarefa também é dificultada pela falta de pesquisa sobre essas modalidades.

Para fins deste trabalho e para realizar um estudo exploratório do tema, optamos por destacar a história de duas outras modalidades o remo, o handebol. Escolhemos essas modalidades pelo fato de serem coletivas, mesmo que o remo possua categorias individuais, serem praticadas no Brasil por longos períodos, e majoritariamente amadoras, apesar de tentativas e casos isolados de profissionalização.

3.2.- O remo

O remo, apesar da pouca expressão atualmente, é uma modalidade fundamental para se entender a construção do campo esportivo no Brasil. Assim como no caso de outras modalidades, existem poucos trabalhos acerca da sua história, com exceção de alguns

artigos, que abordam marginalmente a história da modalidade, principalmente relativos à história de Porto Alegre (SILVA, MAZO, 2009; SILVA 2011) e de dois trabalhos importantes “O Remo Através dos Tempos: das origens até 1990” de Henrique Licht (1986), uma obra mais documental do que de história, e o livro “História da Confederação Brasileira de Remo: das raízes à fundação” de Wilson Reeberge (2007). Poucos esforços têm sido feitos para entender o desenvolvimento da modalidade.

O Brasil, no final do século XIX, como já discutimos, passava por um período de intenso crescimento econômico, advindo principalmente da crescente exportação de café (FURTADO, 2006), modernização econômica e urbanização. A introdução das práticas esportivas será uma das consequências dessas transformações, com a popularização de uma série de modalidades e a criação de um campo esportivo.

O surgimento dos clubes poliesportivos, por todo território nacional, a partir do modelo trazido pelos ingleses, como já discutimos, será um elemento importante do início do século XX, sendo esse ambiente o lugar de valorização e difusão da noção de espírito esportivo da época, relacionado aos valores do esporte amador.

Nesse sentido o remo será uma das modalidades mais valorizadas, se expandindo nacionalmente. A modalidade é praticada desde 1850, com o surgimento de diversas pequenas associações de vida curta. O primeiro clube de regatas, considerando uma entidade organizada e duradoura, será o Ruder-Club Porto Alegre, fundado por membros da comunidade alemã da cidade de Porto Alegre em 1888. O remo era uma das práticas culturais mais importantes da comunidade alemã de Porto Alegre (SILVA, 2011). O segundo surgirá em Belém do Pará, com a fundação a Associação de Desportos Recreativos Bancrevea, em 1891.

No Rio de Janeiro, onde os clubes de regatas terão um papel fundamental na história da cidade, as primeiras entidades surgirão em 1893, com a fundação do Clube de Regatas Botafogo e do Clube de Regatas Fluminense, entre outros, com o Flamengo surgindo em 1895 e o Vasco da Gama em 1898. Vale destacar que o futebol, assim como o rugby, só chegaria oficialmente ao Brasil em 1894.

O remo, assim como outras modalidades náuticas, será um elemento importante nas transformações da sociedade brasileira da segunda metade do século XX, em especial do Rio de Janeiro. No Brasil do século XIX a relação com a praia era muito diferente da

que temos hoje, com a orla sendo lugar de pesca e depósito de dejetos urbanos, com a prática de natação e outras atividades náuticas sendo considerada pouco saudável, além de um atentado ao pudor. Essa situação irá se alterar completamente com a elite carioca abraçando a praia, com os banhos de mar não sendo vistos apenas como uma importante fonte de lazer, mas também uma atividade saudável e recomendada para todas as pessoas (MELO, 1999). As transformações no padrão de beleza do brasileiro também exercerão um papel fundamental, com os tipos atléticos e musculosos se tornando, assim como já eram na Europa, o padrão mais aceito para o corpo masculino.

Por fim, o ideal de *sporstamnship* (espírito esportivo), importado da Inglaterra, irá ser assumido pela elite brasileira, com a prática do remo se inserindo como uma modalidade saudável, com ideais amadores e de disputa sadia, ao contrário do já muito popular turfe, sempre visto como decadente em decorrência da eterna vinculação com as apostas, que no remo foram proibidas.

O remo então se tornará uma parte importante da vida esportiva Brasileira, substituindo em um primeiro momento o turfe, já bastante organizado na segunda metade do século XIX, (JESUS, 1999). Com uma legião de fãs dentro da elite brasileira, entre eles o poeta Olavo Bilac (MELO, 2006), que mais de uma vez escreveu textos defendendo os benefícios dessa prática, as regatas se tornarão gradativamente eventos de massa no Rio de Janeiro, atraindo para orla grandes multidões, de todas as classes sociais, que se amontavam na praia e nos píeres para verem os barcos. A relação com o Rio de Janeiro será tão profunda que o futebol só suplantará o remo, como modalidade mais popular na cidade, em 1910.

A importância da modalidade pode ser vista no número de participantes nas delegações Brasileiras nos jogos olímpicos, no período pré-segunda guerra, quando o país optou por ser representando.

A utilização da participação olímpica não é o melhor critério para avaliar a popularidade de uma determinada modalidade, porém na ausência de dados concretos em relação ao número de praticantes consideramos essa uma maneira eficiente de avaliar a difusão da modalidade.

O remo no período pré-segunda possuía um lugar de destaque entre as modalidades olímpicas brasileiras, estando presente em todas as delegações enviadas, com um número significativo de atletas, contribuindo em 1936 com mais de um quarto do total de atletas.

Assim como discutimos no caso do rugby, o remo sofreria com a mudança do esporte brasileiro no pós-segunda guerra. A força dos clubes poliesportivos diminuiria muito assim como o entusiasmo da elite brasileira com a noção de prática esportiva amadora, importada da Inglaterra, que não é mais a potência mundial dominante.

Edição ⁹	Atletas do Remo	Total de Atletas
Antuérpia- 1920	5	19
Paris- 1924	2	12
Los Angeles - 1932	18	59
Berlim - 1936	22	73

O remo também seria particularmente afetado pela profissionalização do futebol. Muitos dos mais tradicionais clubes de remo da época, como o caso do Flamengo, Botafogo, Fluminense e Vasco da Gama no Rio de Janeiro, o Clube de Remo em Belém e o Clube Náutico Capibaribe em Recife, entre outros, passariam a se dedicar cada vez mais ao futebol profissional, abandonando ou colocando em segundo plano as outras modalidades.

A consequência dessas transformações será uma perda de popularidade da modalidade, que será refletida no desempenho olímpico dos atletas, com o remo passando de um dos mais importantes esportes olímpicos brasileiros, para uma modalidade quase insignificante dentro das delegações brasileiras.

⁹ As informações relativas ao número de atletas foram retiradas do site da tradicional empresa de estatísticas esportivas Sports Reference (<http://www.sports-reference.com/olympics/countries/BRA/>). Os números diferem dos disponibilizados pelo Comitê Olímpico Brasileiro (<http://www.cob.org.br/pt/time-brasil/brasil-nos-jogos/>), com os do COB sendo ligeiramente maiores, porém como o próprio COB não disponibiliza os atletas que participaram de cada delegação optamos por utilizar os números do Sports Reference.

Edição	Atletas do Remo	Total de Atletas
Londres- 1948	2	70
Helsinki- 1952	3	97
Melbourne- 1956	5	44
Roma- 1960	5	72
Tóquio- 1964	0	61
Cidade do México- 1968	2	76
Munique- 1972	2	81
Montreal- 1976	7	79
Moscou- 1980	10	106
Los Angeles- 1984	10	147
Seoul- 1988	10	160
Barcelona- 1992	8	182
Atlanta- 1996	6	221
Sidney- 2000	1	198
Atenas- 2004	4	243
Pequim- 2008	6	268
Londres- 2012	4	248

O remo não mais conseguiria recuperar a popularidade do início do século, nem acompanhar o desenvolvimento técnico das outras nações, ficando para trás até mesmo no nível regional, perdendo constantemente nas competições sul-americanas para a Argentina.

Institucionalmente a história da modalidade acompanharia a das outras modalidades olímpicas. Nos anos 30, depois de um período de grande disputa entre diversas entidades, que buscavam, cada uma, controlar a prática esportiva no Brasil, o esporte seria pacificado por decreto, em 1936, pelo então presidente Getúlio Vargas, que consolidou a Confederação Brasileira de Desportos como a entidade máxima do esporte Brasileiro. (DIENSTMANN, DENARDIN, 1994)

Nesse novo ambiente o remo estaria sob comando do Departamento de Desportos Aquáticos, que cuidava de uma série de modalidades, como a natação, a vela, o polo aquático entre outras. Esse estatus se manteria até o final dos anos 70 quando, em uma

nova reorganização, a CBD seria aos poucos extinta, dando lugar a confederações independentes. O Remo se tornaria autônomo em 1977, com a criação da Confederação Brasileira de Remo (www.remobrasil.com/institucional/historia).

A independência do remo frente do controle da CBD seria a resposta a muitas críticas, como que a entidade não conseguia dar conta de incentivar todas as modalidades ao mesmo tempo. Agremiações independentes poderiam entender melhor as necessidades e características de cada modalidade. A independência, porém não traria os resultados esperados. Apesar do aumento no número de atletas enviados durante os anos 80, o remo continuaria a ver sua participação nos jogos diminuir a cada ano, não conseguindo enviar mais do que 10 atletas entre uma delegação agora com mais de duas centenas de pessoas.

3.3.- O Handebol

O Handebol, por ser um esporte escolar e uma modalidade muito praticada no Brasil, possui um maior interesse acadêmico, principalmente no âmbito técnico e pedagógico. Mesmo assim, os trabalhos relacionados ao desenvolvimento do esporte não são abundantes, com diversos artigos focando o desenvolvimento regional, deixando de lado a história geral do esporte no país.

O Handebol começou seu desenvolvimento no fim do século XIX, no norte da Europa, principalmente Alemanha, Dinamarca e Suécia. Inicialmente a modalidade era disputa em campo, utilizando as mesmas medidas do futebol e 11 jogadores de cada lado. Sob esse formato a modalidade gozou de grande popularidade na Europa continental no período entre as guerras, com o ápice ocorrendo em 1936 quando o esporte foi introduzido nas Olimpíadas de Berlim e teve, na final da modalidade, Alemanha e Áustria se enfrentando para mais de 100 000 pessoas, no estádio Olímpico de Berlim (<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/359.pdf>)

Paralelo a isso o Handebol de quadra, disputado por 7 jogadores em uma quadra de 40 x 20 metros, começaria a ganhar espaço, sendo que, no pós segunda guerra, ele viria a suplantar completamente a versão para 11 jogadores. O Handebol de quadra seria considerado mais dinâmico que a versão de campo, além de se adaptar melhor as necessidades dos países da Europa do norte, onde o clima torna muito difícil a prática de

esportes ao ar livre no inverno. O primeiro campeonato mundial da modalidade de quadra ocorreria em 1952, com a consagração definitiva ocorrendo em 1972, com a sua introdução nos jogos Olímpicos de Munique.

A modalidade chegaria ao Brasil no pós-primeira guerra, trazida principalmente pelos imigrantes alemães que chegaram ao país nesse período. Disputada inicialmente na versão de campo, a modalidade ficaria restrita a clubes alemães e israelitas do sul e sudeste do Brasil. A situação só se alteraria com a adoção da versão de salão, com o primeiro campeonato oficial sendo disputado em 1954. A versão de campo seria então gradativamente abandonada, com o ultimo campeonato acontecendo no final dos anos 60 (<http://www.atlasesportebrasil.org.br/textos/359.pdf>).

Ao contrário da versão de campo, o formato de salão atrairia a atenção do grande público crescendo rapidamente, com o esporte se filiando a CBD já em 1954, com a criação do Departamento de Handebol. A introdução do esporte nas escolas ocorre a partir dos anos 70.

No âmbito de alto rendimento a modalidade conquistaria espaço rapidamente, com a seleção masculina participando dos jogos Olímpicos pela primeira vez em 1992, em Barcelona e a feminina em 2000, em Sydney. A consagração definitiva viria em 2013, com a seleção feminina sagrando-se campeã do Campeonato Mundial de Handebol Feminino, disputado na Sérvia, dando origem, como discutimos no caso do rugby, à ideia de que esporte estaria se desenvolvendo muito e rumo a se tornar uma modalidade de massas.

Apesar da crônica vencedora, o esporte convive com todos os problemas que afetam outras modalidades menores, falta de incentivo do governo, pouco interesse dos patrocinadores, base pequena de jogadores e infraestrutura insuficiente. Situação que não se alterou com a conquista do mundial e que foi exposta por ocasião do mundial de 2015, quando o treinador da seleção feminina, o dinamarquês Morten Soubak, veio a público para criticar a estrutura do esporte e apontar que após o mundial pouco foi feito para melhorar as condições da prática, que continuam muito precárias (<http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/12/07/handebol-no-pais-so-piorou-apos-titulo-mundial-diz-tecnico-da-selecao.htm>).

3.4.- O Rugby

O rugby chega ao Brasil em 1894 trazido por Charles Miller, brasileiro filho de ingleses que tomou contato com a prática esportiva enquanto estudava na Inglaterra. Paralelo à chegada de Miller existe registro da prática em diversas outras cidades, principalmente em localidades que possuíam clubes ingleses, porém apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro o rugby se enraizará, com uma quantidade relevante de praticantes.

Em São Paulo a modalidade deixará, mesmo que de maneira restrita, a pequena comunidade britânica conseguindo alguma popularidade entre os paulistanos, principalmente a classe mais alta, com o Clube Atlético Paulistano organizando um time em 1927 e o Sport Clube Germânia, atual Pinheiros em 1934, acompanhados pela Faculdade de Direito, hoje parte da Universidade de São Paulo, disputando partidas em 1928.

Apesar desse crescimento o rugby nunca conseguiria atrair a atenção da população em geral, ao contrário da sua modalidade irmã, o futebol, desde o início abraçado pela população. O rugby vai ficar restrito a imigrantes e grupos que procuravam emular os costumes ingleses.

Neste primeiro momento o crescimento do esporte irá se apoiar principalmente na colônia inglesa e no prestígio que a cultura britânica gozava no Brasil do início do século XX. Apesar de pouco debatida, e até mesmo negligenciada em alguns momentos, a influência inglesa no Brasil, principalmente no período pré-segunda guerra é significativa, fenômeno já destacado por Gilberto Freyre em 1948 na obra *Ingleses no Brasil* (2000), onde o autor pernambucano debate como o contato com essa cultura influenciou a construção da cultura do brasileiro. Ele mesmo era um anglófilo confesso, que emulava vestuários e trejeitos dos súditos da coroa britânicos enquanto vivia no Brasil, tendo se auto referido, muitas vezes, como um inglês nascido no Brasil (BURKE, 2001).

A introdução do rugby no Brasil irá seguir um caminho muito semelhante à de outras modalidades, trazidas pelos ingleses na segunda metade do século XIX. A expansão da economia cafeeira, no século XIX, colocaria fim a mais de 75 anos de estagnação econômica (FURTADO, 2006). Com o café, o Brasil voltaria a se tornar um ator no mercado mundial, tendo agora um importante produto de exportação para basear sua

economia, algo que não acontecia desde a decadência da produção canavieira, iniciando um período de crescimento econômico que duraria até a crise de 1929 (FURTADO, 2006). A reintrodução do Brasil entre os grandes exportadores de commodities também serviria para atrair a atenção do capital externo, que a partir da segunda metade do século XIX seria um dos principais beneficiados da bonança econômica da nação, com as empresas estrangeiras sendo as principais encarregadas de modernizar a precária infraestrutura do país.

Um dos elementos mais importantes desse momento será o aprofundamento do processo de urbanização do país, com o crescimento e a modernização acelerada das cidades, com destaque para a então capital Rio de Janeiro, e São Paulo. Com o crescimento das cidades se formará uma ampla camada de classe média urbana, constituída na sua maioria por profissionais liberais, pequenos comerciantes, empresários e etc (SEVCENKO, 2014).

A relação com o exterior não viria apenas na forma de investimento e comércio, mas também na importação de costumes e elementos culturais, principalmente nas cidades, e entre a classe média urbana, que passou a emular muitos comportamentos vindos de fora, adaptando-os à sociedade brasileira, tendo na Inglaterra, maior potência da época e parceria comercial do Brasil, o grande centro de influência cultural.

Desde 1835, quando a opção pela utilização de capital externo ficou clara (FENDT Jr, 1977), empresas dos mais diversos países atuaram no Brasil, tendo na canadense Light uma das mais famosas (SZMRECSÁNYI, 1986). Nenhuma nação, porém, chegou perto da Inglaterra em volume de capital investido e comércio em geral. O Brasil, no auge, era o terceiro maior mercado externo da Grã-Bretanha (BURKE, 2001). Para administrar esse capital, um grande número de ingleses também se dirigiu ao Brasil, mesmo que em número menor que em outras regiões, se estabelecendo nas principais cidades.

Os ingleses seriam os responsáveis por introduzir a cultura esportiva no Brasil (MILLS, 1994), principalmente através dos clubes sócio esportivos, como já discutimos. Nesses ambientes a prática esportiva era um dos principais elementos de socialização e diversão entre a colônia, com as mais diversas modalidades sendo praticadas, entre elas o futebol, o tênis, o rugby, o cricket, entre outras.

O futebol irá cativar a população brasileira desde sua introdução em 1894, com a modalidade tendo conquistado milhares de fãs já nas primeiras décadas, levando junto a comunidade britânica no país, que também acabaria adotando o futebol como prática principal. O próprio Miller rapidamente abandonaria a prática do rugby para se dedicar inteiramente ao futebol (MILLS, 2004).

O rugby, mesmo ficando em segundo plano, teria uma comunidade de fãs dedicados, que até o início da segunda guerra garantiriam um calendário bastante movimentado e competições constantes, fato que se deve principalmente ao perfil dos ingleses morando no Brasil.

A administração do império britânico, e dos diversos interesses do capital inglês ao redor do mundo, atraía principalmente a atenção da classe média. Muitos jovens egressos das escolas públicas britânicas viam no exterior uma das melhores oportunidades de ascensão social, em comparação com o ambiente competitivo e de poucas oportunidades das ilhas britânicas. O governo inglês, por outro lado, precisava de um grande contingente de jovens para administrar os muitos interesses ingleses ao redor do mundo, incentivando esse movimento (Willians, 2012).

O rugby, desde sua criação, foi o esporte de excelência da classe média britânica, servindo de base para muitos dos valores desse grupo (Collins, 2009), nesse sentido boa parte dos ingleses vivendo no Brasil tinham contato com o esporte desde a infância, com muitos deles sendo fãs incondicionais do esporte, mantendo sua prática até mesmo nos ambientes mais adversos.

O prestígio que a cultura inglesa gozava, no início do século XX, aliado ao número significativo de britânicos e descendentes nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo garantiram que até 1939 o esporte fosse praticado de maneira constante, com cobertura da mídia, chegando até mesmo a se inserir em ambientes exclusivamente brasileiros.

A segunda guerra mundial colocaria fim ao pequeno prestígio que o esporte estava conquistando no país. A gravidade do combate e a sua extensão mobilizaram a comunidade inglesa ao redor do mundo, com muitos expatriadas voltando para a pátria mãe ajudar no esforço, até mesmo filhos de imigrantes ingleses nascidos em outras partes do mundo se envolveriam no esforço de guerra.

No Brasil a guerra teria um grande efeito nos clubes ingleses, com a suspensão das atividades normais e a organização de ventos e atividades para ajudar o esforço de guerra britânico.

O rugby seria particularmente afetado por esses acontecimentos, mesmo que o esporte contasse com a participação de alguns nativos, a maioria dos jogadores e organizadores era de origem britânica, ou descendentes com fortes laços com a Inglaterra. Privada da maioria de seus entusiastas a modalidade praticamente deixaria de existir no Brasil, com nenhum jogo registrado entre 1940 e 1947, constituindo o único período em que não existe registro de jogos desde a introdução do esporte em 1894.

No caso do rugby, o panorama que se apresentaria para a prática da modalidade, em 1947, seria muito diferente daquele que existia antes de 1939. A Inglaterra não mais seria o principal parceiro externo do país, nem a potência mundial dominante, posição ocupada pelos Estados Unidos.

A diminuição de investimento e da atuação de empresas inglesas significou para a prática do rugby uma redução no número de possíveis praticantes, que no período pré-guerra vinham continuamente para o país trabalhar nessas empresas, garantindo um fluxo constante de atletas qualificados e interessados.

O retorno à prática do rugby no Brasil nesse novo período será feito principalmente por pessoas nascidas no Brasil. Esses brasileiros serão, em sua maioria, filhos de ingleses que optaram por se estabelecer definitivamente no país, muitas vezes se casando com brasileiros. Nesse período era prática comum entre os ingleses dispersos ao redor do mundo enviar os filhos de para estudar na Inglaterra, cursar o colégio a maioria das vezes. (Mills, 1994).

No ambiente das escolas inglesas eles tomavam contato com os mais variados esportes, entre eles o rugby, e frequentemente quando retornavam ao país procuravam meios de retomar a prática. Durante o fim dos anos 40 até o início dos anos 60 a modalidade ficará restrita a esse pequeno círculo, mais especificamente entre os sócios dos clubes ingleses São Paulo Athletic Club (SPAC) em São Paulo e Rio Cricket na cidade de Niterói.

A situação mudaria partir do final dos anos 50, culminado com a criação União de Rugby do Brasil (URB), que contava com 4 entidades filiadas, uma do Rio de Janeiro,

o Rio Cricket e três na cidade de São Paulo, o SPAC, o Aliança Rugby Football Club e o São Paulo Rugby Football Club (SPRFC).

A situação do rugby seria beneficiada, novamente pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento das relações com o exterior, a partir de 1955, com a instituição do Plano de Metas, o país entra no que pode ser definido como fase de “industrialização pesada”, fenômeno que irá se estender até os anos 80, abarcando toda a fase do milagre econômico. Nesse novo momento o foco da economia será a indústria pesada e de bens de consumo duráveis. O estado será o grande organizador desse processo, mas o capital internacional terá um papel fundamental, com muitas empresas estrangeiras se estabelecendo no Brasil no período (Curado e Cruz, 2008).

Inicialmente o capital estrangeiro seria majoritariamente americano, mas durante o período empresas dos mais diversos países se envolveram na economia Brasileira. Na prática do rugby esse novo momento será marcada pela entrada de outras colônias no esporte, com destaque para argentinos e franceses, dois dos países onde o rugby é muito popular, e os japoneses. Apesar do Japão não ser considerado uma das potências do esporte, a modalidade tem uma importante base de fãs, sendo disputada desde o século XIX no país, principalmente no meio universitário.

A entrada desses novos imigrantes dará um vigor renovado para a modalidade, principalmente em São Paulo, com a antiga colônia inglesa se organizando em torno do SPAC, enquanto expatriados de outros países irão se agrupar no Aliança e com a colônia japonesa disputando com o SPRFC, filiado ao Nippon Country Club.

A colônia francesa ainda contará com o colégio Liceu Pasteur, tradicional instituição de ensino da cidade de São Paulo e principal colégio dos filhos de expatriados franceses, que já em 1964 terá uma equipe juvenil treinando e que evoluirá para um time adulto, sendo até hoje uma das principais forças do rugby Brasileiro.

Paralelamente à entrada de novos jogadores vindos do exterior, a URB fará da nacionalização do esporte um de seus objetivos principais, assim como a criação de uma categoria de base e a introdução do esporte nos colégios, objetivos que, em parte serão atingidos com sucesso.

A organização do esporte, a dedicação de muitos dos fãs, aliada a um momento econômico favorável que permitiu a federação angariar fundos com mais facilidade,

garantiam um período de expansão sem precedentes da modalidade, que conquistaria espaço nos jornais e até mesmo no rádio e na televisão, além de ampliar a base de jogadores.

A URB duraria até 1972, quando ficou claro que, para continuar crescendo, a modalidade precisaria de uma maior evolução institucional, passo dado com a filiação a Confederação Brasileira de Desporte (CBD), e a renomeação para Associação Brasileira de Rugby (ABR), assumindo a nomenclatura oficial das modalidades filiadas. Isso permitiu ao rugby o acesso a uma nova gama de patrocinadores e mais atenção da mídia, o que deu um novo fôlego para a modalidade permitindo seu crescimento por mais alguns anos.

O número de atletas se multiplicará e deixará de ser composto na maioria por estrangeiro. Se em 1963 o país contava com 4 clubes e 95% dos jogadores nascidos no exterior, em 1986 a modalidade contaria com 27 agremiações, entre infantis, juvenis, universitárias e adultas, em três estados, com 14 campeonatos sendo disputados no ano, sem contar amistosos e 75% dos atletas nascidos no Brasil (acerco Ludens).

A expansão da modalidade, e a situação financeira aparentemente favorável, gerou uma onda de otimismo entre dirigentes e jogadores, com as previsões mais auspiciosas vendo um crescimento exponencial da modalidade nos anos seguintes, podendo até mesmo se tornar uma modalidade de massas.

A relação com as equipes de futebol foi um dos pontos altos desse momento, com Palmeiras e São Paulo abrindo departamentos de rugby. Uma partida da modalidade foi disputada no Morumbi em 1983, como prévia do jogo da Copa do Brasil daquele ano entre São Paulo e o Bahia, com os torcedores recebendo uma cartilha com as regras da modalidade na entrada do campo. Na hora da partida estima-se que já havia 15 000 pessoas dentro do estádio.

Paralelamente ao desenvolvimento dos clubes, a federação também aumentou seus gastos, investindo na compra de um estádio, que se imaginava seria a casa do rugby brasileiro e patrocinando a ida da seleção brasileira para uma quantidade recorde de campeonatos internacionais.

O otimismo, porém, se mostrou exagerado, a partir de 1986 com a troca de direção da então Associação Brasileira de Rugby (ABR) o esporte entrou numa crise institucional

sem precedentes, que levou à desarticulação da maioria dos campeonatos no país, o fim do rugby nos colégios, assim como da maioria das equipes infanto-juvenis, o fim do campeonato fluminense e da maioria das competições na cidade de São Paulo, com a modalidade sendo reduzida à disputa do campeonato Paulista e do Brasileiro, que contava na época apenas com um par de equipes de fora de São Paulo.

A estratégia da federação também teria consequências drásticas para a organização da modalidade. A opção por priorizar as disputas internacionais da seleção, mandando constantemente equipes para o exterior se mostraria insustentável no longo prazo, principalmente se levarmos em conta um ambiente de crise econômica, hiperinflação e fuga de patrocinadores frente ao custo de se mandar equipes constantemente para o exterior.

Ao priorizar a seleção a federação também privaria diversas outras áreas de recursos fundamentais como, por exemplo, a formação de árbitros, a manutenção de campos, programas de recrutamento, entre outros, sendo esse um dos principais motivos da desorganização do esporte durante o período.

O início dos anos 90 veria o rugby em uma situação desesperadora, a federação praticamente falida e o número de clubes reduzido a apenas menos de uma dezena. A situação só mudaria a partir da metade dos anos 90 dando origem à expansão do esporte que segue até a atualidade.

O principal elemento novo a contribuir para a expansão da modalidade será a evolução dos meios de comunicação. A televisão por assinatura surgiria no Brasil apenas nos anos 80, mesmo tendo surgido nos estados unidos nos anos 40, contando apenas com alguns canais como a CNN e a MTV (Duclós, 1998). Essa nova modalidade de telecomunicação viria a chamar a atenção dos grandes grupos de comunicação brasileiros, que começaram a desenvolver um projeto de televisão por assinatura semelhante ao americano. (Ramos, 1994)

O surgimento do novo serviço levou a uma longa batalha política pela regulamentação do mercado, que terminou em 1995 com a promulgação da Lei de TV a Cabo (nº 8.977) (Ramos, 1994), organizando o setor e permitindo investimentos cada vez maiores no setor, que conta hoje com quase 20 milhões de assinantes (http://www.abta.org.br/dados_do_setor.asp)

Na difusão de novas modalidades esportivas a popularização da televisão por assinatura foi decisiva. A criação de canais voltados exclusivamente para esportes, o primeiro deles aberto em 1991, diversificaria o cenário de difusão esportiva. Com um número crescente de canais, necessitando conteúdo inédito diariamente, as mais variadas modalidades esportivas seriam apresentadas aos brasileiros.

O rugby rapidamente entraria nesse sistema. A transmissão da primeira partida internacional da modalidade em 1995 e a transmissão da final da Copa do Mundo de Rugby disputada na África do Sul, levaria a modalidade, antes restritas ao ambiente mais cosmopolita dos grandes centros urbanos, para todo o Brasil.

A participação do rugby na grade dos canais a cabo seria errática no começo, com transmissão apenas das Copas do Mundo no início, mas cresceria de forma constante sendo que hoje os principais campeonatos do mundo, de clubes e seleções, são transmitidos, assim como uma série de partidas nacionais.

A internet viria a aprofundar ainda mais essa transformação, disponibilizando em todo o território nacional uma vasta gama de informações da modalidade. Se antes todo o material envolvido, como livro de regras, revistas especializadas, vídeos de jogos entre outros tinham de ser comprados no exterior e enviados ao Brasil de navio, hoje apenas um computador com acesso à internet dá ao usuário acesso ao mesmo material, disponível em países onde a modalidade é mais praticada.

O desenvolvimento dos meios de comunicação permitiu que diversas regiões do Brasil tivessem contato com a modalidade, gerando uma série de fãs de maneira quase espontânea, que chegando por acaso à modalidade terminam por tornarem-se espectadores assíduos e, muitas vezes, praticantes.

Outro fenômeno interessante que pudemos perceber a partir da discussão com atletas da modalidade é o efeito que a crise econômica teve na difusão do rugby (como explicaremos na próxima parte). Com a crise, e a diminuição do número de oportunidades nos grandes centros urbanos, muitos profissionais, de todas as áreas, acabaram se dirigindo para outras regiões em busca de empregos.

Dentre os praticantes de rugby esse fenômeno também se verificou, com muitos deles sendo transferidos ou se dirigindo a outras regiões em busca de maiores oportunidades,

levando junto a prática da modalidade. Muitos dos clubes fora dos grandes centros urbanos foram fundados por jogadores do Rio de Janeiro e São Paulo.

A somatória desses fatores permitiria ao rugby voltar a crescer, tanto economicamente quanto no número de participantes, a partir da metade dos anos 90, mesmo que em um ritmo ainda tímido. O passo final para a modalidade viria em 2009, com a volta aos jogos olímpicos.

Para o Brasil isso significaria o acesso a uma série de programas de incentivo, como a Lei de Incentivo ao Esporte, voltada apenas para modalidades olímpicas, além de uma atenção maior da mídia. Nesse cenário a ABR mudaria de novo, passando a se chamar Confederação Brasileira de Rugby (CBRu), para se adequar a nomenclatura utilizada pelo Comitê Olímpico Brasileiro.

3.5.- Discussão

A análise dos dados mostra de maneira bastante clara que uma grande variação no número de praticantes, e o pouco enraizamento da modalidade, não é uma característica exclusiva do rugby, nem está relacionada com a falta de apelo para a sociedade brasileira.

Analisando o desenvolvimento do remo e do handebol, mesmo sendo estas apenas duas modalidades dentro uma grande quantidade, percebemos que, com a possível exceção do futebol, a base de praticantes das outras modalidades no Brasil é frágil e suscetível a grandes variações.

O caso mais claro é o do remo, que de uma modalidade de massas no início do século XX seria, em um curto espaço de tempo, completamente esquecido tanto pela população em geral quanto nos ambientes esportivos, fato que fica claro analisando a participação olímpica da modalidade, que de 22 atletas enviados para as olimpíadas de 1936, em um delegação de 73 pessoas, passou para apenas 2 em 1948, dentro de uma delegação de 70 pessoas. Uma decadência que continuaria, com a modalidade perdendo mais e mais espaço, tanto que em 2012 o remo enviou apenas 4 atletas dentre os quase 250 esportistas da delegação brasileira.

Mais simbólica é a decadência do remo, por não se tratar de um esporte estrangeiro ou introduzido de maneira artificial no Brasil, mas de uma modalidade que desde seu início teve uma profunda relação com a sociedade brasileira, mesmo que apenas com a elite, tendo um papel importante na apropriação da ida à praia como forma de lazer, elemento que até hoje é central da identidade carioca e também brasileira. Mesmo com toda essa base, pouco resta do remo na sociedade como um todo.

Isso leva também a outra questão, que não poderemos desenvolver neste trabalho. Atualmente tem se dado muita atenção, tanto na imprensa quanto na academia, para a expansão de novas modalidades e a diversificação dos esportes no Brasil, e até mesmo ao fato de que estaríamos trazendo modalidades importadas em detrimento das tradicionais brasileiras, como no caso do futebol americano e do UFC, dando a impressão de que apenas o futebol existisse no Brasil de algumas décadas, quando na verdade outras modalidades, no caso deste estudo o remo, surgiram, tiveram grande apelo popular e desapareceram deixando pouco vestígio.

O handebol mostra o outro lado desse padrão, de uma modalidade que chegou ao Brasil apenas no fim dos anos 50, no caso do formato de salão, entrou no currículo escolar nos anos 70 e disputou sua primeira olimpíada em 1992. O título mundial feminino em 2013 representaria o momento final em que o handebol se tornaria uma modalidade de massas, fato que na visão dos próprios sujeitos não se concretizou.

Quanto aos elementos que influenciam essa fragilidade das modalidades e a rápida mudança de panorama do esporte brasileiro, ainda é necessário mais pesquisa. Podemos perceber que as transformações que ocorreram durante a segunda guerra mundial foram significativas para uma série de modalidades, principalmente as ligadas aos clubes sócio esportivos, no âmbito desta pesquisa o rugby e o remo.

Quanto aos elementos que discutimos no início deste capítulo, os fatores que influenciam no crescimento das modalidades amadoras, com destaque para os períodos de expansão e internacionalização da economia, ainda necessitam de estudos mais amplos, com poucos elementos de consenso presentes.

A partir das modalidades analisadas podemos aferir que o ambiente das práticas amadoras é extremamente fluído, sujeito a grandes variações dentro do tempo, tanto em prestígio e conquistas esportivas quanto no número de praticantes. Com modalidades

surgindo, ganhando destaque rapidamente e, com a mesma velocidade, sendo esquecidas do grande público.

Parte 2

1 Os primórdios do rugby no Brasil - 1894 a 1939

O processo de difusão do rugby pelo mundo se deu em escala menor que a do futebol, mas adentrou em todos os continentes, inclusive em áreas fora do Império Britânico formal. Porém, diferente do futebol, manterá uma relação profunda com as comunidades de expatriados britânicos.

No caso do Brasil o esporte não encontrará grande apoio popular, tendo até mesmo resistência de parte da população, que irá considerar o jogo muito violento. Mesmo nesse ambiente hostil a modalidade irá cativar muitas pessoas. Sendo praticada no início apenas por ingleses, ela encontrará apoio em alguns setores da população, principalmente a elite urbana dos grandes centros.

Determinar a origem de qualquer fenômeno é sempre algo muito complexo, muitas vezes não é possível determinar uma data ou momento fixo. Charles Miller, ao contrário do que se pensa, como discutiremos mais a seguir, não foi o primeiro a jogar o Rugby no Brasil, havendo relatos do esporte em momentos anteriores. No fim do século XIX a prática esportiva não estava totalmente consolidada, tanto o futebol quanto o rugby, havendo discordância quanto às regras e a forma de se praticar.

A dificuldade de locomoção e comunicação também fazia com que os grupos agissem de forma mais independente, sem saber exatamente o que o outro estava fazendo. Nesse ambiente podemos afirmar que entre 1890 e 1894, quando Charles Miller chega ao Brasil, houve alguns jogos de rugby, organizados provavelmente por ingleses que moravam por aqui, ou brasileiros que estudaram na Inglaterra. Existem alguns relatos da prática do jogo, ou formas semelhantes, no século XIX, incluindo a citação de Paulo Várzea sobre a fundação do Clube Brasileiro de Futebol Rugby, no Rio de Janeiro, em 1891.

“O segundo clube surgido em terra carioca foi o do Clube Brasileiro de Futebol Rugby, o primeiro a cultivar esse esporte no Brasil, fundado em 12

de setembro de 1891 pelos srs. Alfredo Amaral Fontoura, Vírgilio Leite, Oscar Vieira de Castro, Edwin Ral, Sidney Cox, Augusto Amaral e Luiz Leonel Moura, este jovem brasileiro, recém-chegado da Inglaterra, onde fôra educado no 'Elizabeth College', da ilha de Guernsey, na qual aprendera o 'rugby' e o futebol 'soccer'. Foi por sua iniciativa que se introduziu no Rio, o 'rugby', que logo encontrou adeptos, enquanto que o futebol 'association', tentado pelos rapazes do Clube Brasileiro de Cricket e reeditado por Moura, entre 92 e 93, foi depois esquecido" (MAZZONI, 1950)

Tomás Mazzoni foi um dos mais importantes cronistas esportivos da história do Brasil, ganhando destaque pela sua obra "História do Futebol no Brasil - 1854-1950", o primeiro livro a tratar da história da bola redonda. Por isso seu relato é de grande importância, e mostra também que, no início, rugby e futebol estiveram em igualdade. Mesmo que o rugby tenha sido jogado antes de 1894, o certo é que ele foi praticado de forma organizada pela primeira vez pelos membros do São Paulo Athletic Club (SPAC), incentivados por Charles Miller.

Charles William Miller é uma das figuras centrais da difusão da prática esportiva no Brasil, sendo considerado o pai do futebol, do rugby e um dos fundadores da Associação Brasileira de Tênis. Nascido em São Paulo no ano de 1878, filho de um engenheiro escocês, William Miller, que trabalhava na São Paulo Railway Company, e de mãe brasileira de origem inglesa Carlota Fox, viveu no Brasil até 1888. Ao completar 10 anos, como acontecia com a maioria dos filhos de britânicos, foi enviado para estudar na Inglaterra, mais especificamente para a Banister Court School, em Southampton. Foi nas ilhas britânicas que Miller teve o primeiro contato com algo que mudaria sua vida, a prática esportiva. Apesar de se destacar jogando futebol, como atacante, era um atleta completo, destacando-se também no rugby e no críquete. (MILLS, 2005)

Em 1894 completou sua educação e optou por retornar ao seu país natal, para trabalhar na mesma companhia que seu pai, levando na bagagem o entusiasmo pelo esporte. Chegou ao Brasil no dia 18 de fevereiro trazendo, como diz a lenda, duas bolas usadas, um par de chuteiras, um livro com as regras do futebol, uma bomba de encher bolas e uniformes usados, que rapidamente foram utilizados no campo do SPAC.

A Inglaterra, no início do século XX, era a maior potência econômica do mundo, com investimentos na maior parte do planeta. Com isso um enorme contingente de ingleses morava longe de sua terra natal, empregados em companhias ferroviárias, bancos, empresas de comunicações, navios e etc. Perdidos em lugares estranhos, onde não

compreendiam os costumes e possuindo certo desprezo pelos nativos, os britânicos costumavam ficar juntos, e assim se organizaram os clubes ingleses pelo mundo (HOBSBAWN, 1987). No Brasil os mais famosos são o SPAC, o Rio Cricket Club, e o Santos Athletic Club, lugares de confraternização onde os membros podiam passar um fim de semana ao ar livre, conhecer outros britânicos e manter as tradições inglesas vivas, o esporte sendo uma das principais.

Nesses lugares começa a prática de esportes no Brasil, sendo os preferidos na época o futebol, o rugby e o críquet. Apesar de Miller receber as honras como pai do esporte, uma grande quantidade de pessoas já tinha conhecimento dessas práticas. Nessa época era comum que os jovens da elite fossem enviados estudar no exterior, muitos deles na Inglaterra, onde acabavam por tomar conhecimento dos esportes que estavam sendo praticados. Em São Paulo também viviam muitos ingleses que estavam a trabalho no Brasil e eram fãs dos jogos e, por fim, muitos marinheiros que também apreciavam um bate bola, quando desciam dos navios, acostumavam desafiar os nativos, geralmente no futebol ou no rugby. (acervo ludens¹⁰)

Desse período, e do próprio Miller, o indício de maior credibilidade encontrado sobre a prática do rugby no São Paulo Athletic Club (SPAC) aparece em duas fontes distintas. A primeira é relativa a um jornal editado pela e para a colônia inglesa, mais especificamente aquela que residia no Rio de Janeiro, o The Rio News. Nele se noticiou a realização da primeira partida documentada de rugby em solo brasileiro, que data de 1898, entre o SPAC e o São Paulo Railway, inclusive com a participação de Charles Miller:

“Rugby Football. S. Paulo Athletic Club v. S. Paulo Railway. These clubs met for a friendly game played at Chácara Dulley¹¹ on July 24th [...]”¹²¹³. (The Rio News, 02\08\1898)

¹⁰ A pesquisa documental necessária para a realização deste trabalho, devido principalmente a falta de estudos acadêmicos sobre o tema, foi realizada pelos pesquisadores do Núcleo Interdisciplinar de Modalidades Lúdicas (LUDENS-USP), principalmente por meio de entrevistas com ex-jogadores. O material reunido, arquivos de áudio, súmulas, atas, recortes de jornais, fotos entre outros está reunido na sede do LUDENS na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Quando nos referimos a “acervo ludens” estamos citando este material.

¹¹ Este jogo foi realizado na chácara Dulley. Seu proprietário, Charles Dimmit Dulley, nasceu em 1839 na cidade de Pittsburg, no estado da Pensilvânia nos Estados Unidos. Em 1861 chegou a São Paulo para trabalhar como um dos encarregados da São Paulo Railway Company, logo se tornando um dos maiores empreiteiros da cidade. No Brasil, ele fez amizades na comunidade britânica, tornando-se um dos mais ativos e queridos estrangeiros da cidade. Sua chácara, localizada no Bairro do Bom Retiro, em São Paulo, logo se tornou o principal ponto de encontro dos ingleses no Brasil, sendo um lugar perfeito para a prática, no início de cricket e golfe, e depois de futebol e rugby. A instalação ainda incluía uma

O jogo, organizado por Miller, terá pouca importância dentro da difusão do esporte no país. Ele próprio abandona a prática do rugby logo depois, que seguirá um longo e complexo processo de aculturação. A história, por mais anedótica que seja, terá um grande valor dentro do subcampo do rugby no Brasil, sendo de fato o mito fundador do esporte. Para a comunidade de praticantes, o mito de Charles Miller representa a tradição, mostrando que mesmo pouco difundido o esporte possui um passado, não sendo uma moda passageira ou uma introdução recente.

A outra fonte desse período é a carta de Hans Nobling, fundador do Sport Club Germânia, atual Pinheiros, que relata a realização de um jogo anual de rugby pelo clube dos ingleses.

“Unicamente na colônia inglesa paulistana jogava-se a cada ano, pelo que pude apurar, duas partidas de futebol, entre quadros do São Paulo [Athletic] Club, e se não me engano, do São Paulo Railway Cricket Club, sendo uma partida de futebol association e outra de futebol rugby. Lembro-me que junto de uns poucos membros da colônia inglesa assisti um desses jogos, o de rugby, que se realizou, se não me engano, em Setembro de 1897, num campo do Bom Retiro, que era provavelmente do SPRCC” (GAMBETA, 2014, p.38).

Também 1897 será o ano da primeira partida de rugby registrada no Rio de Janeiro, quando os membros do Rio Cricket Club enfrentaram um time norte-americano. Apesar de o esporte ter se enraizado de forma definitiva apenas no eixo Rio-São Paulo, encontram-se registros da prática em diversos outros estados. Devido à precariedade das comunicações, era difícil interagir em nível nacional, não havendo contato entre os praticantes das diversas partes do país. Assim como Charles Miller, deve ter havido muitos outros que, depois de uma temporada no exterior, voltaram para suas cidades trazendo novidades do que se jogava lá fora.

maternidade, enfermagem e escola infantil. Charles Dulle, porém, não viveria para ver a primeira partida de rugby no Brasil, faleceria em um acidente em 1878.

¹² Rugby Football. S. Paulo Athletic Club v. S. Paulo Railway. Esses clubes se encontraram para um amistoso disputado na Chácara Dulle no dia 24 de julho (tradução livre)

¹³ No dia 24 de julho, na chácara Dulle, foi dado o pontapé inicial da primeira partida de rugby noticiada no Brasil. O jogo disputado entre o SPAC e os funcionários da Railway Company acabou com uma vitória tranquila do clube inglês, por 3 tries a zero. A honra de entrar no in-goal, pela primeira vez na história do país, foi do próprio Charles Miller, que anotou os dois primeiros tries do SPAC, seguido por Crowter Smith. (The Rio News, 02\08\1898)

Pelo menos, Porto Alegre, Vitória, Recife e Belém (além de São Paulo e Rio de Janeiro, já citadas) presenciaram a prática do rugby. Cada qual com seu contexto específico, a partir do fim do século XIX e o início do XX. Devido à perda de documentação e a dificuldade de comunicação é aceitável pensar que em muitos outros lugares foram organizados jogos de rugby, por entusiastas locais ou por funcionários de alguma empresa inglesas, eventos tão pequenos que não devem ter sido registrados de nenhuma maneira e se perderam para sempre.

A imigração de ingleses, atrelada em grande parte à chegada de empresas de comércio exterior, transporte e bancos, atores fundamentais do processo de modernização, gerou, além de reconfigurações econômicas e da malha urbana, mudança de hábitos. A dinâmica interna dessas recém-formadas comunidades estrangeiras nas cidades favorecia a reprodução de práticas sociais do país de origem. Um círculo de sociabilidade, formado a partir do elemento lúdico e do esporte, era uma presumível forma de associação.

Em alguns casos, a mobilização gerada pelos encontros pontuais fomentou a criação de clubes sociais e esportivos dos estrangeiros. Em São Paulo e Rio de Janeiro, onde o rugby se manteve como atividade, os clubes eram redutos, no princípio, de imigrantes ou pessoas que de alguma forma compartilhavam esse mesmo ethos (GAMBETA, 2013).

Quando os clubes esportivos paulistas e cariocas compostos majoritariamente por brasileiros começaram a se formar, o critério de filiação ao clube deixou de ser o vínculo à origem pátria, condicionando-se pela classe social e/ou pela cor da pele. Incorpora-se a adoção da prática esportiva como mais uma das tentativas de renovação, de modernização (GAMBETA, 2013). Norteados pelo ideal burguês em ascensão, o esporte foi adotado pela elite urbana como uma prática eugênica, moderna e “civilizada”, em contraponto a uma velha oligarquia vinculada ao rural e ao “atrasado”. À prática esportiva se atrela à formação de um novo homem brasileiro, num ideal que dificilmente englobava pobres e negros (FRANCO Júnior, 2007).

A distinção do fenômeno paulista e carioca quanto à adoção do rugby, como os demais esportes, apresenta-se a priori através deste espectro. Enquanto na então capital federal e na cidade de São Paulo a institucionalização garantiu a manutenção constante da prática, nos outros locais, em que se identificou a existência de jogos e partidas de

rugby, persistiram atrelados a um ou outro clube, sem se relacionar com outras regiões do país e sem apresentar continuidade nas décadas seguintes. Nesse sentido podemos destacar algumas localidades onde encontramos referências da prática do rugby, principalmente Recife¹⁴, Belém¹⁶ e Porto Alegre¹⁷. A prática fortuita, associada a um clube que primou pelo futebol, ou a visitantes esporádicos, não gerou a continuidade da prática, a memória e muito menos um intercâmbio com as demais localidades em que o esporte foi tentado (não só pela distância temporal entre alguns desses casos, mas também pelo provável desconhecimento que havia entre eles).

O rugby foi jogado em muitas cidades pelo Brasil, na primeira década do século XX, tanto em grandes capitais como em recantos perdido no interior. Essas atividades não conseguiram atrair atenção suficiente da população para que o esporte se tornasse algo permanente, foram ações esporádicas, muitas vezes patrocinadas por alguma comunidade estrangeira.

¹⁴ “Realisa-se no dia 23 do corrente, às 4:30 horas da tarde, no Derby, o primeiro match de foot-ball rugby, entre o XV do Sport Clube Recife e o team inglez organizado pelo sr. N. Oliver. Nota-se grande entusiasmo para esse match que promete ser muito disputado [...] A diretoria do Sport Clube, que não tem poupado esforços para o bom êxito d’este match, pede-nos para declarar que haverá lugares reservados para as famílias” (Jornal do Recife. 18\07\1905).

¹⁵ “Teve logar hontem no Derby o primeiro match de rugby entre o Sport Club e o team do sr. Oliver. Apesar de não fazer bom tempo, perante numerosa assistencia de distintas senhoras e cavalheiros da nossa melhor sociedade, às 4:30 da tarde principiou o jogo que até o fim conservou-se no campo do Sport, devido à inferioridade e principalmente da falta de exercicio d’estes jogadores. Enquanto o team inglez com os seus bons fowards e excellentes $\frac{3}{4}$ faziam esplendidos passes e combinações, o Sport limitava-se a defender o seu goal, sendo no entanto impotente para conter o rush dos fowards e $\frac{3}{4}$ inglezes que no final da partida tinham 13 pontos contra 6 do Sport. Oliver, Paterson e Pickwood são três jogadores que conhecem perfeitamente os segredos do Rugby, sendo sempre bem ajudados pelos seus fowards conduzidos por Newton. Pelo Sport Club distinguiram-se R. H. Bradford, Callande e Hughman nada podendo fazer, porem, devido à falta de auxílio. A escolha do referre não nos pareceu das mais acertadas, pois este logo no primeiro try confirmou-o apesar de ter dado um off-side contra os inglezes. A derrota do Sport por absoluta falta dos jogadores é sanavel e para isto basta mais pratica. Sabemos já ter sido combinado um outro match a realisar-se assim que o team do Sport tenha mais um exercicio”. (Jornal do Recife. 25\07\1905).

¹⁶ “O football “rugby” foi solenemente introduzido na Amazônia. Devem ficar de cara à banda os inimigos do football com esta noticia alarmante: a suposta inclemência do nosso clima, a que elles se apegavam para de balde aliás, condemnar o jogo da “association”, vencida para este sport, por isso que entre nós elle ganha sempre maior entusiasmo, acaba de ser rechussada para o chamado footall “rugby”, também temerosamente conhecido como o “football do mata”. Na quinzena passada, na capital visinha, e portanto dentro da Amazonia, foi jogado, com grande sucesso, um formidável encontro desse mais violento dos sports conhecidos – o “rugby”. Os jornais paraenses dizem que foi um ruidoso acontecimento o encontro. Não se julgue, porém, que nelle se empenharam um troço de imbecis contra uma turba dos inconscientes, não! Esse “match” memorial de introdução do “rugby” teve a honra de ser jogado pela “elite” dos “sportmans” paraense, alguns até há muito afastados do sport, bacharéis, médicos, engenheiros, membros do alto commercio, como sejam, entre outros, os seguintes senhores.” (A Rua, 10\07\1916).

¹⁷ “Amanhã na chácara dos Eucalyptus, terá logar o anunciado ‘match’ amistoso entre a marujada do ‘Petersfield’ e ‘Internacional’. Antes haverá uma demonstração de ‘football rugby’.” (A Federação, 24\11\1920)

Os únicos lugares onde o rugby se enraizaria, criando uma comunidade de jogadores grande o suficiente para que a atividade se torne permanente, seriam São Paulo e Rio de Janeiro. O subcampo do rugby brasileiro então se constituirá geograficamente nessas localidades, pelo menos até a década de 1990, únicos lugares onde a modalidade será praticada de forma permanente, com uma quantidade suficiente de praticantes.

Por serem as cidades mais ricas do país e os grandes centros de comércio internacional, essas metrópoles agregavam uma enorme comunidade estrangeira, incluindo a maioria dos ingleses residentes no país. A internacionalização também fazia com que a elite tivesse um grande contato com o exterior, estando sempre ansiosa por emular costumes e práticas vindas da Europa.

Em São Paulo, o maior centro econômico do país, existe o registro da tentativa de organização de um campeonato, já em 1905, com uma reunião entre os principais clubes sociais da cidade, organizado pelo SPAC e pelo C.A Paulistano (O Estado de S. Paulo, 17\08\1905). Tal tentativa resultaria infrutífera, a organização do campeonato só se realizaria 20 anos depois.

Apesar dos esforços paulistas, o primeiro jogo oficial do país, que se tem registro, só aconteceria, em 1910, no dia 25 de Julho na cidade do Rio de Janeiro. Nessa data uma equipe formada por jogadores residentes no Rio De Janeiro enfrentou o time do cruzador britânico HMS Amethyst¹⁸, e o começo não poderia ser melhor, com os donos da casa vencendo os ingleses por 29 a 4¹⁹²⁰. (O Estado de S.Paulo, 27\07\1910)

Apesar da empolgação em torno do novo esporte não existiriam tentativas de institucionaliza-lo definitivamente. O rugby continuaria a ser jogado de maneira esporádica na cidade. Já no ano seguinte é noticiado, no Jornal do Brasil, a primeira

¹⁸ O HMS Amethysty era um cruzador de terceira classe, com uma tripulação de 296 homens. Lançado em 1905 o navio estava designado para o Atlântico Sul, se alternando entre os principais portos da região. No esporte brasileiro ele se destacaria também no futebol, realizando um amistoso contra o Fluminense em 1906 e dois jogos contra o Botafogo em 1909, acumulando duas derrotas, uma por 2 a 1 e outra por 4 a 3. Em 1910 porém os marinheiros estavam cansados da bola redonda e resolveram disputar um jogo de rugby.

¹⁹ O jogo em si foi muito bem jogado, apesar dos tempos reduzidos, com 25 minutos na primeira etapa e 30 na segunda, depois dos pedidos dos marinheiros que alegaram que depois de tanto tempo no mar, e pouco tempo de preparação, não conseguiriam jogar uma partida completa.(O Estado de S.Paulo, 27\07\1910)

²⁰ A partida foi disputada no antigo campo do Botafogo Futebol Clube, conhecido como Estádio da Rua Voluntários da Pátria, inaugurado em 1908 e palco do primeiro título carioca do tradicional time de futebol. A cobertura da imprensa, que anunciou, a partida serviu para instigar a curiosidade dos cariocas. O dia ensolarado também contribuiu para que as antigas arquibancadas de madeira estivessem com um excelente público. (O Estado de S.Paulo, 27\07\1910)

partida inter-estadual que se tem registro, em um jogo entre o Paissandu Atlético Clube, tradicional clube inglês da cidade e a seleção de São Paulo, também se tem registro de jogos contra outros navios, neozelandeses e americanos (Jornal do Brasil, 16\07\1911).

A partir do início dos anos 20 os treinos começam a ficar mais regulares com registro de três equipes atuando na cidade, uma dos funcionários da Light, empresa canadense ainda hoje responsável pela eletricidade no estado do Rio, outra do S.C Brasil, um time de futebol da era amadora e a do Rio Cricket e Associação Atlética (Jornal do Brasil, 05\06\1921). Além disso, existe uma referência obscura a um The Club, que seria o precursor dos treinos na cidade. De todas essas tentativas apenas uma geraria frutos no Rio, a Cricket e Associação Atlética teria sucesso em formar uma base sólida de jogadores, montando um time competitivo por mais de 50 anos. A equipe só desapareceria em 1973, quando por dissidências internas os jogadores se desligaram do clube para formar o que hoje é o Niterói.

Clube social mais antigo do Brasil, o Rio Cricket, foi fundado em 1872, servindo de ponto de encontro para a comunidade estrangeira residente no Rio de Janeiro, sediado no bairro do Botafogo. O formato inicial durou até 1897 quando um desentendimento entre os sócios deu origem a dois clubes diferentes. Na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente na rua Paissandu, foi fundado o Paissandu Atlético Clube, enquanto a outra parte dos sócios foi para Niterói, fundando o Rio Cricket e Associação Atlética. As duas equipes sempre mantiveram uma rivalidade feroz, nos mais diversos esportes, que ficou conhecida como Clássico dos Ingleses, infelizmente não existe registro de que eles tenham se enfrentado em uma partida de rugby. Sendo assim, podemos afirmar com certeza que a partir de 1925 o Rio de Janeiro contava com pelo menos uma equipe treinando Rugby regularmente e de forma competitiva. Os adversários viriam do alto da serra, com os primeiros clubes paulistas se organizando também nessa época.

O Rio Cricket será o grande centro de prática do rugby na cidade do Rio de Janeiro e local de integração dos estrangeiros, principalmente britânicos. O clube se consolidará como um dos primeiros locais frequentados pelos novos moradores da cidade, um papel incentivado pelos proprietários, que inclusive, em alguns casos, não cobrará mensalidade de ingleses menos abastados (acervo ludens). O clube exercerá um papel importante na construção da identidade nacional dos seus participantes. Apesar da

maioria de seus sócios serem britânicos e filhos destes, a agremiação também contará com um número de brasileiros participantes, que crescerá com o tempo.

Os filhos dos primeiros sócios britânicos terão um papel central no processo de aculturação. Apesar de manterem diversas tradições inglesas, e serem membros ativos do Rio Cricket, sua vivência escolar será feita entre brasileiros, principalmente os sócios que optaram por viver em Niterói. Essa situação terá um efeito de mão dupla, enquanto influenciados pela cultura nacional, se sentindo de fato brasileiros, esses garotos também irão trazer diversos estudantes para dentro do clube, para a prática do rugby, contribuindo para uma nacionalização do Rio Cricket, que cada vez mais se envolverá com a cidade de Niterói.

O fim do rugby no Rio Cricket, como já foi apontado, será o ponto final nesse processo, dando origem a dois clubes distintos, na cidade do rio de Janeiro será fundado o Rio Rugby enquanto do outro lado da ponte estará o Niterói Rugby. Esse dois clubes mostraram duas facetas importantes desse processo.

No caso do Rio Rugby o clube sempre manterá uma relação mais profunda com o exterior, sendo fundado por membros antigos do Rio Crickte e também contando com um grande afluxo de estrangeiros moradores eventuais da capital fluminense. A agremiação se manterá então como primeira parada para os novos moradores da cidade, envolvidos com a prática do rugby, extrapolando as relações com a Inglaterra e contando também com argentinos, franceses entre outros.

O Niterói por outro lado contará, em sua maioria, com moradores da cidade, filhos de ingleses que se estabeleceram nos subúrbios e brasileiros atraídos pela prática. O clube surgirá com a preocupação de se enraizar cada vez mais na cidade, para se tornar definitivamente brasileiro. O caso que pode ser exemplificado pela história dos fundadores, os irmãos Ian e Collin Turnbull²¹.

Na cidade de São Paulo o caminho também não foi fácil, Charles Miller não se envolveria com a prática do rugby, dedicando todas as suas energias ao futebol. Sem o

²¹ Filhos de um casal de britânicos, que se estabeleceu no Rio no início do século, seus pais foram membros ativos na comunidade britânica, principalmente na prática esportiva, sua mãe jogava tênis, enquanto seu pai era um iatista renomado, tendo inclusive jogado rugby esporadicamente. Os Turnbull se estabelecerão definitivamente na cidade de Niterói. Juntamente com outros filhos de sócios do Rio Cricket Ian e Collin serão responsáveis por trazer diversos brasileiros para a prática, uma preocupação que irá se manter, com o Niterói rugby tendo sucesso em introduzir o rugby em alguns colégios na década de 1980.

apoio de seu mais importante defensor, o rugby deixaria de ser praticado oficialmente no SPAC, para onde só voltaria nos anos 50. Sem grandes entusiastas morando na cidade o esporte logo seria esquecido, sem partidas registradas entre 1900 e 1925. (acervo Ludens)

A situação só se alteraria no início dos anos 20, com a chegada de dois britânicos, Jimmy McIntyre²² e Gordon Fox Rule²³, que juntos alterariam o rugby brasileiro para sempre, com o primeiro sendo inclusive peça fundamental na construção da ABR em 1963.

Não existem registros confiáveis para determinar se os dois se conheciam anteriormente a esse período. O certo é que no Brasil passaram a circular entre a comunidade britânica de São Paulo e juntos deram início aos primeiros treinos de rugby. Nasceu, assim, o São Paulo RFC, constituído, sobretudo, por britânicos. Nas palavras do próprio McIntyre, no entanto, “não podemos nos esquecer da contribuição dada por alguns sírios, alemães e franceses, que também faziam parte do time”. (acervo Ludens)

O clube não possuía ligação oficial com o SPAC e iniciara suas atividades em um campo alugado, atrás do Monumento do Ipiranga. O nascimento posterior do Britannia FC, fundado também por McIntyre e Rule, criou uma oposição local ao São Paulo RFC, com partidas disputadas no Parque Antártica e no campo de Pirituba da São Paulo Railway. Tudo leva a crer que essas duas agremiações eram na verdade apenas um grupo de pessoas que, com o intuito de deixar a disputa mais interessante, se dividiriam em dois times. O rugby só encontraria uma forma definitiva, mesmo que por um pequeno período, quando a Associação Atlética das Palmeiras se interessou pelo esporte, (Estado de São Paulo, 01\09\1928).

²² Jimmy McIntyre chegaria ao Brasil em 1924, vivendo o resto da sua vida no país. Nascido em Glasgow, em 1903, estudando na tradicional Allan Glen's School onde também aprendeu a jogar rugby. Como todo britânico em São Paulo ele logo se engajaria na vibrante vida da colônia, que girava em volta do SPAC. Incansável, contribuiria também em muitos outros aspectos para a vida de sua nova cidade, seria um dos membros fundadores, já em 1924, da St. Andrew Society of the State of São Paulo, clube escocês ativo até os dias de hoje, em 1930 participaria da fundação do Carajás Scouts, grupo de escoteiros também ativos até os dias de hoje.

²³ Gordon Fox Rule nasceu em São Paulo no dia 16 de agosto de 1898, filho de mãe inglesa e pai brasileiro, foi criado na Inglaterra onde, em 1917, se alistou na força aérea permanecendo em serviço até 1921, tendo ganhado o título de Ás da aviação por sua atuação durante o conflito, quando pediu baixa por problemas de saúde. De volta ao Brasil ele manteria vivas duas de suas grandes paixões: voar seria homenageado com o 17º brevê do Brasil, e o rugby.

O clube A.A Palmeiras, que seria postumamente homenageado pelo Palestra Itália, que pegou emprestado seu nome para se tornar a Sociedade Esportiva Palmeiras, foi um dos mais poderosos clubes de futebol do início do século, sendo inclusive o primeiro campeão paulista em três oportunidades 1909, 1910, 1915. Fundado em 1902, a equipe também se destacava por ser uma das agremiações mais elitistas da cidade, até 1915 só médicos, engenheiros e bacharéis de Direito podiam jogar pelo time. Ele mandava seus jogos em um pequeno campo, no que hoje é a Avenida Angélica. Em 1915, porém, adotou como sua casa o estádio Chácara da Floresta, que posteriormente seria a primeira casa do São Paulo Futebol Clube, com uma arquibancada para mais de 15 000 lugares.

Foi nessa instituição que o rugby encontrou sua primeira casa definitiva, por meio de Gordon Fox Rule, que se tornou capitão e treinador. O A.A Palmeiras abriu seu departamento de rugby, emprestando suas cores e seu estádio para o esporte da bola oval. O novo departamento foi oficialmente anunciado no dia primeiro de janeiro e, rapidamente, os treinos começaram, assim como a caça por novos jogadores (Folha de S. Paulo, 01\01\1925). A filiação a um poderoso clube de futebol trouxe mais visibilidade para o rugby, que passou a ganhar as páginas dos jornais e um destaque inédito, que garantiu que os anos seguintes fossem recheados de grandes eventos.

A recém-conquistada fama do rugby não demoraria em surtir efeito, com o primeiro campeonato oficial interestadual sendo organizado já em 1926, contanto com três equipes, por São Paulo o Palmeiras, pelo rio o Rio Cricket e, por Santos, o Santos Atlético Clube. Conhecido como Clube dos Ingleses, a agremiação praiana é uma dos mais antigos clubes britânicos do país, sendo um dos pioneiros na difusão do esporte. O rugby, porém, nunca conquistou espaço entre os sócios, com um time sendo criado justamente para a competição de 1926 (Folha de S. Paulo, 16\05\1925) e rapidamente desmontado, não existindo mais nenhuma referencia sobre rugby na cidade. O campeonato seria organizado da seguinte maneira: os dois times paulistas se enfrentariam primeiro, na Chácara da Floresta, com o vencedor viajando até Niterói para enfrentar o Rio Cricket, na grande decisão.

O jogo disputado em São Paulo foi também a primeira partida oficial do estado, desde que o time do SPAC, capitaneado por Charles Miller, havia vencido a São Paulo Railway Company. O evento, realizado no campo do Palmeiras, mobilizou a comunidade britânica da cidade, contando inclusive com a participação do côsul

britânico em São Paulo, Abbot. A partida, realizada em um dia ensolarado de maio, chamou a atenção também de um grande número de curiosos, com mais de 2000 pessoas comparecendo para prestigiar os jogadores. (Folha de S. Paulo 22\07\ 1926)

O confronto seria reeditado no ano seguinte, com uma taça sendo colocada em disputa, a extinta Taça Sir Beilby Alston, doada pelo embaixador britânico, homenageado com o nome do troféu (Folha de S.Paulo, 22\07\1927). A partir de 1926, o rugby passa a ter sua prática documentada sem intermitências, a não ser durante a Segunda Guerra Mundial, cujo período não conta com jogos de rugby documentados, apontando uma ligação ainda profunda do rugby no Brasil com a comunidade britânica.

Em 1927, a presença do rugby no CA Paulistano já é noticiada, com sua equipe enfrentando a AA das Palmeiras, pela Taça Wilson (Folha de S.Paulo, 31\05\1927). Porém, a ligação do rugby à AA das Palmeiras não durou, terminando pela descontinuidade das atividades do próprio clube, no momento da liberação do profissionalismo no futebol nos anos 30. Em contrapartida, o S. C. Germânia abriu uma seção do esporte em 1934.

Em 1933, o estatuto da Federação Brasileira de Futebol (FBF, que existiu a partir de 1915 e foi posteriormente absorvida pela CBD) previa que o rugby estivesse dentro de sua alçada:

“Art. 1º - A Federação Brasileira de Futebol [...] suprema dirigente do futebol amador e profissional, e constituída por todas as Ligas ou Associações que em todo o território do Brasil dirijam de fato e eficientemente o futebol Association ou Rugby”

A atuação direta e efetiva da FBF sobre o rugby, no entanto, não foi averiguada em qualquer documentação consultada. O que parece ser um braço de sua influência, é a Liga de Amadores de Football de São Paulo, que através de um comunicado oficial de sua diretoria no jornal Correio Paulistano aponta como uma de suas deliberações:

Realizar no próximo [...] um festival sportivo em homenagem ao campeão veterano Juvenal Campos, constando de uma partida de Rugby entre as turmas do C. A. Paulistano e A. A. das Palmeiras e de uma partida principal entre um Seleccionado de jogadores de clubs da capital e outro de jogadores dos clubs de Santos, Campinas e Jundiahy. (Correio Paulistano, 26\08\1928)

Não se sabe o quão influente nas tomadas de decisão e na organização de partidas de rugby a Liga de Amadores de Football era. Tudo leva a crer que sua ação era limitada,

assim como a da FBF, sendo a prática do rugby algo organizado pela própria comunidade praticante.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, além dos duelos entre as seleções locais, o rugby nos anos 1930 contou com intensa atividade de jogos – nos moldes oficiais – contra equipes visitantes estrangeiras, incluindo o segundo selecionado da África do Sul, o Junior Springboks (ou Gazelles), em 1932, no Rio de Janeiro, com vitória sul-africana por 73 x 0; e a seleção britânicas, os Lions, em Niterói, em 1936, em partida encerrada em 82 x 0 para os visitantes, com 17 tries anotados por um único jogador: o príncipe russo Alexander Obolensky . No período, entretanto, era notória a baixa adesão de brasileiros sem ascendência britânica ao rugby. Como sugere o texto contido no programa do jogo de 1936 :

Infelizmente até agora, o rugger não é popular em geral entre nossos amigos brasileiros. Alguns dos clubes de futebol demonstraram interesse no jogo, e em várias ocasiões jogos exibição jogos entre Quinzes Ingleses jogaram em campos brasileiros de futebol antes de importantes partidas, mas o jogo de rúgbi ainda não teve grande apelo [...] Um ou dois de nossos amigos brasileiros já estão jogando rugger, e com mais alguns jovens ingleses chegando de casa recentemente, esperamos que mais brasileiros vão ingressar e em breve se tornarão tão proficientes quanto são com a bola redonda.

O programa ainda pontou que o rugby no Brasil é jogado por outras comunidades que não a britânica. “De tempos em tempos, partidas vêm sendo jogadas com as colônias francesa e japonesa, mas infelizmente nenhum time regular vem sendo mantido”.

De volta à capital paulista, duas equipes que não constam na memória como adeptas do rugby apareceram nas fontes, mas de maneira pontual. Uma delas é a equipe da Faculdade de Direito, que enfrentou o C. A. Paulistano em uma partida (Estado de S.Paulo, 23\09\1928). A Faculdade de Direito era um dos locais tradicionais de formação da elite paulista, a expansão do rugby aqui segue o mesmo processo dos outros ambientes, frequentados por um grupo social preocupado em emular atividades estrangeiras, principalmente britânicas.

Não obstante, a perenidade da equipe da Faculdade de Direito, por conta de sua ausência posterior nas fontes, não era o que apontava o Correio Esportivo do Diário Nacional de São Paulo. Nele, sugere-se:

No anno vindouro, já é possível instituir-se um campeonato de rugby em S. Paulo. Haverá quadros do C. A. Paulistano, Faculdade de Direito, A. A. das Palmeiras e, provavelmente, E.

C. Germânia e Guarda Civil de S. Paulo. Esse esporte, como se vê, promete desenvolver-se bem entre nós. (Diário Nacional, 25\09\1928) .

Fora o discurso, novamente presente, de que o rugby iria se desenvolver, a proposta de se organizar um campeonato parece revelar, o que se confirmará posteriormente, um espaço mais ou menos consolidado da prática do esporte em São Paulo, inclusive com certa difusão, como por exemplo, a equipe da Guarda Civil, da qual não há documentação confirmando sua prática. Ou a da Faculdade de Direito, que após a citação já feita, não reaparece enquanto equipe de rugby.

A prática do rugby nesse período, até o início da segunda guerra, estará intimamente ligada à comunidade inglesa no Brasil, mais especificamente os clubes, com algumas ramificações em São Paulo. Seguindo o espírito do esporte que imperava nas ilhas britânicas, como discutimos nos capítulos anteriores, não haverá um grande movimento em torno da institucionalização da modalidade. O esporte também estará inserido na vida esportiva dos clubes, com seus praticantes dividindo seu tempo entre uma série de outras modalidades, não buscando um grande aperfeiçoamento tático ou técnico.

Os jogos oficiais, tanto em torneios regionais quanto embate contra equipes estrangeiras, serão apenas uma pequena parte da atividade dos jogadores, com os amistosos ocupando a maior parte da temporada. Além dos jogos em nome dos clubes, os jogadores participarão de partidas festivas, com as equipes divididas por diferentes critérios, como brasileiros vs estrangeiros, funcionários de bancos vs resto, marinheiros vs brasileiros, entre outros (acervo Ludens).

Nesse primeiro momento do subcampo, o *habitus* do esporte encontrará uma resistência grande da sociedade brasileira, que como analisamos nas publicações irá sempre entender a modalidade como excessivamente violenta. Isso irá contribuir para que o esporte fique restrito aos clubes ingleses, se expandindo unicamente para grupos muito elitizados, como o CA Paulistano e a Escola de Direito, locais onde os a interação com o exterior se constituía em um capital importante, assim como a posse de um novo *habitus* vindo de fora.

A ruptura causada pela segunda guerra será tão grande que poucas dessas características irão sobreviver nas décadas seguintes. A grande contribuição desse período para o esporte virá na forma dos remanescentes dessa colônia, britânicos que vindo trabalhar

nas empresas irão se fixar permanentemente no país, assim como seus filhos, a maioria educados na Inglaterra, que serão os responsáveis pela reorganização do esporte no pós guerra. Esse grupo, já muito abrazeirado e privado do afluxo constante de jogadores, colocará a maior participação da sociedade brasileira como um dos grandes objetivos da modalidade.

2 A institucionalização do rugby no Brasil- 1945 a 1986

A segunda guerra foi o maior conflito militar da história, mobilizando dezenas de milhões de pessoas de quase todos os países. Para a Inglaterra foi uma luta desesperada contra o poderoso exército alemão pela sua própria sobrevivência. O esforço de guerra mobilizou a comunidade britânica ao redor do mundo, que retornaram em grande número à pátria mãe para ajudar na luta.

No rugby brasileiro o efeito da segunda guerra foi o fim de esporte no Brasil. Apesar do pequeno destaque atingido nos anos 20 e 30 a modalidade ainda era mantida, majoritariamente, pela enorme comunidade britânica no país. O esporte, ao ver-se privado dos melhores jogadores, técnicos e dirigentes, simplesmente parou de ser praticado. A Taça Belby Alston resistiu aos primeiros anos do conflito, mas não resistiria ao aumento da intensidade na Europa, sendo disputada pela ultima vez em 1940.

Isso não quer dizer que as atividades do SPAC cessaram por completo, mas definitivamente mudaram bastante. O humor passou a variar de acordo com as vitórias e derrotas dos aliados, muitos dos sócios passaram a dedicar seu tempo livre a ajudar o esforço de guerra inglês, enviando materiais e ajuda para as tropas. (MILLS, 1994).

O fim do conflito não garantiria um retorno imediato do rugby ao país, pois muitas das condições que contribuíram para o destaque do esporte nos anos 30 não existiam mais. O mundo de 1945 era muito diferente daquele que presenciou o início do conflito. A Inglaterra, mesmo saindo vitoriosa, não teria mais forças para restaurar seu status de maior potência econômica e militar do planeta, que, ao final seria dos Estados Unidos. Para o rugby brasileiro isso representaria a diminuição do número de atletas no país, já que muitos dos funcionários britânicos que atuavam por aqui, assim como suas empresas, nunca voltariam após a guerra. Mesmo assim alguns ingleses optaram por retornar aos trópicos e retomar sua vida de onde haviam parado em 1939, foi assim que o rugby timidamente voltou a ser jogado no Brasil.

Já em 1945 existem referencias a tentativas de retomada dos treinos de rugby, com uma chamada na Folha de S. Paulo, do Palestra Itália, atual Palmeiras, mas que nunca se concretizou. Na cidade de Votuporanga também se realizaram alguns treinos em 1948,

mas o time nunca chegou a competir. Oficialmente o jogo retornaria ao país em 1947, quando o selecionado do Rio Janeiro bateu o paulista por 8 a 0, jogando no antigo campo do SPAC, em Pirituba. No Rio de Janeiro o rugby rapidamente voltaria a Niterói, para sua velha casa no Rio Cricket Associação Atlética, onde se manteria pelas décadas seguintes, em seu famoso campo com um pitch (linha de areia no meio do campo) de críquete, que obrigava os atletas a um acordo de cavalheiros acerca do jogo de contato no local (acervo ludens)

Em São Paulo o caminho seria mais tortuoso. Os antigos clubes sociais não teriam mais interesse em patrocinar a modalidade, nem havia mais aquela admiração por tudo que viesse da terra da rainha. A modalidade só reviveria definitivamente em 1948 com o retorno de Jimmy MacIntyre aos trópicos. A aposentadoria dos gramados não o impediram de se dedicar a sua grande paixão, o rugby, e já no mesmo ano ajudará a organizar uma nova equipe em São Paulo, o São Paulo Rugby Football Club, que jogaria no campo do SPAC em Pirituba. Em 1949 o rugby paulistano ganharia outro reforço de peso. Chegava ao Brasil um irlandês que deixaria sua marca no esporte nacional: Harry Lancaster Donovan²⁴.

A história de Donovan, e anteriormente de Macintyre e outros entrevistados, mostra uma das principais facetas do processo de aculturação através da prática do rugby. Estrangeiros que chegam ao Brasil por razões profissionais, por tempo indeterminado, e acabam retomando a prática do rugby, encontrando nesse ambiente um lugar de integração e lazer. Através dessa modalidade eles se envolveriam com a vida no país, no caso específico de Donovan a relação se estenderia para além da atuação como jogador, tornando-se posteriormente dirigente e treinador. Pessoas que acabariam por viver o resto da sua vida no país, casando, tendo filhos brasileiros, encontram na prática esportiva um elemento central de suas vidas.

Donovan se engajou no rugby paulista assim que chegou ao país, disputando a Belby Alston já em 1949. Rapidamente se tornaria um participante ativo da seleção brasileira,

²⁴ Henry Lancaster Donovan veio ao Brasil para trabalhar como técnico moageiro no Moinho Central, maior empresa de moagem de grãos da história da capital paulista. Apesar de ter nascido em Calcutá, no dia 25 de julho de 1916, Donovan era cidadão Irlandês, tendo completado sua educação em Dublin onde aprendeu a jogar rugby no tradicionalíssimo Blackrock College, fundado em 1860 e até hoje um dos mais tradicionais colégios na formação de jogadores de rugby. Um jogador diferenciado e muito forte fisicamente, com 1,87m e 92kg (acervo ludens)

apesar de não disputar o sul-americano de 1951 por estar de licença na Inglaterra, sendo um dos melhores jogadores até se aposentar em 1956, aos 39 anos.

Longe dos gramados dedicaria seu tempo à organização do rugby brasileiro. Defensor intransigente da nacionalização da modalidade foi um dos principais articuladores da introdução do esporte nas escolas e universidades. Sua atuação o levou a ser eleito, em 1964, o primeiro presidente da União Brasileira de Rugby (UBR). Entregou o cargo em 1965, por razões profissionais se mudaria para a Inglaterra, onde permaneceria até 1974. Ao retornar ao país, e fixar residência em Campinas, tentaria introduzir o rugby na cidade, conseguindo manter um time por dois anos. A equipe porém não sobreviveria à saída de seu filho e capitão do time, Henry Brendan Donovan, por motivos de trabalho.

A dupla Donovan/MacIntyre seria fundamental para o crescimento do rugby do país em todos os sentidos. Juntos eles arquitetariam a fundação da URB, que discutiremos mais à frente, e a volta do rugby para o SPAC. Donovan ainda daria muitas contribuições, defendendo a seleção por muitos anos, tanto como jogador quanto técnico.

O novo momento do rugby fica marcado pela primeira viagem internacional de uma equipe brasileira, em 1950, para o Uruguai, organizada por Macintyre. Apesar de não poder ser chamado oficialmente de seleção Brasileira, o combinado que aliava jogadores do SPRFC com atletas do resto do país, pode ser informalmente considerado uma seleção Brasileira.

Foi assim que no dia nove de setembro de 1950, no campo do Montevideo Cricket Club em Sayago, nos arredores da capital, o Brasil fez suas primeiras partidas em solo estrangeiro e os resultados não poderiam ser mais animadores, com duas vitórias, sobre o Motevideo Cricket Club (24 x 0) e o combinado “El Resto” (9 x 6), e no grande jogo contra a seleção Uruguai uma derrota por 8 a 6. No ano seguinte outro grande feito seria atingido com a participação da seleção Brasileira, agora oficial, no primeiro sul-americano de rugby, disputado na Argentina. Apesar de muita dedicação a equipe nacional jogou contra adversários mais fortes e experientes, não vencendo nenhum jogo.

Os anos 50 transcorrem sem grandes sobressaltos e evoluções no esporte. A Taça Belby Alston continuaria a ser disputada regularmente, em uma década que teve 6 títulos Paulistas e 4 cariocas. Em 1952 o Montevideo Cricket Club retribuiria a visita, jogando partidas no campo do SPAC em Pirituba, no que ficaria conhecido como Taça Donovan,

um jogo anual entre brasileiros e uruguaios, disputado até 63. Nessa oportunidade o próprio Donovan seria o herói, fazendo uma conversão no último minuto para virar o jogo, dando ao combinado brasileiro a vitória por 5 a 3. Em 1957, seria a vez de a seleção chilena jogar em território nacional, pela primeira vez, disputando uma partida no Rio de Janeiro e três em São Paulo (acervo Ludens)

Os anos 60 representariam uma década de mudanças para o país, a industrialização continuava a todo vapor, com a economia crescendo muito. A nação teria uma nova capital, Brasília, inaugurada em abril de 1960 e, em 1964 o golpe militar alteraria a história do país para sempre. Nesse novo ambiente, uma nova leva de imigrantes chegaria ao país, dessa vez não necessariamente inglesa, mas franceses, americanos, argentinos, japoneses, alemães e etc., vindos como representantes das novas indústrias e dos interesses comerciais que o país em crescimento despertava.

A presença de estrangeiros e descendentes de britânicos, japoneses, franceses e argentinos, como base da comunidade do rugby no Brasil, ainda perduraria nos anos 70, como o levantamento das escalões das seleções brasileiras pode sugerir, mas a formação de jogadores nascidos no Brasil, sem vínculo familiar direto com tais comunidades, deixou de ser fenômeno excepcional (acervo Ludens).

O primeiro grande acontecimento seria a volta do esporte para sua mais antiga e tradicional casa, o SPAC. Em uma reunião no dia 26 de março de 1960 o departamento de rugby foi reativado, o novo time utilizaria o azul e branco do clube e treinaria oficialmente nas instalações do São Paulo Athletic Club. A nova agremiação teria como presidente Norman Darkin, secretário David Smith e tesoureiro Cyril Kirk.

A análise da ata da reunião de 1960 mostra a permanência, pelo menos dentro do SPAC, do habitus tradicional do pré-guerra. Escrita toda em inglês, podemos ver a centralidade das atividades sociais dentro do projeto de rugby, nesse sentido a realização de rifas, festas, jantares, entre outros, encontra uma importância maior do que o esporte propriamente dito. Elementos como evolução técnica, ampliação da base de jogadores e vitórias são discutidos muito marginalmente, mantendo o conceito dos anos 30, de centralidade do clube e a prática do esporte como um complemento da vida social.

A volta ao SPAC deixou muitos jogadores órfãos, já que apenas membros do clube poderiam fazer parte do time, o forte vínculo com a comunidade britânica de São Paulo

também não agradava a todos, assim, paralelamente ao retorno do rugby ao SPAC, foi criada o Aliança Rugby Football Club formado por atletas argentinos, franceses, alguns brasileiros e ingleses não filiados. Apesar do que possa parecer, a rivalidade entre os clubes nunca extrapolou o campo de jogo, sendo inclusive muito amigável, tanto que como presidente de honra foi escolhido Jimmy Macintyre, membro do SPAC, tendo como presidente de fato G. Lambrechts. No ano seguinte a cidade ganharia mais um clube, o São Paulo Rugby Football Club, que vinha para representar a comunidade japonesa no mundo do rugby, tendo como presidente Tadashi Takenaka.

O ano de 1961 marcou o retorno da seleção às competições sul-americanas. Depois de perder em Santiago, em 1958, os organizadores do rugby nacional não deixaram de comparecer à competição, disputada em outubro no Campo do Carrasco Polo Club, em Montevideo. Mais uma vez a inferioridade técnica ficou explícita, com a equipe perdendo os três jogos que fez, para Argentina por 66 a 0, para o Chile por 34 a 5, e para o Uruguai por 11 a 8.

Vale destacar que no início dos campeonatos sul-americanos, o posto de segunda potência era ocupado pelo Chile, com Brasil e Uruguai disputando o terceiro lugar. Os Teros, como é chamada a seleção uruguaia, eventualmente por possuir uma organização melhor, se destacaria como segunda potência do continente, disputando inclusive algumas copas do mundo. O equilíbrio inicial entre Brasil e Uruguai fica claro na visita da celeste olímpica, em setembro de 1962, quando foi derrotada duas vezes, em três jogos, pelo combinado paulista e pela seleção Brasileira.

Com as atividades se multiplicando, a necessidade de um órgão independente dos clubes, de caráter nacional, capaz de organizar competições e formar seleções, se tornou clara. Em 1963, foi fundada a União de Rugby do Brasil (URB), com Harry Donovan como primeiro presidente, institucionalizando a organização do rugby no Brasil, permanecendo no cargo até 1965 e, junto de MacIntyre, se tornando a principal figura política do rugby brasileiro nas primeiras décadas do pós-guerra.

A criação da URB representaria o início de uma grande transformação no subcampo do rugby, trazendo com o tempo um ethos completamente novo para o esporte. A herança do período pré-guerra seria quase totalmente extinta, a antiga organização centrada nos clubes poliesportivos, que pouco se importava com a institucionalização e competição,

daria lugar a uma entidade centralizada, preocupada com a expansão do esporte e responsável pela organização de campeonatos.

A chegada de novos participantes também traria grandes desafios. O esporte não estaria mais restrito à pequena comunidade inglesa do Brasil, que compartilhava um *habitus* estável, construído a partir de uma condição social e cultural semelhante. Franceses, japoneses e argentinos trariam cada um sua contribuição para o subcampo, agora a organização e a prática não poderiam mais ser feitas como um acordo de cavalheiros britânicos, mas uma atividade constantemente negociada entre atores de classes sociais diferentes e com uma visão própria do esporte.

A URB existiria como entidade de 1963 até 1972, substituída pela Associação Brasileira de Rugby. Apesar do curto tempo de vida, a entidade máxima do esporte no Brasil contribuiu em muitos aspectos para o crescimento da modalidade, criando as raízes do que seria o Campeonato Brasileiro de Rugby, colocando pela primeira vez as crianças em contato com o esporte, revivendo a modalidade nas universidades, aproveitando-se do ambiente criado pela extensa cobertura da mídia do sul-americano, principalmente em São Paulo, para fomentar o esporte. Ainda em 1964, foi disputado o que se convencionou chamar de 1º Campeonato Brasileiro de Rugby (de clubes), com o nome de Torneio Aberto de Rugby, na época um triangular envolvendo SPAC (que se tornou campeão), Aliança e SPRFC (acervo Ludens).

A criação do Torneio Aberto de Rugby viria, em última instância, a suplantando a Taça Beilby Alston, levando ao declínio da importância dos jogos entre seleções estaduais, até o encerramento definitivo da velha competição em 1985. Os primeiros anos da URB foram marcados também pelo rápido declínio do rugby no Rio de Janeiro, que deixou de ter clubes ativos, e uma seleção, entre 1964 e 1969, tornando-se um esporte quase exclusivamente paulistano, à exceção da breve existência da equipe de funcionários japoneses da USIMINAS, ativa apenas em 1966, atestado pelos arquivos da URB, e de um Bertiooga Rugby, que apesar do nome tudo leva a crer que jogava em São Paulo, sendo uma espécie de time B do SPAC. Em 1970, a reconstrução da equipe do Rio Cricket garantiu a retomada do esporte em Niterói e o restabelecimento da seleção do Rio de Janeiro, para a disputa da Taça Beilby Alston (acervo Ludens).

Ausente nas edições de 1967 e 1969 do Campeonato Sul-Americano, que havia se tornado bienal, o Brasil retorna à competição internacional em 1971, em torneio

realizado em Montevideu que marcou a entrada do Paraguai, a quinta equipe do certame, derrotada pelo Brasil, que não vencia um jogo entre seleções desde 1964. Apesar da ausência brasileira no Sul-Americano no fim dos anos 60, a URB organizara duas excursões da recém-formada Seleção Brasileira Juvenil, para a Argentina em 1965, e ao Uruguai em 1969, apontando uma nova preocupação com o rugby juvenil nascente (acervo Ludens).

O aumento do número de atletas e o crescimento do número de nativos será um dos objetivos centrais da URB (acervo Ludens), com isso a entidade centralizará força no crescimento do rugby juvenil e infantil. Os primeiros passos nesse sentido serão dados com a introdução do esporte nos colégios paulistas. As instituições que se dispuseram a tentar tal experiência foram o Liceu Pasteur, tradicional colégio da colônia francesa em São Paulo que viria a dar origem ao Pasteur Athletique Club e a St's Paul, escola da comunidade britânica. O SPAC também daria os primeiros passos, sendo o primeiro clube na história do Brasil a montar uma categoria de base.

O sucesso do rugby nos colégios, e a dedicação dos membros da URB contribuíram para a expansão da modalidade, sendo que em 1971 o esporte estava também no colégio São Bento e na Escola Técnica Federal, além do recém-nascido Brooklin Rugby Club, exclusivo para a categoria.

Paralelamente à entrada nos colégios, o rugby entraria também nas universidades, onde encontraria grande adesão, sendo até hoje o principal formador de jogadores, com a criação dos dois primeiros clubes em 1966, a Medicina USP e o Mackenzie, e a adição de outras agremiações com o tempo, a mais duradoura delas a Escola Politécnica²⁵.

²⁵ A Faculdade de Medicina da USP, criada em 1912, e a Universidade Presbiteriana Mackenzie são duas das mais tradicionais universidades paulistas. Com o esporte sendo muito praticado pelos alunos de ambas as instituições, foi criada em 1935 uma competição anual, envolvendo várias modalidades, entre as duas universidades, que ficaria conhecida como MAC-MED. A edição de 1966 teria um valor especial para o rugby, pois seria a primeira vez que dois times universitários se enfrentavam.

O rugby não era um total estranho nessas duas universidades, já havendo tentativas anteriores de se praticar o esporte, mesmo que muito antigas. No Mackenzie, em 1896, foram realizados alguns treinos, organizados por Augusto Shaw, americano que ficaria conhecido por introduzir o basquete por aqui, o esporte porém não cativou os estudantes. A experiência da medicina ocorreu nos anos 30. Ela começou quando o ex-aluno e cirurgião plástico Guilherme Luiz Soares do Couto Esher doou ao centro acadêmico um bola de rugby. Os então alunos Feliciano Penido Burnier e Mauro C. de Sousa Dias, auxiliados pelo professor de anatomia Max de Barros Erhart, decidiram realizar os primeiros treinos. O time porém jogou apenas algumas partidas amistosas, acabando em 1936 com a formatura de maior parte dos jogadores.

O renascimento do esporte tem muito a ver com a atuação de um homem que faria muito mais pelo rugby, como já discutimos, Leon William Rheims, descendente de ingleses e membro do SPAC. Aceito na faculdade de medicina em 1964, não demoraria muito para começar a lutar pela introdução do esporte, o

O momento da entrada do rugby no meio universitário não será aleatório, ilustra mais um passo na nacionalização dos próprios praticantes, principalmente no caso do time da medicina, criado e gerido principalmente por membros do SPAC. Nesta geração vamos encontrar alguns filhos de ingleses, nascidos no Brasil, mas com a educação primária realizada na Inglaterra, onde também teriam o contato com o rugby. Este grupo, mesmo que reduzido, retornará ao Brasil para fazer sua educação superior.

De volta ao Brasil entrará em contato com a vida universitária, aprofundando ainda mais seu processo de aculturação, já que na universidade terão um contato muito mais amplo com o país. Dessa interação resultará a criação do rugby universitário, ao contrário dos anos 20 e 30, quando o habitus do subcampo do rugby encontraria uma grande desconfiança por parte da população, que o considerava excessivamente violento. No meio universitário dos anos 60 ele seria aceito por uma parcela significativa dos alunos, que se identificarão rapidamente com os princípios da modalidade.

Ainda em 1972, o rugby voltou a Minas Gerais com a formação do Clube de Rugby de Poços de Caldas, também de breve existência atestada. Já em 1973, a equipe da Escola de Engenharia de Bauru marcaria o retorno do rugby ao interior paulista.

De acordo com Leon William Rheims, “o mérito maior da União de Rugby do Brasil foi ter se esforçado no sentido de ‘nacionalizar’ o jogo de rugby, em 1963 as quatro equipes existentes possuíam 95% de jogadores estrangeiros; em 1972, eram 14 equipes com 70% de brasileiros em suas fileiras”. (acervo Ludens)

que não foi fácil. A modalidade, no início, não cativou a Associação Atlética Acadêmica “Oswaldo Cruz”, sendo até motivo de chacota para alguns. A vontade de Rheims, no final, superaria todas as adversidades, conquistando um espaço para treinamentos em 1966 e realizando o primeiro jogo no dia 25 de junho de 1966, uma derrota por 6 a 0 (dois tries) para o Liceu Pasteur.

A Medicina Rugby precisava de um adversário no meio universitário e se não encontrasse um rapidamente seria mais um experiência fracassada. Foi com essa ideia que Rheims se aproximou de Antonio Hallage, jogador do Aliança Rugby e aluno do 3º ano de engenharia do Mackenzie, propondo a criação de um time na faculdade.

A ideia foi bem aceita por Hallage e pela faculdade, com os treinos iniciando em junho de 66. Após mais essa batalha vencida os dois capitães se dirigiram para a Comissão da XXXII MAC-MED, que eventualmente se cansou dos pedidos dos dois homens e aceitou que o esporte fosse disputado naquele ano, como demonstração. Tornaria-se parte oficial apenas em 1969. A modalidade, porém, estava salva, mesmo não valendo pontos no computo geral apenas a presença na competição mais importante do ano já garantia um interesse extra por parte dos alunos. Os treinos começaram a ficar mais competitivos e o interesse dos alunos aumentou.

Foi assim que no dia 6 de outubro, numa tarde fria e chuvosa, no campo do SPAC em Santo Amaro, foi disputado o primeiro jogo universitário de rugby do Brasil. No final a experiência da medicina, que vinha treinando há mais tempo prevaleceu, com a equipe vencendo por dois tries a um. Os médicos ainda venceriam em 67 e 68. Quando a competição se tornou oficial, valendo pontos e ganhando outro nível de importância, a Med deu razão para os críticos, que afirmavam que quando valesse algo o Mackenzie venceria, cedendo a primeira vitória por incríveis 20 a 0.

O aumento do número de brasileiros entre os jogadores seria a mais profunda transformação nos elementos do subcampo. Antes, a modalidade era disputada majoritariamente por jogadores que compartilhavam um habitus em comum, mesmo que trazendo capitais diferentes, construídos a partir da sua experiência no país nativo. Agora, os clubes teriam a missão de construir o habitus da modalidade com esses novos participantes, que por sua vez trariam para a prática um conjunto diferente de valores, que aos poucos também seriam introduzidos no subcampo. Essa transformação seria acompanhada pela queda da qualidade técnica dos times, já que eles contariam agora com jogadores pouco experientes e sem um contato prévio com a modalidade.

A reorganização introduziria um novo capital no subcampo, a posse do habitus, os jogadores estrangeiros, ou aqueles com uma larga vivência no exterior, passariam a ser valorizados como os detentores dos valores originais da modalidade, assim como atletas diferenciados por terem aprendido o esporte em uma escola mais experiente. Para esses estrangeiros, o rugby passaria a significar uma experiência multicultural, já que cada vez mais eles teriam de se adaptar aos valores brasileiros para poder continuar sua prática, muitas vezes tendo de aprender o próprio idioma.

O pequeno, mas considerável, crescimento do rugby no país nos anos 70, que subiu de seis clubes, entre adultos e juvenis em 1967, a catorze em 1972, e o retorno do Brasil às competições internacionais, criaram novas demandas da comunidade de praticantes. A necessidade de maiores recursos financeiros e espaços para sua prática levaram à mobilização dos clubes para o reconhecimento do rugby pelo Conselho Nacional de Desportos. Até então, a URB não era reconhecida pela entidade máxima do esporte no Brasil e, portanto, não era habilitada a receber verbas do CND. A adequação fez necessária a fundação de uma nova entidade, a Associação Brasileira de Rugby (ABR), fundada em 20 de dezembro de 1972, por São Paulo Athletic Club, Nippon Country Club, Guarapiranga Golf & Country Club e Rio Cricket e Associação Atlética (acervo ludens).

Seguindo a história da fundação da URB, a ABR promoveu em 1973 a realização em São Paulo, novamente no SPAC, do VII Campeonato Sul Americano de Rugby, com o Brasil terminando em quarto lugar, na frente do Paraguai. Já em 1978 a entidade organizou, também no SPAC, o IV Campeonato Sul Americano Juvenil de Rugby, no qual o Brasil acabou em quinto lugar. A instabilidade financeira da entidade não

permitiu longa continuidade à participação no Sul-Americano, com a equipe adulta voltando a ficar de fora da competição em 1983 (após perder para o Paraguai em 1981) e a juvenil se ausentando a partir de 1984, por falta de recursos.

Por outro lado, o Brasil seguiu recebendo clubes e selecionados estrangeiros para amistosos. Da França, vieram o Paris Université Club (1976) e o Stade Langonnais (1975); da Inglaterra, o Richmond Football Club (1986); da Escócia o Edinburgh University Rugby Football Club (1986); e da Argentina, o Lomas Athletic Club (1976) e o Lince Rugby Club (1985). Contudo, as maiores promoções foram as vindas da seleção da França, em 1974 (em jogo oficial vencido pelos Bleus por 99 x 7), e a excursão em 1984 do Penguin Rugby Football Club, um combinado de atletas de Inglaterra, Escócia, Gales e Irlanda, análogo aos British and Irish Lions. No rugby de clubes, 1974 marcou em São Paulo a incorporação do rugby às Olimpíadas Escolares, da prefeitura.

Em 1976 a prefeitura da cidade decidiu fazer um evento para homenagear as muitas comunidades estrangeiras que ajudaram a construir a maior cidade do Brasil, a Olimpíada dos Imigrantes, que teria mais de 30 países representados, em competições esportivas e exposições culturais. O evento teria penas 3 edições, mas ganharia muito destaque na mídia e na cidade como um todo, com uma cerimônia de abertura no Estádio do Pacaembu ao estilo olímpico. O rugby esteve representado nas três edições, na primeira delas contou com representantes de seis países, formados por atletas radicados no Brasil: Grã-Bretanha (campeã), Argentina, Portugal, Japão, Estados Unidos e França. A competição evocou rivalidades antigas, principalmente entre ingleses e argentinos, que jogaram jogos selvagens.

Em Niterói, outro movimento importante ocorreu com a criação do Niterói Rugby Football Club, fundado em 1974 por sócios do Rio Cricket, com as duas equipes coexistindo por apenas dois anos. Em 1976, a fundação do Rio Rugby Football Club, no município do Rio de Janeiro, levou ao fim do rugby no Rio Cricket, com a divisão entre os sócios que moravam em Niterói e aqueles que moravam no Rio de Janeiro. No ano seguinte, a fundação do Clube de Rugby da Guanabara, de forte presença francesa, configurou um momento de expansão do rugby fluminense, que passou a ter em 1977 seu primeiro campeonato estadual, o primeiro fora de São Paulo. A partir desse ano, a

ABR passou a dividir o Torneio Aberto de Rugby em dois torneios: o Torneio Aberto Brasileiro e o Torneio Aberto Paulista.

Tomando ainda como referência as contas da ABR, “ao longo da primeira década de vida da Associação Brasileira de Rugby o rúgbi colegial e universitário cresceu muito principalmente em São Paulo. Praticamente todos os colégios que praticavam rúgbi tinham equipes infantis e juvenis enquanto quase todas as equipes universitárias possuíam equipes principais e de aspirantes. De 13 equipes no total em fins de 1972 o rúgbi brasileiro chegou a ter, entre categorias infanto-juvenil e adulta, 43 equipes representando um crescimento de 330%. O número total de jogadores aumentou em 416% passando de mais ou menos 240 a aproximadamente 1000”.

Os anos 80 deram sequência à expansão demográfica do rugby, com o número de clubes com categoria adulta chegando a vinte, em 1982, e a onze na categoria juvenil em 1983. Em 1980, a equipe do Guarapiranga foi incorporada pela Sociedade Esportiva Palmeiras, utilizando o clube de campo do Palmeiras no bairro da Guarapiranga. A incorporação com sucesso de uma seção de equipe por um clube com futebol profissional era inédita e foi seguida por mais dois clubes. Em 1982, o Colorado Esporte Clube, do Paraná, incorporou o recém-fundado Curitiba Rugby Clube (CRC, nascido oficialmente em 1981), o primeiro clube paranaense, ao passo que em 1983 o São Paulo Futebol Clube inaugurou sua seção de rugby que, a exemplo do caso palmeirense, contava inclusive com categorias de base (acervo ludens).

O crescimento da equipe do Alphaville Tênis Clube nos anos 80, ligado ao clube social de mesmo nome localizado nas novas áreas de expansão imobiliária de Barueri, na região metropolitana de São Paulo, se apresentou como parte desse fenômeno de introdução do rugby em clubes poliesportivos. Porém, o progressivo desligamento da esquadra de rugby do clube social levou ao seu fim nos anos 90, após conquistar nada menos que sete títulos nacionais, com uma equipe que foi base das seleções brasileiras e contou com atletas de origem japonesa e argentina, oriundos das agremiações ligadas a tais comunidades.

O processo de expansão do rugby em instituições de ensino e sua nacionalização com crescente número de atletas sem vínculos diretos com comunidades de estrangeiros, teve como um de seus marcos a criação do clube Joerg Bruder, em 1983, rebatizado depois como Bandeirantes Rugby Clube, com a proposta de se tornar um clube “genuinamente

brasileiro” (acervo ludens). No entanto, durante os anos 90, o Bandeirantes se notabilizou por priorizar a realização de viagens ao exterior, deixando de participar de competições nacionais.

No mesmo período, a expressão das equipes universitárias se provou com o título nacional da Medicina, em 1981, o televisionamento de uma partida da equipe contra o Alphaville, e pelas participações constantes de Mackenzie, Politécnica e FEI em torneios nacionais.

A presença quase semanal do rugby nos jornais paulistas e fluminenses durante os anos 80, sobretudo em O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, A Gazeta Esportiva e Jornal do Brasil, e a criação do jornal Rugby, mantido pela ABR, garantiram uma exposição midiática ao rugby só alcançada novamente nos anos 2000, com a recente cobertura pela TV por assinatura. A expansão do número de clubes e ampliação da quantidade de atletas nesse período, aliada à esporádica aparição do rugby na TV, alimentaram um discurso que já era presente antes, mas que ganhou amplificação: o de que o rugby “ainda será grande no Brasil”²⁶. O discurso voltaria mais forte do que nunca nos anos 2000, mas a sua repetição ao longo dos anos 80 fora marcante e embalara o projeto de difusão do rugby (de ethos amador ainda em todo o mundo, ao contrário do cenário profissional dos anos 2000) em um momento que, internacionalmente, a modalidade passava por transformações, como a mobilização para a criação de sua Copa do Mundo, materializada em 1987.

No cenário mundial, o fim dos anos 70 e os anos 80 marcaram o afastamento da África do Sul das partidas internacionais, por conta do boicote internacional ao regime de segregação racial do *apartheid*. A União Argentina de Rugby, a fim de burlar o boicote ao país e poder enfrentar os Springboks (apelido da seleção Sul Africana), uma das mais fortes do mundo, fomentou uma seleção sul-americana, os Jaguares, que foram formados em 1980, 1982 e 1984, para duelar com os sul-africanos. Para tornar o selecionado representativo do continente, atletas uruguaios, chilenos, paraguaios e

²⁶ A retórica de uma possível expansão da modalidade, se tornando uma modalidade de massas no Brasil, irá acompanhá-la desde sua criação “[...] não cremos que o cestobol possa competir com o futebol [...] O mesmo, porém, não se dá com o rugby [...] quando surgir em São Paulo a Federação de rugby e de beisebol, com seus campeonatos regularmente disputados, estamos a profetizar, senão a decadência, pelo menos a perda de parte da popularidade do futebol associação” (Suplemento Esportivo de A Gazeta, de 18 de março de 1929). Sendo revivida periodicamente a cada crescimento modesto no número de participantes, se tornando uma característica do campo, que se mantém até a atualidade, com a criação do lema “Rugby, o esporte que mais cresce no Brasil” (<http://www.fedeesp.org.br/noticias.php?id=192>)

brasileiros foram chamados e agregados a uma base de argentinos. Dois brasileiros participaram dos Jaguares: Diego Padilla, do Alphaville, em 1980, e Pedro Cardoso, do Niterói, em 1982. O feito só se repetiu duas décadas depois, com Júlio César Figallo (do Niterói, em 2011), Lucas Duque (do São José, em 2011), Moisés Duque (do São José, em 2013) e João Luiz da Ros (do Desterro, em 2014).

Todo esse processo de expansão demográfica do rugby resultou em um aumento significativo da midiatização do esporte por jornais impressos e pela televisão, que transmitia VTs dos jogos já a partir de 1970. Motivados não só pela expansão da comunidade do rugby além dos círculos estrangeiros, mas também pela ação direta da URB, seguido da ABR, que invariavelmente enviava notícias, tabelas, resultados dos jogos e a classificação dos campeonatos para os periódicos. Não obstante, diversas vezes os jornais extrapolaram as notícias enviadas e realizavam leituras próprias do que acontecia com o esporte, até então visto como algo exótico, senão desconhecido.

De certo modo, jornais como O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, Notícias Populares, O Globo e Jornal do Brasil apesar da constância com que noticiavam eventos relacionados ao rugby, adotaram uma linha editorial sem se distanciar muito aquilo que lhes era transmitido pela URB/ABR. Porém, vez ou outra faziam matérias especiais sobre regras, como jogar, história do esporte e incentivavam a adesão do público: “Veja este jogo de rúgbi: é de graça”; “Conheça o rúgbi” e “Rúgbi para o povo” (acervo Ludens).

A Gazeta Esportiva apresentava uma abordagem um pouco diferente dos demais veículos de imprensa. Com um tratamento particular do rugby, o jornal esportivo noticiava muito além daquilo que era de praxe, ou seja, o resultado, comentários acerca do jogo, escalação e tabelas. Com reportagens, em geral bem maiores do que os dos demais tabloides e muitas vezes como fotos das partidas.

A Associação Brasileira de Rugby passou por extremos entre os anos 70 e 80. Em termos de projetos, a entidade levou a cabo ao menos três de quatro iniciativas de consolidação do rugby como prática na cidade de São Paulo: a compra de uma sede, a construção de um campo público, a difusão do esporte em colégios e o estabelecimento de um periódico informativo.

O tom otimista que predominava no esporte na primeira metade dos anos 80 superestimou a solidez do jogo no país, com a segunda metade da década presenciando a retração de quase tudo que foi construído, levando à quase extinção do esporte. Das 43 equipes, entre juvenis e adultos, que o país possuía no seu auge, apenas um punhado sobreviveu. O rugby escolar deixou de existir em algum momento desse período. O campeonato carioca parou de ser disputado em 1990. Em São Paulo, das dezenas de equipes ativas apenas algumas continuaram atuando, mesmo essas com um número reduzido de jogadores.

Para esse declínio concorreu uma série de motivos institucionais, técnicos e do país em geral. Em primeiro lugar, o Brasil atravessaria no fim dos anos 80 uma das maiores crises econômicas de sua história. Para o rugby isso significou o fim de grande parte das receitas. Se em um ambiente de crescimento econômico produzir receitas para um esporte pouco expressivo, e não totalmente compreendido pela população em geral, se mostrava um grande desafio, em um ambiente de crise se mostrou uma tarefa impossível. Sem dinheiro, muito do que foi conquistado, ou planejado, não pode ser mantido.

Institucionalmente a situação não seria muito melhor, vivendo um período de grande turbulência dentro da ABR. A instituição passaria, no meio dos anos 80, pelo maior conflito de sua história, que culminaria com a saída de Leon William Rheims e a eleição de Luiz Eduardo de Magalhães Gouvêa Filho para o cargo de presidente. Rheims seria também o último da velha geração a abandonar a administração do esporte.

O rugby, desde os anos 20, vinha sendo mantido, apesar de algumas exceções, por estrangeiros que se mudavam para o Brasil, ou por brasileiros com fortes vínculos com o exterior, a maioria tendo tido contato com o rugby enquanto estava fora do país, principalmente na Inglaterra. Por exemplo, a ata de fundação do SPAC, em 1960, está redigida em inglês. Rheims seria o último inglês a comandar o rugby brasileiro, sua saída marcaria a passagem para uma nova geração, composta em sua maioria por brasileiros que tiveram o primeiro contato com o esporte em território nacional.

Os erros não aconteceriam apenas nas instâncias superiores. A administração dos clubes, mais especificamente das categorias de base, seria um elemento de constante atrito entre os principais sujeitos envolvidos. O trabalho com times juvenis era considerado extenso, difícil e de longo prazo, necessitando de muito cuidado, tanto na

parte técnica quanto na institucional. No fim da administração Rheims, como mostra o jornal da ABR (acervo Ludens), o debate girava em torno do pequeno número de voluntários para esse trabalho, com os times, escolares principalmente, recebendo pouco apoio dos veteranos.

Se havia pouca disposição em ajudar o rugby juvenil, os clubes não viam problema em usufruir de seus frutos. Com o acesso a jogadores tecnicamente bem preparados as agremiações começaram a usar esses atletas cada vez mais cedo e diante de adversários fisicamente superiores. A consequência óbvia foi que as lesões se tornaram frequentes. A falta de apoio, aliado ao aumento das lesões contribuiriam para que o rugby saísse das escolas. Com isso, uma geração de jogadores deixou de entrar no esporte, sendo uma das principais causas da diminuição do número de atletas.

Os jogadores também tiveram sua parcela de culpa, com as disputas em campo fugindo um pouco do controle. As brigas se tornaram frequentes e os terceiros tempos selvagens, fato que ajudou a afastar muitos jogadores e distanciar a imprensa e patrocinadores.

Essa modificação nos padrões de comportamento e nas prioridades dos clubes se constituirá numa transformação do *habitus* dos participantes. A modalidade, entre 1950 e 1980, seria gerida em sua maioria por um grupo de raízes inglesas. Britânicos que se estabeleceram no Brasil, ou os filhos destes, a maioria tendo cursado o ensino básico na Inglaterra. Esse grupo, a maioria dele, carregaria a *illusio* do subcampo do rugby tendo uma relação profunda com o *habitus* da modalidade, relação construída nas ilhas britânicas, lugar onde tiveram contato com a prática. Tendo no Fair Play, na centralidade da vida dos clubes e outras ideias predominantes da classe média britânica, elementos de conduta indiscutíveis e totalmente arraigados na sua vida cotidiana. Esse grupo, apesar de suas raízes estrangeiras, colocaria a nacionalização do esporte como um elemento central. Durante todo esse período a atração de brasileiros, de preferência crianças, seria a objetivo primário de todas as atividades.

O próprio crescimento da modalidade contribuiria para alterar o *habitus* do campo, estatisticamente o número de ingleses e descendentes seria muito menor em relação ao total de participantes. Essa expansão do esporte traria uma série de sujeitos com capitais diferentes. Os brasileiros atraídos para a modalidade, devido ao contato tardio com *hábitus* do subcampo, não criariam uma relação profunda com esse conjunto de regras

não possuindo a *illusio* dos britânicos, que tornava as tradições do rugby algo imutável e indiscutível.

Nesse ambiente os novos participantes, agora maioria, acabariam criando sua própria interpretação da prática, mesclando os elementos originais britânicos com aspectos próprios da cultura brasileiros.

Os ingleses, durante esse período, também perderiam o monopólio de difusão do *habitus*. O crescimento do número de outros estrangeiros participantes na modalidade, passaria, com o tempo, a disputar a visão inglesa do jogo. Argentinos e franceses, vinham de seus países com uma interpretação diferente dos valores da modalidade, como discutimos nos capítulos anteriores. Esses novos sujeitos também possuiriam uma *illusio* do subcampo, um apego ferrenho as tradições da modalidade e uma legitimidade advinda do fato de o terem praticado em centros tradicionais. Nesse sentido passariam a disputar o monopólio da definição do *habitus*, que no Brasil, desde o século XIX, pertencia à visão britânica do esporte, eventualmente tendo sucesso, com a saída dos ingleses da administração.

Lamentar-se sobre o final dos 80 no Brasil não é uma tarefa desafiadora, hiperinflação, crise, Plano Collor, corrupção, FMI e muitos outros exemplos fazem com que poucas pessoas tenham lembranças carinhosas dessa época. O novo presidente da ABR, Luiz Eduardo “Duda” de Magalhães Gouvêa, que ficaria no cargo até 1992, faria o seu melhor tentando dar continuidade ao trabalho com as categorias de base, mas mesmo assim elas não sobreviveriam, com as últimas competições infanto-juvenis disputadas em 1994, entre clubes, já que as escolas haviam abandonado o esporte.

A nova gestão apostou na retomada do trabalho de internacionalização da seleção brasileira, que voltou às disputas do Sul-Americano Juvenil em 1988 e ao Adulto em 1989, permanecendo na elite do continente nos anos de 1991 e 1993, quando o torneio assumiu uma fórmula de disputa inédita, com jogos em todos os países participantes. Este formato, entretanto, se provou demasiado oneroso à ABR, que deixou de participar das competições em 1995. A tentativa de manter o esporte no circuito internacional se mostrou desastrosa, em um momento de crise técnica e financeira o custo de mandar times constantemente ao exterior exauriu os cofres da federação e privou de apoio outras partes do jogo.

Com o declínio do SPAC, no fim dos anos 80, e do Alphaville, no início dos anos 90, foram justamente os clubes fundados pelas novas gerações de atletas, oriundos do rugby colegial paulistano, que ganharam preponderância nos anos 90: o Pasteur Athlétique Clube e o Rio Branco Rugby Clube, rivalizando com o Bandeirantes, no rugby paulista, e com o Niterói e o recém-fundado Desterro Rugby Clube, de Florianópolis, nacionalmente. Apenas na segunda metade dos anos 90 o SPAC voltou à condição de protagonista, mas o Alphaville não teria sobrevida.

3 O rugby brasileiro na era global - 1986 a 2009

A segunda metade dos anos oitenta marcou um período de grande inflexão da modalidade no país, com 14 campeonatos oficiais sendo disputados durante 1986, abrangendo as modalidades XV e Sevens nas categorias adulto, juvenil e infantil. O país contava na época com 19 equipes adultas, em 3 estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná) e 8 infanto-juvenis, além de uma cobertura constante da modalidade nos grandes jornais de São Paulo (O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, A Gazeta Esportiva e Diário de Notícias noticiavam largamente o esporte), conforme já dito. A partir de 1986, uma série de eventos, aos poucos, contribuiu para uma paulatina desmobilização do rugby na mídia e a desarticulação de algumas iniciativas anteriores, em um momento que o rugby mundial dava um passo decisivo em direção à superação de velhas estruturas amadoras: a criação da Copa do Mundo de Rugby, que teve sua primeira edição em 1987, na Austrália e Nova Zelândia.

As competições adultas sofreram reveses entre o fim dos anos 80 e o fim dos anos 90. O Campeonato Fluminense de Rugby foi descontinuado em 1990, pela desorganização dos clubes cariocas, só retornando em 2004. A segunda divisão paulista desapareceu em 1988, juntamente com as divisões inferiores do campeonato brasileiro. Não obstante os percalços na organização de competições, a década de 1990 apresentou dois movimentos notáveis: a aproximação do Brasil com as entidades organizadoras do rugby internacional (FIRA e IRB) e a descentralização do rugby do eixo Rio-São Paulo.

A ABR garantiu sua filiação plena à FIRA (Federação Internacional de Rugby Amador, entidade de origem francesa encarregada dos campeonatos mundiais juvenis) em 1991, e ao IRB (Comitê Internacional de Rugby, entidade máxima do rugby mundial), em 1995. O reconhecimento das duas entidades já existia, e os convites recebidos por Rheims para participar evidenciam uma inserção brasileira no rugby para além das fronteiras sul-americanas. Entretanto, a não participação do Brasil em competição envolvendo seleções de fora do continente permanecia como um tabu histórico, quebrado justamente em 1995, pela seleção juvenil, que participou pela primeira vez do Campeonato Mundial Juvenil da FIRA, disputado na Romênia. A competição, na época,

era a mais importante da categoria, dando continuidade ao trabalho com as categorias de base no plano da seleção.

O ano de 1995 seria um dos mais importantes da história do rugby, devido principalmente à Copa do Mundo disputada na África do Sul. O torneio foi um enorme sucesso, destacando a sua promoção por Nelson Mandela para divulgar o renascimento do país, que deixava para trás o famigerado regime do *apartheid*. Os jogos atingiram uma audiência inédita, antes restrita apenas aos fãs do esporte. Tanto que esse foi o primeiro evento do rugby a ser transmitido pela televisão brasileira, mesmo que por uma jovem Sportv que contava com uma audiência bastante reduzida na época.

A Copa do Mundo de Rugby marcaria o fim da era amadora do esporte. A concepção do rugby como um esporte essencialmente de praticantes, já vinha sob ataque há algum tempo, com o amadorismo sendo combatido e burlado em diversas frentes, por grandes corporações de mídias, associações nacionais, clubes e patrocinadores. As enormes receitas geradas na África do Sul tornaram a situação insustentável e, no final desse mesmo ano, o IRB terminou com a proibição a remuneração de atletas que vinha desde 1896, quando o rugby union e o league se dividiram por essa mesma razão.

A profissionalização teria um enorme impacto no rugby brasileiro, por incrível que pareça. Com os atletas e treinadores precisando receber remuneração, as preocupações dos dirigentes assumiriam uma forma muito parecida com a do futebol. Os ideais de amizade e confraternização dariam lugar para a ditadura dos índices de audiência, patrocínio e público pagante, nesse sentido a expansão do esporte em novos mercados se tornava fundamental e o Brasil, com sua população ampla, se tornava estratégico.

A administração do francês Teisseire garantiria uma aproximação com a FIRA, principalmente através de Ange Guimerá, que posteriormente deixaria sua marca no rugby brasileiro ao fundar o São José. Essa relação garantiria a participação do país em uma série de mundiais juvenis da FIRA, com o Brasil viajando à Itália, em 1996, ao Chile, em 1997, à França, em 1998, e a Gales, em 1990.

A relação do Brasil com a FIRA seria curta. Em 2000, o IRB transformou a FIRA em FIRA-AER, a Associação Europeia de Rugby, restringindo a jurisdição da entidade somente às competições europeias, mas não assumindo ainda, para si, a organização dos Mundiais Juvenis (o que só ocorreria em 2004). Com efeito, todos os países não

européus membros da FIRA, entre eles o Brasil, foram desfiliaados da entidade, como parte da reorganização do rugby mundial, imposta pelo IRB.

Paralelamente à relação com a FIRA, o Brasil manteria sua relação com o IRB, organizando às pressas e com escassos recursos uma seleção para a disputa, pela primeira vez, das eliminatórias para Copa do Mundo de Rugby, de 1999. Foi disputada uma partida contra Trinidad e Tobago, nas Guianas, saindo derrotado e eliminado por 41 x 0.

Apenas em 2000 o Brasil voltaria a entrar em campo com sua seleção adulta em jogos oficiais, sediando e conquistando o Sul-Americano B, apontando para uma política de fortalecimento da seleção juvenil como prioritário, contrapondo-se à redução ocorrida ao longo dos anos 90 nas categorias de base na maior parte dos clubes.

No rugby de clubes a situação também começaria a melhorar. A crise econômica teria uma contribuição inesperada. Com as dificuldades em São Paulo e no Rio de Janeiro, muitos profissionais optaram por buscar oportunidades em outras regiões do país, muitos deles levando a prática da modalidade e fundando novos clubes.

A descentralização do rugby no Brasil ganhou impulso a partir de 1995, com a fundação do Desterro Rugby Clube, em Florianópolis, e do GRUA (Grupo de Rugby da Universidade do Amazonas), em Manaus, fazendo nascer dois novos polos. Até então, o único centro de prática organizada do rugby, fora do eixo Rio-São Paulo, era o Curitiba RC no Paraná. Minas Gerais voltou a ter rugby em 1988 com a equipe da Universidade Federal de Viçosa, que chegou a jogar o Campeonato Brasileiro de 1993, e com o Varginha Rugby Clube, nascido em 2001. O rugby foi praticado também, brevemente, em Belém, na Universidade Federal do Pará, em 1999, com a fundação do Rugby Açú, que chegou a jogar na Guiana Francesa, mas não teve vida longa.

Da mesma maneira, a proximidade com Argentina, Paraguai e Uruguai fez os clubes da Região Sul buscarem o intercâmbio com os vizinhos, participando, por exemplo, da Copa Mercosul de Ten-a-side (rugby de 10 jogadores), realizada desde 1995, e recebendo equipes visitantes, com destaque para a organização dos torneios de sevens e de rugby de praia em Florianópolis. O crescimento do Desterro o transformou no primeiro clube de fora do eixo Rio-São Paulo a ser campeão brasileiro, vencendo a competição pela primeira vez logo em 1996.

Em 2001, o rugby chegou (ou melhor, retornou) ao Rio Grande do Sul, com a fundação do Charrua Rugby Clube, em Porto Alegre, e ao Distrito Federal, com o Brasília Rugby Clube, e a seleção brasileira jogou pela primeira vez fora do eixo Rio- São Paulo, enfrentando o Peru em Varginha (MG). Em 2002, foi a vez do Mato Grosso do Sul ser apresentado ao esporte, com a fundação do Campo Grande Rugby Clube. A partir de 2003, a intensificação do processo de dispersão do rugby, e a criação de novas competições e federações, são atestadas pelas datas de fundações. Em 2003, nasceu a primeira competição interestadual fora do eixo Rio-São Paulo, a Liga Sul, envolvendo Charrua, Desterro e Curitiba.

As novas equipes e a saída do eixo Rio-São Paulo trariam nova vida para o esporte no país, a crise econômica também ficaria para trás, com o fim da inflação e a estabilidade trazida pelo plano real, aumentando os recursos e permitindo o planejamento de médio\longo prazo. A televisão também teria sua cota de contribuição. Com a profissionalização os novos campeonatos internacionais passaram a ser vendidos de forma muito mais eficiente e o rugby entrou definitivamente para a grade brasileira de TV. Em meio ao ambiente mais tranquilo, desde os anos 70, a ABR trocava mais uma vez de presidente, com a saída Jean Teisseire em 2002, e a entrada de Roberto de Magalhães Gouvêa, que ficaria no cargo de até 2008.

A primeira ação da nova diretoria seria renomear o campeonato brasileiro de rugby, chamado agora Super 8, em alusão à nova liga profissional de Austrália, Nova Zelândia e África do Sul, o Super 12, fato que evidencia a influência dos novos megaeventos profissionais na periferia do rugby e a massificação do esporte em diversos níveis. A partir de 2003, o rugby internacional, de espetáculo, se tornou um produto para a TV por assinatura brasileira, com a ESPN veiculando, desde 2005, a Copa Europeia de Rugby e, desde 2006, o Six Nations. Novas ligas internacionais foram sendo adicionadas às grades de programação dos canais especializados em esportes, com os canais ESPN garantindo a transmissão de todas as partidas das edições 2007 e 2011 da Copa do Mundo de Rugby, a maioria delas ao vivo, e incorporando o Tri-Nations (hoje The Rugby Championship) em 2011, a Premiership inglesa em 2012, e o Super Rugby em 2013. O BandSports também manteve o rugby forte em sua grade, transmitindo anualmente a Série Mundial de Sevens, o circuito mundial de rugby seven-a-side, além do Top 14 francês, a partir de 2012.

A transmissão da Copa do Mundo de 2003 acelerou o processo em curso pelo país de disseminação do rugby, com novos clubes surgindo a cada ano e novos jogadores sendo apresentados ao esporte, não mais apenas pela ação do proselitismo dos próprios praticantes, mas por meio da comunicação em massa. Em crescimento no país, a TV por assinatura já não se apresentava como artigo de luxo, chegando a um número cada vez maior de residências, ainda que restrita, em geral, às classes médias e à elite econômica. Em 2003, a quantidade de partidas da Copa do Mundo exibidas na televisão garantiu a presença do rugby em quantidade suficiente para ter como efeito a captação de novos praticantes e, pela primeira vez, de torcedores não praticantes.

Elemento também importante, a imprensa restabeleceu laços com o rugby em diferentes níveis. Por um lado, o sucesso das transmissões da Copa do Mundo de Rugby pela ESPN, a partir de 2003, desencadeou uma corrida na TV por assinatura em busca de novos eventos, garantindo a permanência do rugby na TV. Por outro lado, a imprensa de internet, em especial, mas também a imprensa escrita, passaram a dar maior espaço a notícias ligadas a histórias de vida de atletas e, no caso da imprensa local, às atividades de clubes de suas respectivas regiões, estados, cidades e bairros. Trata-se de um fenômeno intimamente ligado ao movimento de descentralização do rugby no Brasil, que até os anos 1990 era excessivamente centralizado na cidade de São Paulo, onde a concorrência por espaço na imprensa tendeu a marginalizar a sua presença.

A criação, nos anos 2000, de uma imprensa especializada de rugby se apresenta como outro fenômeno importante na disseminação do esporte. Em 2000 surgiu o RugbyNews (www.rugbynews.com.br), que manteve atividade regular até 2004. De 2002 e 2009 teve atividade o RugbyMagazine (www.rugbymagazine.com.br), ao passo que em 2006 foi criado o RugbyMania (www.rugbymania.com.br). Fundado em 2009 como Blog do Rugby, o atual Portal do Rugby (www.portaldorugby.com.br) se tornou o principal veículo especializado de divulgação do rugby no Brasil. Ao lado dele, outros dois meios especializados se notabilizaram em formatos distintos, ambos fundados em 2013: a Estação Rugby Clube, programa veiculado na webrádio Rádio Estação Web, e a Revista Rugbier, trimestral.

Os torneios nacionais passam por um novo período de expansão, depois de quase desaparecer no início dos anos 90, já tendo alguns anos estabilidade e um número crescente de clubes interessados na competição, tanto que em 2004 a ABR criaria a

Copa Brasil de Rugby, atualmente Taça Tupi, para equipes de fora do Super 8, reiniciando a segunda divisão do campeonato brasileiro, extinta em 1988.

A difusão do rugby pelo país, assim como o crescimento em geral da modalidade, aliado à difusão do esporte pela televisão e depois internet, provocaram uma série de mudanças importantes dentro do subcampo. O maior número de equipes tornaria impossível a presença de estrangeiros em todas elas, restritos principalmente aos grandes centros e a região sul. Nessa situação o *habitus* passaria a ser construído a partir dos novos elementos presentes, como os meios de comunicação. A profissionalização do esporte também significaria um aumento do número de opções de aprofundamento, cursos, iniciativas e programas de aperfeiçoamento.

A transformação do *habitus* no tempo não anularia as experiências anteriores, criando dois grupos diferentes, dotados de capitais próprios, muitas vezes conflitantes. De um lado a experiência construída a partir dessas novas ferramentas, profissionais e modernas, do outro os estrangeiros, que agora se constituiriam detentores de um *habitus* tradicional, desenvolvido na prática do esporte e nos valores amadores dos grandes centros, possuindo uma relação mais profunda e legítima com a modalidade, a *illusio*.

O impulso definitivo para o crescimento do rugby no país seria dado em 2009, com a reintrodução do esporte nos jogos olímpicos. A disputa do mais tradicional evento esportivo do mundo era um sonho antigo do IRB e, com a profissionalização, se tornou prioritário. Os arranjos vinham sendo feitos desde o fim dos anos 80, com criação da categoria feminina, representação em todos os continentes e etc.

A primeira vez que um time composto apenas por mulheres entrou em campo no Brasil, mesmo que apenas em forma de exibição, aconteceu no ano de 1987 (acervo ludens), durante o tradicional torneio de sevens realizado no final do ano pelo SPAC, que viria a ser renomeado mais tarde de SPAC Lions. O jogo aconteceu durante o intervalo entre os jogos masculinos e foi feito em apenas meio campo. A partida colocou de um lado uma equipe formada por torcedoras do Pasteur e do SPAC e do outro a equipe do Bar Terceiro Tempo, que ficava na Alameda Lorena. Esse evento marcou o início do rugby feminino no Brasil, mas a modalidade permaneceu sem maior organização até os anos 90. O ano de 1997 marcou o surgimento das primeiras equipes espalhadas pelo Brasil. O Desterro iniciou seus treinos em Santa Catarina; o Niterói começou no Rio de Janeiro; e o São José no interior de São Paulo. A cidade de São Paulo, tradicional centro do rugby

brasileiro, começou um pouco depois a organizar uma equipe do Pasteur. A cidade só passou a contar com uma equipe de fato a partir de 1999, no SPAC, contando com jogadores que passaram justamente pelo time do Pasteur.

O pontapé inicial foi dado em 1998, com a disputa de três campeonatos durante o ano: o primeiro no campo do SPAC, vencido pelo Barra (equipe que treinava na Barra da Lagoa, em Florianópolis); depois o 4º Campos do Jordão Open de Rugby Seven-a-Side, vencido pelo Desterro; e por último, um torneio organizado em Piracicaba, com o Barra sendo campeão novamente .

A partir desse momento, seguiria em um movimento de crescimento, com mais equipes e torneios surgindo ano a ano, a maioria deles na categoria seven-a-side, mas também por diversas vezes no ten-a-side. O primeiro jogo internacional, de forma amistosa e extraoficial, aconteceu contra um combinado venezuelano. Em 2001, o Brasil disputou o Campeonato Sul-Americano B masculino, que não tinha uma sede fixa. A seleção masculina enfrentou os venezuelanos no campo do SPAC e, durante a organização da viagem e nos contatos entre as federações, foi sugerida a realização de uma partida feminina. A ABR aceitou a sugestão e se comprometeu a organizar um jogo para os times femininos, um ten-a-side disputado na prévia do masculino . O primeiro jogo internacional oficial, que seria também o primeiro da América Latina, foi disputado em 2003, quando o time do SPAC fez uma gira na Argentina, enfrentando, em Posadas, o Chaco Rugby Clube, e vencendo por 46 x 10.

A dificuldade de realização de partidas de rugby XV feminino e a opção estratégica pelo sevens (por ter sido escolhido como a modalidade olímpica) fez com que nos anos seguintes toda a orientação da prática do rugby feminino se voltasse para a modalidade reduzida. Porém, até pouco tempo atrás esse caminho não estava claro, com o sevens sendo jogado mais pela falta de jogadoras e visto como uma etapa anterior à introdução do jogo de XV. Porém os torneios de ten-a-side e jogos de XV foram, aos poucos, à medida que a importância do sevens crescia, sendo deixados de lado em função de uma dedicação exclusiva aos sevens.

O ano de 2004 marcou a consolidação inicial do rugby feminino, com a realização do primeiro Campeonato Brasileiro de Rugby Feminino, chamado de Super 6, e do primeiro Campeonato Sul-Americano de Rugby Feminino, ambos na modalidade sevens. Participaram do Super 6 as equipes do Desterro, SPAC, Niterói, Rio Branco

Bandeirantes e São José, sendo disputado no dia 30 de outubro, como prévia da final do Campeonato Brasileiro (masculino), no complexo esportivo do Parque do Ibirapuera. O jogo colocou frente a frente Niterói e SPAC, com a equipe do Rio se saindo melhor e vencendo por 27 x 10.

Por influência do IRB, a CONSUR finalmente realizou, em 2004 na Venezuela, o primeiro Sul-Americano da categoria, fazendo do continente o último a ter uma competição continental feminina. Disputado na cidade de Barquisimeto, em um único dia, 20 de novembro, a competição contou com a participação de oito equipes: Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Venezuela, Colômbia, Chile e Paraguai, e foi dominada completamente pelo Brasil, que bateu a Venezuela por 15 a 10 na final. A competição passou a ser disputada de forma anual, com o Brasil vencendo todas as edições disputadas até hoje.

O prestígio internacional adquirido pela seleção feminina rendeu o convite, em 2008, para a participação no tradicional Amsterdan Women's Sevens, além da realização de uma série de amistosos de XV. Com isso, pela primeira e única vez, uma seleção feminina de XV entrou em campo. O empecilho para a viagem era a falta de fundos e a solução encontrada foi a produção de um calendário de nu artístico, estrelado pelas próprias jogadoras. A iniciativa garantiu o custeio da viagem e a exposição na mídia, com a participação da equipe no programa de TV "Domingão Do Faustão", levando pela primeira vez o rugby feminino à TV aberta.

Na Holanda, o time brasileiro perdeu da seleção principal da Holanda por apenas 10 a 0, logo em seu debut. No duelo entre as equipes B, a vitória foi do Brasil, 17 a 5. E na partida final a seleção atropelou o combinado da cidade de Utrecht por 36 a 5. No campeonato de sevens, o Brasil também teve um resultado excelente, caindo apenas nas semifinais, quando foi derrotada por 45 a 0 pelas campeãs do torneio, o time neozelandês do Aoteara Maori. O domínio no cenário sul-americano rendeu à equipe a classificação, em 2009, para a primeira Copa do Mundo de Rugby Sevens, realizada em Dubai, terminando com o expressivo décimo lugar geral.

No contexto nacional, o rugby feminino teve crescimento contínuo na última década, com agremiações surgindo em quase todos os estados. Em 2012, foi criado o Circuito Brasileiro Feminino de Rugby Sevens ou Super Sevens, com etapas disputadas em cinco cidades diferentes, voltado para o alto rendimento e garantindo um calendário

maior e estável para os clubes melhor estruturados na modalidade. Paralelamente, circuitos estaduais e regionais foram formados, como o circuito paulista, fluminense e mineiro, a Liga Sul-Brasileira Feminina e as copas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

A criação do rugby feminino brasileiro acompanhará a tendência mundial e, assim como em todos os lugares, não se constituirá sem conflito dentro do subcampo. A participação das mulheres é um desafio constante ao ideal de masculinidade atrelado à modalidade, desde a sua criação no século XIX.

A entrada das mulheres será uma parte essencial do sonho olímpico, e prioridade da IRB. Se a criação do rugby feminino era estratégica na entidade superior do esporte, entre os próprios atletas, detentores do *habitus* tradicional da modalidade, essa participação será vista com desconfiança, e muitas vezes sabotada pelos próprios participantes, um movimento ainda em construção, que a todo momento vem repensando os valores da modalidades.

No Brasil esse desafio ao *habitus* tradicional se desenvolveria de uma maneira diferente. A categoria feminina, apesar das dificuldades, se tornaria mais competitiva que a masculina, conquistando inclusive o 3º lugar no Pan-americano de Toronto em 2015. Isto gera uma situação em que, na busca por patrocinadores e destaque na imprensa, o rugby feminino tenha um destaque maior que o masculino, tornando-se detentor de um capital importante dentro desse subcampo.

A estreia oficial está marcada por o Rio-2016, o que tornou o Brasil ainda mais importante para o rugby mundial. No cenário nacional a presença nos jogos abriu uma nova gama de patrocinadores, já que a modalidade agora se enquadra nas diversas leis de incentivo ao esporte olímpico, além de atrair muito mais atenção da mídia. Agora, filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro, a ABR teve de mudar mais uma vez seu nome, para se adequar às normas da competição, sendo renomeada Confederação Brasileira de Rugby (CBRu).

Observações finais

Nessa dissertação abordamos a prática do rugby e sua história em território brasileiro, discutindo os mais variados aspectos, tanto sociológicos quanto históricos dessa prática. Nesse sentido buscamos criar um panorama amplo da modalidade, a partir dos seus aspectos gerais, usando-o como base para discutir os elementos únicos da prática no Brasil.

Na primeira parte da dissertação abordamos a modalidade através dos elementos teóricos sociológicos, buscando criar o arcabouço de ideias para desenvolver a análise da história da modalidade no Brasil na segunda parte.

O primeiro capítulo aborda a prática sobre a ótica de Bourdieu, buscando entender o rugby como um subcampo do campo esportivo, apontando que a modalidade possui uma série de características em comum com o campo esportivo, assim como um conjunto de elementos que unem todos os praticantes ao redor do mundo, que se reconhecem como praticantes, compartilhando um conjunto de regras e histórias. Vale destacar que essas regras estão constantemente em disputa, mudando com o tempo.

Os membros do campo compartilham um mito fundador em comum, na figura de William Webb Ellis, que é considerado o primeiro jogador de rugby e criador da modalidade, mesmo que sua história tenha um caráter mais folclórico que histórico. O rugby também tem como elemento central a masculinidade, com a criação de “homens” sendo um elemento importante no seu desenvolvimento, conceito que, como foi discutido, está em disputa no momento.

Os ideais relacionados ao amadorismo, o companheirismo e o fair play também estão entranhados na modalidade, elementos que derivam dos ideais da classe média britânica do final do século XIX, que usou a modalidade como uma forma de inculcar em seus membros esse conjunto de crenças.

Esses valores, hoje, servem como um diferencial da modalidade, principalmente quando colocadas em oposição aos valores de outras modalidades, como o futebol, que é retratado pelos membros do campo como um ambiente onde o lucro e a vitória a qualquer custo predominam. Apesar disso, os ideais amadores estão em disputa dentro

do subcampo do rugby com o crescimento do profissionalismo, que teve início em 1994.

Por fim, unimos o conceito de campo de Bourdieu ao de técnica corporal de Marcel Mauss. A técnica corporal é percebida como um elemento central do campo esportivo em geral, com um papel ainda mais importante dentro do próprio rugby, uma modalidade onde a capacidade física e a técnica estão no centro do jogo. Concluindo que a técnica corporal, dentro da teoria de Bourdieu, pode ser interpretada como um capital importante para os membros do subcampo.

No segundo capítulo partimos para uma análise das especificidades da modalidade em solo brasileiro, com destaque para a criação de uma identidade nacional específica entre os participantes. No contexto de uma modalidade praticada principalmente por estrangeiros, que no Brasil acabam por se envolver em uma atividade que já praticavam anteriormente, o processo de adaptação ao novo país se mescla com os elementos do subcampo do rugby, criando uma noção de pertencimento construída a partir do esporte. Essa relação com o estrangeiro será um dos elementos principais da modalidade no Brasil, marcando a forma como é praticada em território nacional.

No terceiro capítulo, partindo da análise da história do rugby no Brasil, discutimos o crescimento do esporte amador no Brasil. Pensando o rugby como parte do campo esportivo, concluímos que se os campos são geridos por regras próprias, que unem todos os participantes, os elementos que contribuem para o crescimento e decadência das diferentes modalidades esportivas também estariam sujeitos a regras próprias.

A partir desta construção teórica fazemos uma análise histórica comparativa entre três modalidades diferentes, o rugby, o remo e o handebol, buscando elementos em comum na sua trajetória dentro do território nacional, e se a história delas teria relação com a do rugby. Apesar de este ser apenas um estudo inicial constatamos, ao contrário de nossas expectativas iniciais, que as modalidades esportivas no Brasil, com exceção do futebol, estão sujeitas a grandes flutuações de popularidade. A partir da história do remo constatamos que elementos hoje tão valorizados pelos entusiastas das modalidades alternativas, criação de uma base sólida de fãs, envolvimento da juventude e prestígio na imprensa, não garantem o crescimento da modalidade no longo prazo.

No Brasil, a partir de nosso estudo inicial, as modalidades estão sujeitas a grandes flutuações de popularidade, podendo em poucos anos uma determinada modalidade passar de totalmente desconhecida para um fenômeno nacional, uma situação que também pode ocorrer de maneira inversa, sendo necessário pouco tempo para que uma modalidade seja totalmente esquecida.

Na primeira parte construímos o panorama geral do subcampo do rugby partindo dos elementos que unem todos os participantes universalmente, para no segundo e terceiro capítulo discutirmos as especificidades do rugby brasileiro, sua relação com o exterior e as tentativas de enraizar uma modalidade em um ambiente de grande volatilidade esportiva.

Na segunda parte aplicamos a construção teórica à história do rugby no Brasil. A partir do material coletado e das entrevistas realizadas em parceria com o LUDENS-USP procuramos construir a trajetória dessa modalidade em território nacional, desde sua introdução no século XIX até a volta da modalidade as olimpíadas, que mudou o seu status perante os órgãos oficiais do Brasil e aumentou o interesse do grande público.

Discutimos as principais modificações ocorridas na modalidade no Brasil, a mudança no perfil dos participantes, de sua maioria inglesa no período pré-segunda guerra para uma modalidade constituída, na maior parte, por jogadores nascidos no país. Também analisamos as transformações ocorridas na modalidade como um todo, e como elas afetam a prática em uma nação específica, utilizando como base para essa análise a teoria desenvolvida na primeira parte.

Procuramos, nesta dissertação, construir um panorama amplo da prática do rugby no Brasil, tendo como base a teoria dos campos de Bourdieu e as contribuições de Mauss. Realizamos uma análise da prática do rugby, procurando entender esta modalidade como um subcampo, definindo suas principais características, partindo de uma análise histórica das transformações ocorridas dentro deste subcampo para tentar melhor entender o panorama atual, assim como proporcionar subsídios para trabalhos futuros, procurando contribuir para um melhor entendimento da prática esportiva e sua influência na sociedade.

Referencias

BOYD, A. L.; SAMID, D. Molecular biology of transgenic animals. *Journal of Animal Science*, Albany, v. 71, n. 3, p. 1-9, 1993.

PICCINI, A. Casa de Babylonia: estudo da habitação rural no interior de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1996. 165 p.

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

AMADO, C J. The Ugly Side of the Beautiful Game-Hooliganism in French Football. Mestrado, Brigham Young University, 11\11\2008.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão da nação. Lisboa: Edições 70, 2005.

ASAD, T. Formations of the secular: Christianity, Islam, modernity. Stanford: Stanford University Press, 2003.

BOURDIEU, P. “Como é possível ser esportivo”. Disponível em <
<http://www.pgdef.ufpr.br/downloads/Artigos%20PS%20Mest%202015/ELS/WM-Como%20C3%A9%20poss%C3%ADvel%20ser%20esportivo%20P.%20Bourdieu.pdf>>

BOURDIEU, P. "Sport and social class." *Social Science Information*, Paris, v.17, n.6, p.819-840, 1978.

BOURDIEU, P. “Introdução a sociologia reflexiva. O poder simbólico”. Lisboa: Difel, 1989, p. 18-56.

BOURDIEU, P. Programa para uma sociologia do esporte. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 207-220.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, P. *Pascalian Meditations*. Stanford: Stanford University Press, 2000

BOURDIEU, P. “Esboço de uma teoria da prática”. In: ORTIZ, R, (org.). A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo: Olho d’Água, 2003: p. 39-72.

BOURDIEU, P. “A economia das trocas simbólicas”. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BUTLER, J. Bodies that Matter: on the Discursive Limits of 'Sex'. Londres: Routledg, 1993.

CLASTRES et al. Guerra, religião, poder. Lisboa: Edições 70, 1980.

CAILLÈ, A. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Revista brasileira de ciências sociais v.13, n.38, p.5-38, 1998.

CHASE, L F. Analysis of Women’s Rugby. Sociology of Sport Journal v.23, p. 229-247, 2006 .

COLLINS, T. A social history of English Rugby Union. Londres: Routledge, 2009.

COSTEY, P. L’illusio chez Pierre Bourdieu. Les (més) usages d’une notion et son application au cas des universitaires. Tracés: Revue de sciences humaines, Lion, v.8, p.13-27, 2005.

CURADO, M; CRUZ, M J V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.12 n.3, p.399-431, 2008.

DIENSTAMANN, C; DENARDIN, P E. Um século de futebol no Brasil, Porto Alegre: Aplub, 1994.

DINE, P. French rugby football: A cultural history. Oxford: Berg, 2001, 288p.

DONNELLY, P; YOUNG, P. Reproduction and transformation of cultural forms in sport a contextual analysis of rugby. International Review for the Sociology of Sport v.20 n.1-2, p.19-38, 1985.

DUCLÓS, R M O. Análise da Indústria de Televisão a Cabo no Brasil. Estrutura Competitiva e Evolução. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

DUNNING, E. Sociology of sport in the balance: critical reflections on some recent and more enduring trends. Sport in Society, Lancashire, v.7, n.1, p.1-24, 2004.

- ELIAS, N, e DUNNING, E. Quest for excitement: Sport and leisure in the civilizing process. Oxford: Blackwell, 1986.
- ERIKSON, E H. Identity: Youth and crisis. Nova York: WW Norton & Company, 1994.
- FERREIRA, V S. Política do corpo e política de vida: a tatuagem e o body piercing como expressão corporal de uma ética da dissidência. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, Lisboa, v.11 n.2, p.291-326, 2007.
- FENDT Jr, R. Investimentos ingleses no Brasil: 1870-1913-uma avaliação da política brasileira. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, v.31 n.3, p.521-540, 1977.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1980.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GAMBETA, W (Org.). Primeiros Passes: Documentos para a história do futebol em São Paulo (1897-1918). São Paulo: Ludens\Mário de Andrade, 2014.
- GASTALDO, E L; BRAGA, A A. Corporeidade, esporte. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.19 n.3 p.875-893, 2011
- GELLNER, E. Nações e nacionalismo. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GELLNER, E. Nations and nationalism. Cornell: Cornell University Press, 2008.
- FRANCO Jr, H. A dança dos deuses: futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Freyre, Gilberto. Ingleses no Brasil. Topbooks, Rio de Janeiro, 2000.
- HALL, S; GAY, P D (eds). Questions of cultural identity. London: Sage, 1996.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, Lamparina, 2006.
- HOBBSBAWM, E, The age of empire 1875–1914. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1987.
- HOBBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOBBSAWM, E. The Age of Empire. Londres: Abacus, 2010.

JESUS, G M. Construindo a cidade moderna: a introdução dos esportes na vida urbana do Rio de Janeiro. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.13 n.23, p.17-40, 1999.

KRIPS, H. Interpellation, Populism, and Perversion: Althusser, Laclau and Lacan. Filozofski Vestnik, Ljubljana, v.27, n.2, p.81-101, 2006.

LACAN, J. Some Reflections on the Ego. International Journal of psychoanalysis, v.34, 1953.

LÉVI-STRAUSS in. Mauss, Marcel. Antropologia e sociologia. São Paulo: Cosac Naif, 2003.

LICHT, H. O remo através dos tempos. Subsecretaria de Desporto, 1986. Disponível em http://www.cbr-remo.com.br/docs/2008_o_remo_atraves_dos_tempos_2a_edicao.pdf

LIGHT, R. Culture at Play: A Comparative Study of Masculinity and Game Style in Japanese and Australian School Rugby. International Sports Studies, v.22 n.2, p.26-41, 2000.

LUKOWSKI, J; ZAWDZKI, H. A concise history of Poland. Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

MARQUES, R F R; ALMEIDA, B; GUTIERREZ, G L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v.13 n.3, p.225-242, 2007.

MAUSS, M. Press Techniques, technology and civilization (Marcel Mauss, 1872–1950). Oxford: Durkheim Press, 2006.

MAZZONI, T. História do futebol brasileiro. São Paulo: Olympicus, 1950.

MELO, V A. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.13 n.23, p.41-72, 1999.

- MELO, V A. Remo, modernidade e Pereira Passos: primórdios das políticas públicas de esporte no Brasil. *Esporte e Sociedade*, Rio de Janeiro, v.3, 2006.
- MEREDITH, M. *The fate of Africa: A history of the continent since independence*. Londres, Simon & Schuster, 2013.
- MEZAN, R. *Psicanálise, judaísmo: ressonâncias*. Campinas: Ed. Escuta, 1986.
- MICELI, S em Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MILLS, J R. *1894-1994 Centenário Charles William Miller*. São Paulo: Price Waterhouse, 1994.
- MILLS, J R. *Charles Miller-o pai do futebol brasileiro*. São Paulo: Panda Books, 2005.
- OBEL, C. Collapsing Gender in Competitive Bodybuilding Researching Contradictions and Ambiguity in Sport. *International review for the sociology of sport*, v.31 n.2, p.185-202, 1996.
- OLIVEIRA, P P. Illusio: aquém e além de Bourdieu. *Mana*, São Paulo, v.11 n.2, p.529-543, 2005.
- PACHECO, L T. Lugar de mulher... é no Rugby: notas sobre relações de gênero e corporeidade no interior de Minas Gerais.", 2014. Disponível em <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401929088_ARQUIVO_MicrosoftWord-lugardemulher.pdf>
- PALLARES-BURKE, M L G. Ingleses no Brasil: Um estudo de encontros culturais. *Tempo Social*, São Paulo, v.13 n.2, p. 227-230, 2001
- PIETERSEN, J N. Globalization as hybridization. *ISS Working Paper Series/General Series* v.152, p.1-18, 1993.
- RAMOS, M C. *Televisão a cabo no Brasil: desestatização, reprivatização e controle público*. Intexto, Porto Alegre, v.4, p.29-49, 1999.
- REEBERG, W. *História da Confederação Brasileira de Remo: das raízes à fundação*. Confederação Brasileira de Remo, 2007.

RICHARDS, H. A game for hooligans: The history of rugby union. Londres: Random House, 2011.

RODRIGUES, R. Sociedade, corpo e interdições: contribuições do estudo de Marcel Mauss sobre as técnicas do corpo. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v.21 n.2, p.65-70, 2010

ROSE, J. Sexuality in the Field of Vision. Londres: Verso, 2005.

SAID, E W. Orientalism: Western conceptions of the Orient. Londres: Penguin, 1995.

SAOUTER, A. A mamãe e a prostituta Os homens, as mulheres e o rugby. Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v.9 n.2, p.37-52, 2003.

SEVCENKO, N. Orfeu extático na metrópole: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

SILVA, C F, O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: mosaico de identidades culturais no longo século XIX. Dissertação, mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SILVIA, C F; MAZO, J Z. Grêmio de Regatas Almirante Tamandaré: memórias da fundação do primeiro clube de remo “brasileiro” em Porto Alegre (1903-1923). Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v.5 n.2, p.109-129, 2009.

SOUZA, J; MARCHI Jr, W. Por uma gênese do campo da sociologia do esporte: cenários e perspectivas. Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v.16 n.2, p.45-70, 2010.

SOUZA, J; MARCHI Jr, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. Movimento (ESEF/UFRGS), Porto Alegre, v16 n.1, p.293-315, 2010b

STTIGGER, M P. Educação Física, esporte e diversidade. Campinas: Autores Associados, 2005.

SZMRECSÀNYYI, T. Apontamentos para uma história financeira do grupo Light no Brasil, 1899/1939. Revista de Economia Política, v.6 n.1, p.132-135, 1986.

Teixeira, Felipe Charbel. Narrativa e fronteira cultural. FÊNIX-Revista de História e Estudos Culturais vol 2, 2005.

THIRY-CHERQUES, R H. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. Rap, Rio de Janeiro v.43 n.4, 2009.

TUBINO, M J; JOSÉ, G. Dimensões sociais do esporte. São Paulo: Cortez/AutoresAssociados, 1992.

WACQUANT, L. La vie sociologique de Pierre Bourdieu. Politique. Revue Européenne de Débat Automne, 2002. Disponível em < <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/wacquant/pbviesoc.html>>

WILLIAMS, S. Running the Show: The Extraordinary Stories of the Men who Governed the British Empire. Londres: Penguin, 2012.